Abraão Pustrelo Damião

Modernidade, Medo e Violência: Reflexões Teóricas e o Caso de Marília/SP

Marília/SP

2012

Abraão Pustrelo Damião

Modernidade, Medo e Violência: Reflexões Teóricas e o Caso de Marília/SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Sueli Andruccili Félix

Damião, Abraão Pustrelo.
P987m Modernidade, medo e violência: reflexões teóricas e o caso de Marília/SP / Abraão Pustrelo Damião. – Marília, 2012.
136 f. ; 30 cm.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade EstadualPaulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.
Bibliografia: f. 117-124
Orientador: Sueli Andruccili Félix

1. Modernidade. 2. Medo. 3. Violência urbana. 4. Segregação. 5. Marilia (SP). I. Autor. II. Título.

CDD 303.62

Abraão Pustrelo Damião

Modernidade, Medo e Violência: Reflexões Teóricas e o Caso de Marília/SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora:

_____

Dra. Sueli Andruccioli Félix
Orientadora

_____

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

_____

Dr. Jayme Wanderley Gasparoto

Suplentes:

_____

Dra. Noêmia Ramos Vieira

_____

José Claudio Szienfield

Marília/SP
2012

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que me acompanharam durante minha trajetória acadêmica, da graduação ao mestrado, é uma tarefa demasiado difícil. Entretanto, algumas pessoas foram fundamentais para minha formação e para que este trabalho fosse realizado.

Dentre muitos, queria expressar minha especial gratidão: ao professor Jayme Gasparoto, por sua enorme contribuição e ensinamentos, sem os quais minhas dificuldades seriam maiores; ao professor Marcos Cordeiro que sempre foi solicito aos meus pedidos e me proporcionou a chance de realizar um estágio sanduíche junto à Universidad Nacional de La Plata/Argentina; ao professor Jorge Szeinfeld que me convidou para trabalhar e me acolheu junto à UNLP; aos professores Luiz Antônio Francisco de Souza, Fátima Cabral e Andreas Hofbauer que, mesmo sem saberem, tinham seus ensinamentos sempre considerados enquanto escrevia este trabalho; à professora Maria Teresa Kerbauy pela disposição e paciência para se deslocar até Marília para as bancas de qualificação e defesa, além de seus importantes apontamentos para que meu trabalho ficasse mais preciso; a minha orientadora professora Sueli Andruccioli Félix pelo carinho e atenção ao longo desses anos, por sua dedicação em corrigir e orientar este trabalho e por ter me ensinado a importância e a seriedade em se fazer uma pesquisa acadêmica, bem como de sempre olhar a realidade sem muito "academicismo"; aos amigos (familiares) Adalberto Félix, Evandro e Lara Félix.

Aos meus amigos e companheiros de longa data de Marília: Victor Coutrin, Prof(a). Noêmia Ramos Vieira, Fernando Alexandre, Ricardo Costa, Fabiana Sanches, Naiara Conservani, João Valderama, Tiago Brentam, Luiz Jácomo, Cassio Yuzo Shiraishi, Samara Carvalho, Saulo Gutierez, Natalia Redigolo, Rafael Franco, Rodrigão, Bruna Cavalieri, Paula Santos, Júlia Matsuda, Eliza Azevedo, Rafael Rogério, Bruno Mercúrio, Camila Savassa, Marcos Roberto, Emerson Filipini, Rafa Fernandes, Ana Paula Godoy, Eliano e muitos outros que marcaram de uma forma ou de outra minha vida em Marília. Não poderia deixar de agradecer, também, aos meus grandes amigos Mauri Silva, Hercules Paulino, Carlos Roberto e Marcela Nürnberg, que fizeram minha estada em La Plata ser mais acolhedora e proveitosa**.**

A minha família, especialmente ao meu pai Calil (que me deu a chance de estar neste mundo); meu padrasto Jorge (pela força e ajuda durante todos estes anos); meu avô Wanderley (por me acolher quando mais precisei e me ensinar os valores importantes da vida); à minha mãe Meire pela força, amor e respeito, sem os quais não poderia ser a pessoa que sou nem ter chegado onde estou; à minha avó Luiza pela ternura e ajuda; aos meus irmãos

Verônica, Pedro e Ester, às minhas tias Mirna, Milene, Mirian; à meus primos; e à minha querida Carolina Nunes Primiano, pela paciência, compreensão, apoio e amor ao longo destes anos.

Aos meus amigos de Pontal/SP, que de tantos, prefiro não citar nomes, correndo o risco de cometer alguma injustiça, mas que sempre me ajudaram e me proporcionaram momentos incríveis.

A todos os funcionários da FFC pela solicitude e simpatia e aos meus entrevistados que, apesar do anonimato, compuseram parte importantíssima deste trabalho.

Por fim, ao financiamento da Capes que me ajudou muito durante estes anos e me deu a chance de uma experiência no exterior.

Aos meus "pais" Calil, Wanderley e Jorge, cada um a seu modo e cada um a seu tempo; à *minha mãe Meire pelo amor;* à *minha avó Luiza e meus irmãos Veronica, Pedro, Ester e ao meu querido amigo Marcelo Toti, que deixou saudades e um vazio enorme em nossos corações .*

Modernidade, Medo e Violência: Reflexões Teóricas e o Caso de Marília/SP

Resumo: No diagnóstico do nosso cotidiano, incerteza e insegurança – e o medo como elemento decorrente – são fatores presentes. Este trabalho teve por objetivo refletir acerca do medo a partir da análise da dinâmica de vida que a modernidade nos oferece enquanto um projeto que vem influenciando na formação de nossa subjetividade, na nossa interação e organização social e no direcionamento das nossas ações cotidianas. Na dissertação, esboçamos nosso entendimento sobre o que é a violência – fenômeno crucial para melhor estudar a questão do medo – e o debate que privilegiamos sobre ela. Verificamos, ainda, as representações que se produzem acerca do espaço vivido, muitas vezes "espaços de medo", que reflete nas formas de apropriação do lugar, particularmente na arquitetura de autoproteção e no refúgio em "enclaves fortificados", adotados pelos moradores, um dos sintomas do medo urbano. Traçamos uma linha investigativa que buscou mesclar a análise de uma conjuntura mais "global" com circunstâncias mais locais: as percepções dos indivíduos de Marília/SP. Desse modo, investigamos como alguns fenômenos sociais e seus interesses e motivos político econômicos, estão associados a um espaço específico, dentro de uma "atmosfera" mais geral. Assim, tentamos entender o momento em que vivemos, bem como a relação desse momento com a situação e a percepção dos moradores da área urbana de Marília/SP. Uma vez que, embora o fenômeno social representado pelo medo seja uma preocupação universal, o estudo das particularidades e fragmentações locais contribui para a compreensão do processo em escala mais ampla, inclusive pela facilidade de acesso aos dados oficiais, às fontes de pesquisa em geral e à própria população, especialmente no caso do estudo das percepções, no qual a subjetividade do tema exige a produção de dados pelo próprio pesquisador – fonte primária.

Palavras-Chave: Modernidade, Medo, Insegurança, Percepção, Segregação, Marília.

Modernity, Fear and Violence: Theoretical Reflections and the Case of Marilia/SP

Abstract: In the diagnosis of our daily lives, uncertainty and insecurity – and fear as a result - are present factors. This study aimed to reflect on the fear from the analysis of the dynamics of life that modernity offers us as a project that has been influencing the formation of our subjectivity, our interaction, social organization and directing our actions. In the dissertation we also outline our understanding of what is violence – a crucial phenomenon to better study the issue of fear – and the debate about it that are privileged here. We also observed the representations that are produced about the living space, often "spaces of fear," which reflects the forms of appropriation of space, particularly in the architecture of self-protection and refuge in “gated communities”, adopted by the residents, a symptom of urban fear. We draw a line that tried mix a “global” investigative analysis with a more local circumstances: the perceptions of Marilia/SP citizens. Thus, we investigated how some social phenomenon and their economic interests and political motives are associated with a specific space within an “atmosphere” more generally. So, we try to understand the moment we live in, as well as the relationship of this moment with the situation and the perception of the urban residents of Marilia/SP. Although the social phenomenon represented by fear is a universal concern, the study of local particularities and fragmentation contributes to understanding the process on a larger scale, including easier access to official data, the sources of research in general and the population itself, especially in the case of the study of perceptions, in which the subjectivity of the theme requires production of data by the researcher himself – primary source.

Keywords: Modernity, Fear, Insecurity, Perception, Segregation, Marilia.

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1. Sensação de Medo----------**62**
Tabela 2. Taxas de Homicídio (em 100 mil) por UF e Região. Brasil. 2000/2010----------**62**
Tabela 3. Distribuição total das respostas Do que você tem mais medo atualmente ----------**64**
Tabela 4. Confiança nas instituições policiais----------**76**
Tabela 5. Percepção da Situação da segurança pública no Brasil nos últimos três anos-------**76**
Tabela 6. Os Crimes da Falta de Alternativa----------**82**
Tabela 7. Crimes por falta de dinheiro----------**82**
Tabela 8. Crimes que tem várias causas----------**83**
Tabela 9. Ocorrências Criminais por ano em Marília/SP----------**85**
Tabela 10. Nome das Favelas e numero de domicílios, Marília/SP----------**106**
Tabela 11: Relação de bairros por região do município de Marília- SP----------**126**
Tabela 12. Índice de Vulnerabilidade Familiar - Marília/SP e Rendimentos----------**127**
Tabela 13. Quesitos pesquisados para a criação do Índice de Vulnerabilidade Familiar-----**128**
Tabela 14. Opinião sobre a forma de tratamento que deve ser dado aos infratores X faixa etária----------**132**

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1. Principais Motivos Para a Polícia não tratar a todos igualmente----------**78**
Figura 2. Atendimento Policial----------**79**
Figura 3. Taxa de Domicílios Privados Vagos: cidades Paulistas de 200 a 350mil Hab.------**95**
Figura 4. Itambé* de Marília/SP----------**101**
Figura 5. Mapa de Marília dividida por Setore**s**----------**125**
Figura 6. Localidade dos condomínios fechados e Favelas em Marília----------**129**
Figura 7. Infográfico das Famílias que vivem em favelas em Marilia----------**130**
Figura 8. Bairros que mudaram de função nos últimos 30 anos----------**131**

SUMÁRIO

Introdução----------**12**
Seção 2. Modernidade e Medo----------**17**
2.1 Uma Breve Definição de Medo----------**17**
2.2 Medo e Sintoma Social----------**22**
2.3 O Surgimento e a Derrocada de um Projeto Inacabado----------**27**
2.4 Implicações Sociais da Globalização Econômica e da Ideologia Neoliberal----------**32**
2.5 Outros Aspectos do Medo no Contexto da Modernidade Globalizada----------**41**
Seção 3. A Percepção do Medo e da Violência----------**53**
3.1 O Medo da Violência----------**53**
3.2 A Relevância do Contexto para o Entendimento do Tema----------**55**
3.3 A Percepção da Violência no Brasil----------**60**
3.4 Os Agentes de Segurança: Percepção e Atuação----------**72**
3.5 Econometria e Criminalidade: Alguns Problemas das Pesquisas Quantitativas----------**80**
Seção 4. Percepção e Segregação em Marília: A exploração do Capital do Medo--------**90**
4.1 Urbanização, Concentração Fundiária e Segregação Espacial em Marília----------**90**
4.2 Uma Nova Configuração Urbana e a Exploração do Capital do Medo----------**95**
4.3 O Lugar do Segregado em Marília/SP----------**105**
Considerações Finais----------**112**
Referências Bibliográficas----------**117**
Apêndice----------**125**

Miedo
(Julieta Venegas e Lenine)

Tienen miedo del amor y no saber amar
Tienen miedo de la sombra y miedo de la luz
Tienen miedo de pedir y miedo de callar
Miedo que da miedo del miedo que da
Tienen miedo de subir y miedo de bajar

Tienen miedo de la noche y miedo del azul
Tienen miedo de escupir y miedo de aguantar
Miedo que da miedo del miedo que da

El miedo es una sombra que el temor no esquiva
El miedo es una trampa que atrapó al amor
El miedo es la palanca que apagó la vida
El miedo es una grieta que agrandó el dolor

Tenho medo de gente e de solidão
Tenho medo da vida e medo de morrer
Tenho medo de ficar e medo de escapulir
Medo que dá medo do medo que dá

Tenho medo de acender e medo de apagar
Tenho medo de esperar e medo de partir
Tenho medo de correr e medo de cair
Medo que dá medo do medo que dá

O medo é uma linha que separa o mundo
O medo é uma casa aonde ninguém vai
O medo é como um laço que se aperta em nós
O medo é uma força que não me deixa andar

O medo é medonho, o medo domina
O medo é a medida da indecisão.

Medo de fechar a cara, medo de encarar
Medo de calar a boca, medo de escutar
Medo de passar a perna, medo de cair
Medo de fazer de conta, medo de dormir

Tienen miedo de reír y miedo de llorar
Tienen miedo de encontrarse y miedo de no ser
Tienen miedo de decir y miedo de escuchar
Miedo que da miedo del miedo que da

Tenho medo de parar e medo de avançar
Tenho medo de amarrar e medo de quebrar
Tenho medo de exigir e medo de deixar
Medo que dá medo do medo que dá

O medo é uma sombra que o temor não desvia
O medo é uma armadilha que pegou o amor
O medo é uma chave, que apagou a vida
O medo é uma brecha que fez crescer a dor

El miedo es una raya que separa el mundo
El miedo es una casa donde nadie va
El miedo es como un lazo que se aprieta en nudo
El miedo es una fuerza que me impide andar

Medo de olhar no fundo
Medo de dobrar a esquina
Medo de ficar no escuro
De passar em branco, de cruzar a linha

Medo de se achar sozinho
De perder a rédea, a pose e o prumo
Medo de pedir arrego, medo de vagar sem rumo
Medo estampado na cara ou escondido no porão
O medo circulando nas veias
Ou em rota de colisão
O medo é do Deus ou do demo
É ordem ou é confusão

Medo de se arrepender, medo de deixar por fazer
Medo de se amargurar pelo que não se fez
Medo de perder a vez
Medo de fugir da raia na hora H
Medo de morrer na praia depois de beber o mar
Medo... que dá medo do medo que dá
Miedo... que da miedo del miedo que da

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se a partir das diversas reflexões teóricas, pesquisas e observações empíricas, realizadas ao longo dos anos de 2010 a 2012. Nossa meta foi definir e compreender o estágio atual da modernidade e os fenômenos amedrontadores, efeito do seu desenvolvimento.

Analisamos, por consequência, alguns aspectos de como os indivíduos apreendem e lidam com os acontecimentos que ameaçam desestabilizar seu equilíbrio psíquico e sua integridade física e material. Nesse contexto, expomos nosso entendimento sobre a violência – fenômeno crucial – para melhor entender a questão das ameaças, uma vez que ela foi tomada como a forma mais "visível" da manifestação de insegurança. Nossas posições foram sustentadas por diversos autores de que a violência é algo muito mais amplo e dinâmico do que a mera agressão física ou o cerceamento da vida.

Buscamos, para sustentar nossos argumentos, compreender as representações que se produzem acerca do espaço vivido e do medo, tantas vezes presentes nos discursos dos meios locais de comunicação e que se refletem nas formas de apropriação do espaço, particularmente na arquitetura de autoproteção e no refúgio em "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2000), adotados pelos moradores, um dos sintomas do medo urbano.

Inicialmente, definimos a metodologia a ser utilizada bem como os seus prováveis limites e possibilidades dentro de uma linha investigativa que buscou mesclar a análise de uma conjuntura mais "global" com circunstâncias mais locais: as percepções dos indivíduos de Marília/SP. Procuramos entender o momento em que vivemos a situação e a percepção dos moradores dessa área urbana, pois, embora o fenômeno social representado pelo medo seja uma preocupação universal, o estudo das particularidades e fragmentações locais contribui para a compreensão do processo em escala mais ampla, inclusive pela facilidade de acesso aos dados oficiais, às fontes de pesquisa em geral e à própria população, especialmente no caso do estudo das percepções, no qual a subjetividade do tema exige a produção de dados pelo próprio pesquisador – fonte primária (FELIX, 1996).

Nesse sentido, para um suporte mais sólido de nossos argumentos, adotamos a perspectiva fenomenológica como instrumento metodológico visando a compreender, num nível mais profundo, os efeitos do espaço[1] sobre as ações, interações e relações sociais dos

[1]Ao trabalharmos a ideia de espaço, nos referimos ao espaço global, não apenas local, um espaço que, apesar de sua cartografia e demografia particulares, sofre a influencia de outras localidades. O espaço para nós será

indivíduos. Abordando o espaço vivido como fundamental à compreensão das sociabilidades, Merleau-Ponty (1999), argumenta que percepção é inteligência, é a noção de um mundo fenomenológico que se constitui sobre certa organização espacial, "simplesmente porque o comportamento das pessoas baseia-se na sua percepção da realidade, e não na realidade em si. O mundo como é percebido é o mundo importante para o comportamento" (FURTADO, 2009:118). Assim, a fenomenologia mostrou-se como um instrumento valioso para o entendimento das implicações sociais e humanas do espaço.

Por conseguinte, investigamos a relação entre a percepção – fundamentada num espaço específico – e as transformações que dela decorrem quando o espaço passa a ser um "espaço de medo". Para isso, apreendemos as percepções do sentimento de medo com relação ao espaço compartilhado sob a óptica de Bauman (2001, 2008, 2009), Caldeira (2000), Tuan (1980, 2005), Souza (2008), Giddens (2000), Freud (1986), Fromm (1972), entre outros, para relacioná-las qualitativamente às caracterizações sócioespaciais e às evidências da dinâmica espacial de uma cidade média do estado de São Paulo, a partir das análises de Félix (1996 e 2002).

Consideramos essencial destacar três aspectos metodológicos: *tempo, espaço e percepção do medo*. Como sugerem Bauman (2008) e Delumeu (2009), não tratamos de reconstruir a conjuntura social a partir do sentimento exclusivo de medo, pois este sentimento é apenas um dentre os vários fatores que estruturam uma sociedade. Nem ao menos corroborar Tuan (2005) de que toda a civilização é produto de uma longa e interminável batalha contra o medo. Não tentamos, portanto, reconstruir, analisar e criar representações sociais exclusivamente a partir do sentimento de medo e insegurança[2] dos indivíduos, mas contextualizá-los, restabelecer sua parte legítima no complexo de sentimentos que, considerando-se os espaços e as épocas, desempenham um papel crucial na história e nas ações das sociedades humanas.

As outras duas perspectivas, tempo e espaço, limitaram nossa pesquisa, especialmente à conjuntura social dos últimos dez/vinte anos e ao espaço urbano de Marília/SP. Os dados quantitativos dessas perspectivas são resultados das pesquisas realizadas pelo GUTO – Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado – e

---

sempre pensado em termos de "espaços de fluxo" (BAUMAN, 2008), ele nunca irá se explicar por si só, na medida em que está inserido em uma rede de absorção que ultrapassa seus limites territoriais: a globalização.

[2] Essa associação entre medo e insegurança é muito comum nos escritos sociológicos, pela dificuldade de definição desses termos, e pela própria dificuldade de distingui-los, separá-los, enquanto estados subjetivos ou perceptivos da realidade. Ver o conceito de "medo secundário" de Bauman (2008), explicitado nas páginas 19 e 20 deste trabalho.

pelo LEVS – Laboratório de Estudos Virtuais da Violência e da Segurança – ambos da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Marília; da Fundação Seade, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP).

Dentre as dezenas de pesquisas do GUTO, duas nos interessaram diretamente: *Vitimização*[3] e *Vulnerabilidade*[4]. As pesquisas de Vitimização, pelas importantes informações de insegurança que tangenciam o sentimento de medo referenciado no espaço e no tempo (uma década de percepção). Na 4ª edição das pesquisas de vitimização, foi inserida uma questão direta sobre o medo ("do que você mais tem medo atualmente"?), cujo resultado norteou a nossa investigação atual. A "Vulnerabilidade", por abranger aspectos como moradia, saúde, emprego, recursos e conhecimento, variáveis importantes na análise do medo, foi analisada em conjunto com a percepção da população. Ambas compõem um grande banco de dados e estão publicadas na página virtual do grupo (www.levs.marilia.unesp.br). Todo este material foi trabalhado à luz de teóricos que direta ou indiretamente estudam o medo e as percepções derivativas de tal conjuntura, e auxiliaram na busca de respostas às questões norteadoras desse trabalho.

Nosso *objetivo geral* foi, portanto, captar a percepção do medo e da insegurança, analisando alguns aspectos da conjuntura sociocultural e econômica da atualidade, para, em um segundo momento, avaliar o comportamento e as percepções dos indivíduos que vivem no meio urbano da cidade de Marília/SP, para, com isso, conhecer – de modo mais completo – as sociabilidades e as relações que se estabelecem entre o sujeito e o espaço vivido, sua exposição ao urbano e os problemas sociais por ele enfrentados, embasados nos conceitos de teóricos da sociologia, da psicologia, da geografia e da história.

Apesar do objetivo principal desta pesquisa ser a análise social sob o enfoque do medo e suas consequências, gostaríamos de salientar que é muito difícil estudar o medo como objeto sociológico, sentimento tradicionalmente contido nos limites das ciências do comportamento individual. A complexidade é maior diante da transposição do individual para

[3]A pesquisa de "Vitimização", coordenada por Sueli Andruccioli Felix, se desenvolve na cidade desde 2001 (intervalo médio de 3 anos), está em sua 4ª edição e recebeu apoios diversos: a primeira realizou-se paralelamente a um projeto do Programa de Políticas Públicas da FAPESP (2001-04), a terceira recebeu apoio da FINEP/MCT e as demais do CNPq e Fundo de Pesquisa da FFC/UNESP.

[4] A Pesquisa "Vulnerabilidade Familiar" foi coordenada por Fernando Frei e recebeu apoio FINEP/MCT (2008). O Índice de Vulnerabilidade (IV) utiliza os quesitos do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) que é composto por 7 dimensões: familiar, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, desenvolvimento infantil, moradia, condições de saúde e recursos. FREI, Fernando. Índice de Vulnerabilidade Familiar - IVF: mensuração de fatores de risco para a violência. Revista LEVS, São Paulo, vol. 1, nº 1. P. 115-126, 2008. Disponível em http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao1/Autores/fernandofrei.html

o coletivo, pois, ainda que os sentimentos de medo sejam compartilhados coletivamente, as reações individualizadas podem ser de intensidade e abrangência diferentes. Assim, transpor para a sociedade as análises do medo válidas para indivíduos tomados em seu particular, certamente foi o maior desafio deste trabalho, uma vez que o caráter do medo ainda não foi completamente entendido. Mesmo interpretado como um problema local (conscientização geral do perigo no ambiente imediato), diversos estudos antropológicos (MERRY, 1981a e SMITH, 1984b) sugerem o medo como uma experiência que não se distingue ou se delimita claramente (FELIX, 1996:141).

Para enfrentar o desafio de compreender melhor o medo da sociedade em análise, utilizamos entrevistas semiestruturadas abordando as percepções do medo e ações defensivas adotadas pelos moradores da cidade. A forma utilizada para a análise dos resultados no aspecto qualitativo das entrevistas seguiu o aporte teórico da metodologia de Caldeira (2000:58)[5]. As percepções captadas nas entrevistas compuseram as evidências subjetivas fundamentais para a nossa análise qualitativa que, por sua vez, comparadas às caracterizações apontadas dos estudos quantitativos sobre os dados sócioespaciais, foram relacionadas, por fim, ao referencial teórico metodológico[6].

Dessa forma, nossa pesquisa está baseada em dois procedimentos metodológicos: análise de algumas implicações da conjuntura atual (globalização, individualismo, egocentrismo etc.) que podem estar associadas ao medo e à insegurança, por meio do referencial teórico metodológico específico; e no contato direto com a população, visando a alcançar a sua percepção do medo (insegurança) e dos processos sociais desorganizadores (crime, desemprego, drogas etc.), bem como captar a sua percepção em relação às instituições públicas (de atendimento à segurança, saúde, educação etc.). Com relação aos dados quantitativos nos apoiamos nas informações obtidas no Sistema de Informação da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo e em algumas variáveis das pesquisas de vitimização e de vulnerabilidade familiar do Grupo de Pesquisa GUTO/UNESP. A partir disso, subsidiamos as análises da organização do espaço e dos sentimentos de medo dos moradores.

[5]1)Para Caldeira deve-se descrever detalhadamente a situação em que a entrevista se dará; 2) transcrição literal das entrevistas; 3) revisão e análise da estrutura da narrativa e das opiniões dos entrevistados sobre diferentes temas e tópicos pré-estabelecidos; 4) gerar listas de temas que pareçam centrais e recorrentes; 5) marcar nas entrevistas as citações correspondentes aos temas identificados; 6) produzir um índice para cada entrevista; 7) produzir um índice geral de índices. Com esses procedimentos será possível manejar as entrevistas de modo a agrupar as citações por temas, analisando-as novamente.

[6]Reiteramos o tratamento sigiloso, sempre necessário, das informações obtidas através das entrevistas, sem qualquer identificação dos entrevistados com vistas a garantir sua integridade. O roteiro de entrevistas foi submetido ao Conselho de Ética da FFC/UNESP e ao conselho do Ministério da Saúde (Plataforma Brasil).

E, para avançarmos na investigação sociológica de um problema amplo como o medo e a insegurança, focamos em alguns aspectos que nos pareceram fundamentais: na segunda seção refletimos sobre o medo a partir da análise da dinâmica de vida que a modernidade nos oferece enquanto um projeto que vem influenciando a formação de nossa subjetividade, a nossa interação e organização social e o direcionamento das nossas ações. Assim, antes da análise dos medos cotidianos, ao que atribuímos o status de arriscado e perigoso, realizamos uma observação do processo histórico que nos levou ao estágio atual em que vivemos[7]. Constatamos que por trás do medo, atualmente, há uma profunda insegurança em relação às transformações que a modernidade trouxe em seu bojo: individualismo, competitividade, perda do status social, perda dos referenciais comunitários, instabilidade emocional e material, desencantamento religioso e, em última instância, as consequências da globalização negativa.

Na terceira seção, definimos violência e realizamos um estudo comparativo entre pesquisas nacionais e regionais que tratam da questão. As primeiras dialogam com as pesquisas de Vitimização realizadas pelo nosso Grupo de Pesquisa GUTO/UNESP, e ajudaram a entender um pouco melhor as temáticas abordadas, pois as pesquisas têm em comum investigar a percepção popular em relação à violência, à segurança pública e aos seus principais órgãos. Essas pesquisas estimularam à observação mais profunda dos temas abordados, devido à quantidade de trabalhos já realizados pelo nosso grupo de pesquisa, e a possibilidade de observar as similitudes e discrepâncias das pesquisas nacionais quando comparadas a estudos de uma cidade média.

Por fim, na quarta seção, investigamos como a "rotinização" do medo e algumas formas de violência impactam as percepções dos sujeitos, especialmente, em suas manifestações segregacionistas, tomando Marília/SP como referencial. Refletimos sobre os novos *habitus* (no sentido de BOURDIEU, 1982) e como eles produzem "disposições duradouras" quanto às novas práticas de se habitar o mundo e de orientar ações; e quem, corroborando Bauman (2008), se beneficia ou é vítima do "capital do medo".

[7] A descrição que segue nos ajudou a fazer uma ponte, entre nosso estudo (micro) e o mundo em que vivemos (macro). Claro que o viés do processo histórico aqui (e do último capítulo) é aquele vinculado aos motivos que hoje atribuímos o status de perigoso e aos medos que o desenvolvimento do projeto moderno nos coloca. Desse modo, não abordaremos a formação da Modernidade, uma questão demasiadamente complexa e que carece de consenso, mas, sim, algumas características associadas ao seu desenvolvimento e que podem estar ligadas aos sentimentos de insegurança e medo na atualidade. Assim, partimos do pressuposto que o leitor conheça, minimamente, as condições socioculturais e econômicas dos tempos pré-modernos.

2. **MODERNIDADE E MEDO**[8]

2.1 Uma breve definição de medo

"Onde o medo está presente, a sabedoria não consegue estar" [9]
(Lucius C. Lactantius)

A palavra medo provém do termo latino *metus*. Trata-se de uma emoção geralmente associada a perturbações angustiosas perante um risco ou uma ameaça real ou imaginária. É uma emoção que se caracteriza por um intenso sentimento habitualmente desagradável, provocado pela percepção de um perigo, seja ele presente ou futuro, real ou imaginário. Também se refere aos receios de que ocorra o contrário do que se pretende.

Sob a perspectiva da biologia, o medo é uma das emoções primárias que resultam da aversão natural à ameaça, presente tanto nos animais como nos seres humanos[10]. Nesse sentido, o medo é constituinte de um esquema adaptativo e constitui um mecanismo de sobrevivência e de defesa que permite ao indivíduo responder, em face de situações adversas, rápida e eficazmente. O medo é uma forma comum de organização do cérebro primário dos seres vivos, com a ativação da amígdala cerebral alojada no lóbulo temporal. Já, do ponto de vista da psicologia social, o medo é um estado afetivo e emocional, necessário para o organismo se adaptar ao meio, ele é um fator estruturante da subjetividade e está associado, necessariamente, às construções sociais (FROMM, 1972).

Entretanto, essas definições não são satisfatórias para uma abordagem social das representações do medo e, para resgatá-las do campo exclusivo da biologia e da psicologia, preferimos trabalhar com a definição de medo proposta pelos sociólogos Adorno e Lamin (2006:154) [11]:

> [...] pode-se dizer que, no domínio das Ciências Sociais e das Humanidades, esse sentimento traduz *reações de retraimento*, individual ou coletivo, diante de fatos, acontecimentos, situações ou contextos percebidos como ameaças ou agressões à integridade física, psíquica ou moral dos seres humanos, ao patrimônio privado ou público, à identidade dos grupos sociais, aos bens coletivos protegidos pelas leis, aos valores tidos como sagrados e dignos de respeito em comunidades e sociedades.

---

[8] Esta seção é fruto de um aprofundamento de discussões feitas, anteriormente, pelo autor em *A Lógica Moderna e o Medo* (Revista LEVS, edição 5, Marília/UNESP, 2010) e em *Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco* (Revista LEVS, edição 7, Marília/UNESP, 2011).

[9] Todas as citações que iniciam cada item deste trabalho foram retiradas do livro *Dicionário de Citações* de Paulo Neves da Silva, editora Ancora, 2006.

[10] Do ponto de vista histórico, "o estudo da neurobiologia do medo se inicia nos relatos de Darwin sobre o caráter evolutivo do comportamento emocional no homem" (BRANDÃO, 2003:3).

[11] Para as considerações sobre o conceito de medo e boa parte da discussão de medo como sintoma social que se segue, ver Adorno e Lamin, 2006:151-59.

Essas reações de retraimento, no entanto, do ponto vista sociológico, apresentam algumas características. Primeiramente, as circunstâncias ou contextos tidos como ameaçadores variam no curso da história e são, pois, construídos social e culturalmente. Os medos dos indivíduos medievais, ou de sociedades anteriores, não são os mesmos que predominam nas sociedades modernas (urbano-industriais). Como aponta Giddens (1991:104), as ameaças e perigos emanados da natureza, como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres naturais, bem como a ameaça de violência humana por parte de pilhadores, senhores da guerra locais, bandidos e saqueadores, e a perda da graça religiosa ou da influência mágica, não assustam tanto quanto anteriormente. Nas sociedades modernas os retraimentos derivam, principalmente, da rapidez com que o conhecimento, as tradições e a própria cultura se transformam, criando uma ameaça de falta de sentido pessoal (de uma impossibilidade de autorrealização), e da violência a partir da exacerbação dos conflitos sociais e da industrialização da guerra.

Nesse mesmo sentido, as reações também variam diante das guerras, das rebeliões ou processos de comoção ou crise social, em face das calamidades, dos acidentes, dos ciclos agudos de fome e miséria, das ondas de crime e de violência interpessoal ou ainda durante abruptos processos de mudança social, cujo significado e direção escapam da compreensão dos indivíduos neles envolvidos. Por isso, os distintos grupos sociais também manifestam reações desiguais diante de situações, igualmente distintas, de ameaças ou agressões: homens em relação a mulheres, crianças em relação a adultos, os ricos em relação aos pobres (ADORNO e LAMIN 2006:155).

Além disso, "[...] ainda que os sentimentos de medo sejam compartilhados coletivamente, as reações individualizadas podem ser de intensidade e alcances diferentes [...]" (ADORNO & LAMIN, 2006:155). Diante das mesmas ameaças, alguns poderão reagir com manifestações de dor e sofrimento; outros com silêncio; outros ainda reagirão com violência e agressão, pois as reações e as percepções do medo têm origem subjetiva[12].

Entretanto, e aqui cabe o papel investigativo da sociologia, essas reações e percepções subjetivas tendem a se tornar comportamentos padronizados e objetivos no

[12] Quando nos referirmos à subjetividade teremos sempre em mente essa definição relacional que aponta a emergência da subjetividade e, consequentemente, da percepção subjetiva a partir da relação indivíduo-sociedade. Assim, "A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que de um lado nos identifica, por ser única, e de outro lado nos iguala, na medida em que os elementos são experienciados no campo comum da objetividade social. Em síntese – a subjetividade – é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais" (FURTADO, 2009:8).

contexto e no momento igualmente determinado de uma sociedade, e em um momento igualmente determinado de sua história, exprimindo e expandindo preconceitos contra tudo aquilo e contra todos – pessoas ou grupos – culpados pelas ameaças ou potenciais agressores.

Não podemos esquecer que o medo (e as reações de retraimento que dele derivam) não é independente das suas formas de comunicação e de circulação.

> Não raro, o medo circula através de gestos, expressões corporais, imagens, símbolos, rituais, estéticas (literárias ou não), textos diversos. Frequentemente, essas formas estão encarnadas em estórias contadas de geração a geração, falas sobre fatos e acontecimentos, rumores, depoimentos, testemunhos. Não raro também contribuem para potencializar a insegurança e reproduzir a violência que traz subjacente às narrativas (ADORNO e LAMIN, 2006:156).

Um exemplo significativo disso é o que a antropóloga Tereza Caldeira (2000) chamou de *fala do crime*. A fala do crime está presente nas conversas diárias, nas distorções sobre a percepção do crime e da violência feita pelos entrevistados da autora. A fala do crime engendra estereótipos, legitima segregações e justifica preconceitos. Ela cria um discurso próprio sobre a insegurança que penetra no inconsciente das pessoas que a usam para dar certa inteligibilidade à vida social. A fala do crime é, essencialmente, o que distorce a realidade quando o assunto é a percepção da violência e os modos de enfrentá-la e/ou entendê-la de modo mais completo.

Avançando um pouco mais na discussão, Bauman (2008) escreve que o medo é o nome que atribuímos às nossas dúvidas, à nossa falta de compreensão da ameaça que nos atinge e do que deve ser feito em relação a ela, para fazê-la parar ou enfrentá-la. Os homens, ainda, conhecem algo mais, além disso: uma espécie de medo de "segundo grau". Um medo, por assim dizer, social e culturalmente (re)criado, um medo derivado das experiências e percepções do cotidiano que orienta o comportamento dos indivíduos, quer exista ou não uma ameaça imediatamente presente. O medo secundário pode ser visto como decorrência de uma experiência passada de ameaça direta que deixa resquícios, e se torna um elemento relevante na modelagem da conduta humana, mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida e à integridade, como uma estrutura mental, é caracterizado como um *sentimento de vulnerabilidade ao perigo,* uma sensação de suscetibilidade e insegurança. É nesse sentido de "medo secundário" que muitas vezes associamos medo e insegurança.

Entretanto, numerosos estudos[13] demonstram que na consciência dos amedrontados, o medo secundário é muitas vezes desunido dos perigos que realmente o causam. As pessoas inseguras e vulneráveis, afligidas pelo medo, geralmente dirigem suas ações defensivas ou até agressivas, destinadas a enfrentar o medo, para longe dos perigos realmente responsáveis pela suspeita de insegurança. É precisamente nessa desunião entre o medo real (da ameaça autêntica que está verdadeiramente presente) e o imaginário (aquele que se nutre da insegurança) que precisamos nos debruçar.

Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá, rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o medo, derivado desta percepção de mundo, acaba por adquirir uma capacidade de autopropulsão (BAUMAN, 2008). Daí, a importância de voltarmos nossa atenção para o entendimento dessas questões que permeiam o nosso cotidiano, tentando observar como o imaginário social constrói e reproduz, muitas vezes sob o prisma de elementos incertos e amedrontadores, sentimentos diversos sobre uma mesma realidade social. Tais elementos estão presentes em todas as esferas e grupos sociais, às vezes parecidos, às vezes completamente diferentes, dependendo, dentre outras, da estrutura social e das formas de comunicação a que estão submetidos os indivíduos no espaço público (comunitário) ou privado (individual).

Não obstante, e um ponto importantíssimo de análise, o medo resulta em consequências sociais e políticas para uma sociedade. Nessa perspectiva, Bauman (2008) criou o conceito de "capital do medo", ou seja, existe todo um aparato econômico e político que se beneficia com a perpetuação do medo, como, por exemplo, a indústria da segurança privada, a indústria imobiliária e a mídia[14].

Delumeau (2009) mostrou, com muita propriedade, como o medo vem sendo objeto de manipulação social e política há dois milênios. Desde a antiguidade, sobretudo a partir do Renascimento (como ELIAS (1994) também aponta) os homens no poder se valeram do medo para sustentar seu poderio social e político. "Apregoar o medo à plebe, ao passo que a coragem era um dom da nobreza, fazia crer que um "não nobre" jamais chegaria a se tornar um deles, não colocando em risco a nobreza" (ADORNO e LAMIN, 2006:156). O medo era o quinhão vergonhoso – e comum – e razão da sujeição dos pobres. Ou seja, os homens no poder fazem de modo a que o povo – essencialmente os pobres – tenha medo. E a ascensão da

12 Verificar: Zigmunt Bauman, *Medo Líquido*; Yi-Fu Tuan, *Paisagens Do medo*; Anthony Giddens, *Mundo Em Descontrole*; Sergio Adorno e Cristiane Lamín, *Violência, medo e Insegurança*, entre outros.

[14] Essas questões serão mais bem trabalhadas adiante.

burguesia, no final da idade média, fez com que a exaltação da coragem dos nobres se tornasse ainda mais evidente, fazendo a nobreza – sentindo-se ameaçada – manipular o medo como uma insígnia para reafirmar sua condição social e legitimar seu poder político sobre os demais.

É nesse período, por exemplo, que se realçam as narrativas *hagiográficas*, que consistem na descrição da vida e das práticas de virtudes heroicas, de algum santo, beato ou servo de Deus; que surgem as *novelas de cavalaria*, narrativas literárias em capítulos que contam os grandes feitos de um herói (acompanhado de seus cavaleiros); e que se aumenta a produção da *literatura dos nobiliários* (ou livros de linhagens), relatórios a respeito da vida de um nobre, sua árvore genealógica e a relação das riquezas e dos títulos de nobreza que possui. Paralelamente, "[...] a literatura das crônicas é igualmente inesgotável no que diz respeito ao heroísmo da nobreza e dos príncipes, sendo esses a flor de toda nobreza. São impermeáveis a todo temor [...]" (DELUMEAU, 2009:15). "Romance e teatro destacaram, por seu turno, a incompatibilidade entre esses dois universos ao mesmo tempo sociais e morais: o da valentia – individual – dos nobres, e o medo – coletivo – dos pobres" (DELUMEAU, 2009:17). Era necessário que fosse assim, para a nobreza justificar aos seus próprios olhos e aos do povo o poder de que estavam revestidos. Até mesmo atualmente, mas com ênfase no tempo da Renascença, o discurso literário apoiado pela iconografia exaltou a valentia – individual – dos heróis que governam a sociedade.

Esses discursos tiveram por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás das falsas aparências de atitudes ruidosamente heroicas. A nobreza, por meio de seus escritos e linguagem falada, engendrou uma verdadeira confusão mental amplamente difundida entre medo e covardia, coragem e temeridade. Na breve história do Ocidente, a palavra medo foi carregada de vergonha e caracterizada como um sentimento baixo. Situação que se agravou devido o contraste da figura do cavaleiro, do nobre, perfeito, com uma massa considerada sem coragem.

E por trás de todo esse manejo político do "capital do medo" – entre os séculos XIII e XVIII – Delumeau (2009) constatou, ainda, que as populações desse período estavam imersas em uma angústia profunda, decorrente de um "acúmulo de agressões" que vinham se abatendo sobre elas: pestes, guerras internas e externas, cruzadas, invasões, absolutismo político, aumento de impostos, disputas religiosas, inquisição, expansão marítima e a consequente "descoberta" de um novo mundo (não menos assustador).

O fato é que, para resolver esses problemas, os "homens da igreja" agiram rápido para se apropriarem dessas angústias, nomeando-as, classificando-as em medos concretos e palpáveis, a fim de sustentar seus dogmas. Não por acaso Nietzsche (2009) escreveu "o medo é o pai da moralidade". Desse modo, criou-se a imagem do "outro" para se temer. Foram considerados "inimigos" todos aqueles que se colocavam contra os preceitos cristãos, assim como estrangeiros, mulçumanos, índios, nômades e bárbaros.

Entretanto, na transição das sociedades pré-modernas para as modernas sociedades capitalistas ocidentais, os medos mudaram substancialmente, mas não deixaram de persistir enquanto práticas sociais que estabelecem fronteiras entre ricos e pobres, entre burgueses e operários; que afastam moral e socialmente os desiguais; que perpetuam a impessoalidade em boa parte das relações sociais; e salientam os perigos de se relacionar com os "desconhecidos".

2.2 Medo e sintoma social

> "As massas humanas mais perigosas são aquelas em cujas veias foi injetado o veneno do medo. Do medo da mudança". (Octavio Paz).
>
> "Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz" (Platão).

Não é difícil acreditar, certamente não sem motivos, que as pessoas consideram o mundo, atualmente, mais assustador e perigoso do que no passado. As pesquisas de opinião pública têm mostrado que a violência e o medo da violência se situam entre as mais importantes preocupações do cidadão comum[15]. Esse é o principal motivo de apontarmos a violência como a manifestação mais visível do medo, pois ela é a representação simbólica mais mencionada pelas entrevistas que realizamos e outras derivadas de sondagens alheias.

Cada sujeito tem uma história a ser contada. Ou já foi vítima direta da violência, como protagonista imediato ou conhece alguém (familiar, amigo ou vizinho) que já foi vítima, e que se torna familiar, se não pela proximidade física, através da proximidade no tempo e no espaço que a imprensa proporciona.

Em relação à mídia, a imagem da violência ganha um aspecto privilegiado, por ao menos dois motivos: tem facilidade de causar espanto e, consequentemente, gerar emoções nos telespectadores e camufla uma tentativa sensacionalista de busca por audiência. Segundo

[15]Ver IPEA (2010), IBGE (2011), Vitimização (2010) entre outras.

Di Franco (2012) a violência não é uma invenção dos meios de comunicação[16]. O problema não está no noticiário da violência, e sim na miopia, na obsessão pelos aspectos sombrios da realidade. A crítica não é a denúncia da violência: denunciar o avanço da violência e a falência do Estado no seu combate é um dever ético; o problema é o culto ao noticiário violento em detrimento de uma análise mais séria e profunda dos fatos. Não se trata, portanto, de sonegar informação. É preciso, contudo, contextualizá-la, pois a overdose de violência na mídia pode gerar fatalismo e uma perigosa resignação. Nesse sentido, o jornalismo de "baixa qualidade" ajuda a ampliar o medo dos cidadãos, uma vez que, à gravidade da situação, acrescenta-se uma dose de espetáculo e, claro, uma indisfarçada busca por audiência.

> É cômodo e relativamente fácil provocar emoções. Informar com profundidade é outra conversa. Exige trabalho, competência e talento [...]. É fácil fazer jornalismo de boletim de ocorrência [...]. Os que estão do lado de cá, os jornalistas, carregamos nossas idiossincrasias. Sobressai, entre elas, certa tendência ao catastrofismo. O rabo abana o cachorro. O mote, frequentemente usado para justificar o alarmismo de certas matérias, denota, no fundo, nossa incapacidade para informar em tempos de normalidade. Não há o que fazer – imaginam inúmeros leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, acabamos todos paralisados sob o impacto de uma violência que se afirma como algo irrefreável e invencível (DI FRANCO, 2012).

O que mais causa impacto nas notícias veiculadas pela mídia talvez não seja o conflito de classes ou a miséria em que se encontra imersa grande parte dos protagonistas, o maior impacto fica por conta do espetáculo proporcionado pelos meios de comunicação: os textos que expressam a crueza dos eventos, as imagens que não desmentem ninguém, o vídeo que apresenta a fala dos diferentes e desiguais, sejam vítimas, agressores, autoridades ou de expectadores transfigurados em testemunhas. Não existe respeito na exposição dos corpos desfigurados, não há sequer o mínimo respeito pela privacidade dos cidadãos, cuja trajetória de vida é escancarada como se pudéssemos ver com clareza os sinais de seu infortúnio: "[...] fala-se em uma vida contaminada de vícios e deslizes morais, mostram-se armas e instrumentos; descreve-se o *modus operandi* do agressor ou agressores, identificam-se situações de premeditação do crime [...]" (ADORNO e LAMIN, 2006:152-3).

Nesse sentido, a violência da desigualdade social cede lugar ao relato detalhado da violência interpessoal. Tudo, portanto, parece muito próximo. Não há mais espaço para a inocência. A nostalgia de um mundo sem violência esvai-se no passado. As ideias de inocência são substituídas pelas da ameaça constante e iminente. Nas conversas cotidianas o assunto torna-se recorrente.

[16]O professor Carlos Alberto Di Franco, no artigo *Jornalismo e Violência*, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 23 de julho de 2012, faz considerações importantes sobre essa atuação da mídia.

Por isso, o poder da mídia em atuar na percepção da criminalidade e no medo da vitimização criminal não pode ser menosprezado. Sem contar que o desenvolvimento recente da mídia de massa, o aumento da popularidade de programas policialescos e sensacionalistas na televisão, o acesso instantâneo às desgraças mundiais através de um cabo de internet ou de TV, os filmes *hollyudianos* de pancadaria e sangue, a natureza interativa dos jogos eletrônicos violentos, o aumento real da ocorrência de crimes mais "estranhos" e ataques em massa, podem tornar a imagem da mídia ainda mais potente.

Como podemos perceber nas entrevistas, a mídia exerce um poder importante na formação de opiniões sobre segurança e, muitas vezes, contribui para a incitação do medo da vitimização e ajuda a moldar as subjetividades e aumentar a sensação de insegurança. A fala de dois moradores de Marília/SP é bem ilustrativa:

> [A senhora considera sua casa segura? Se não, o que faria nela para aumentar a segurança?] Se eu tivesse dinheiro sobrando eu colocaria mais cerca, porque quanto mais você investir em segurança melhor. Nunca é dinheiro jogado fora. Por que uma cerca elétrica ela inibe, não quer dizer que não entra. Tanto que quando entraram aqui (referência a um furto acorrido na garagem em 2004) tinham entrado no prédio que o ex-presidente Lula mora. Eu até falei com o policial: "Gente pensa bem acabaram de assaltar o prédio do presidente (na época ainda presidente), então, lá deve ter segurança até na alma de quem mora lá e conseguiram entrar". [...] Igual, eu vi uma reportagem faz pouco tempo, o jornalista perguntou se o cara abria o carro para roubar e o entrevistado disse "eu abro o carro que você quiser, pode ter o alarme que tiver". Então, não é Marília, não é Bauru, não é não sei o que; qualquer lugar é visado. Por acaso o cara está passando lá em Lácio (pequena cidade da região de Marília) que não tem nada, de repente ele vê uma casa lá que chama a atenção dele, então ele vai assaltar essa casa por que tem alguma coisa que interessa a ele. Ele vai e assalta. E vê um carro que ele gostou. Você pode falar, mas em Lácio o pessoal deixa a porta aberta ou em Junqueirópolis, Tupã, Nóbrega, são cidades tranquilas, não são, isso é até que aconteça. Então eu acho que a segurança está igual no Brasil inteiro. [...] A vida de modo geral está deixando as pessoas meio que descontroladas. Às vezes você vê uma pessoa que você nunca imaginava que tivesse uma reação violenta e ela tem. Eu não sei se eu vejo jornal demais, *talvez eu veja jornal demais*. Porque isso é bem típico do ser humano e antigamente parecia que essas coisas não aconteciam (Autônoma, 56 anos, moradora do Jardim Marília).

> [O senhor considera Marília uma cidade segura?] Totalmente não. Eu acho inseguro. [Mas por quê?]. Por causa de segurança, a gente tem que ficar atento, não pode se acomodar, se não já viu. *Do jeito que a gente lê no jornal ai*, sempre está acontecendo alguma coisa. (Bancário Aposentado, 60 anos, morador do Jardim Aeroporto).

Para melhor ilustrar o que tentamos apontar e sustentar nossa argumentação, realizamos uma entrevista com um repórter da filial da Rede Globo em Ribeirão Preto/SP e Campinas/SP – EPTV[17]. Durante a conversa percebemos que essa lógica midiática de mostrar a violência diariamente é racionalmente esquematizada. O repórter explicou que, durante a

[17] Para proteger a integridade do repórter, omitimos o seu nome e atuação.

elaboração das pautas a serem tratadas nos telejornais do meio dia e do final da tarde, a violência ganha um lugar de destaque. Em primeiro lugar, durante a elaboração do jornal já está, mesmo que tacitamente, acordado que cerca de 40% a 50% do período deve ser dedicado a mostrar a violência (ou eventos associados a ela) – dependendo de quão trágico foi o dia anterior ou o período até o início do jornal. E isso tem um objetivo claro: chamar a atenção do telespectador para acompanhar o jornal. Depois da carnificina, vêm as notícias sobre política e bem-estar, para, por fim chegar as noticias do esporte. "[...] Isso é pensado, pois, primeiro você chama a atenção do telespectador para que ele fique apreensivo e curioso sobre o que de mau está acontecendo; depois vêm as notícias de política e, por fim, de esportes para ele ir ficando mais calmo e relaxado para assistir a novela [...]". Esse padrão, segundo informações desse repórter, é o mesmo para todos os telejornais da Rede Globo. Não podemos esquecer, ainda, que não só da violência humana direta vive os jornais, eles também transmitem ao vivo (em tempo real e instantaneamente) as tragédias da natureza, os novos vírus mortais, o clima "maluco", os julgamentos criminais, as crises econômicas, fazendo com que, catástrofes, dramas, crimes e agressões, componham uma pauta sombria e perturbadora. Algumas matérias recentes de jornais de Marília, por exemplo, também ilustram este papel que a mídia exerce sobre a incitação do medo, ao preconizar um suposto sentimento de pânico que teria acometido a cidade, depois de chacinas e ataques violentos[18].

Bauman (2008) observa que, a partir das representações de violência que os meios de comunicação proporcionam – de que vivemos em um lugar "sem lei" ou onde a norma se funda na força física – os indivíduos reagem, criando um sintoma social, fazendo com que as reações e percepções dos indivíduos se tornem comportamentos padronizados e objetivos. Ao

[18] *Em Marília crescem números de homicídios, estupros e roubos (Jornal de Marília de 21/01/2011)*; *Homicídios crescem mais de 233% no período de um ano (Jornal da Manhã de 9/01/2011).* Essa espetacularização da violência está presente na interpretação um tanto equivocada dos indicadores de homicídios publicados nas matérias citadas. O aumento acima de 233% propagado pela mídia local refere-se aos 19 homicídios ocorridos em 2010, em Marília (foram 6 em 2009); que incluem corpos carbonizados encontrados nas estradas que cortam a zona urbana e, até aquele momento, não identificados (portanto, sem informações de onde vieram e onde foram mortos); 4 mortes por acidentes de trânsito classificados como homicídio doloso (tipificação pouco usual no Município) e 12 mortes por armas de fogo, brancas, asfixia e linchamento. Ou seja, descontados os acidentes de trânsito e as desovas de cadáveres, seriam 14 homicídios, o que significaria um aumento de 133% em vez de 233%, como veiculado pela imprensa. Os dados oficiais publicados pela Secretaria de Segurança Pública/SP confirmam o total de 14 homicídios (contra 6, em 2009), mas inclui os acidentes de trânsito e os corpos supostamente desovados na cidade. Importante destacar que, embora as desovas promovam muito medo, elas não indicam que houve aumento nas ocorrências locais de homicídios. Outra matéria do *Jornal de Marília* de 25/10/2011 elucida a perspectiva da imprensa sobre a violência: "*Violência explode e cidade bate recorde de roubos em setembro*". De fato, como mostram os registros[18], ocorreu um aumento no número de roubos (somadas todas as modalidades) no Município em 2011, nove a mais, se comparado ao mês de agosto, mas nada que justifique o título da matéria. Sem contar que outros meses de 2011 – janeiro e março – (57 registros em ambos) apresentam números muito próximos do mês de setembro (60 casos). Ver quadro de ocorrências nos apêndices.

viver atrás de muros, grades, cercas eletrificadas e vigilância privada, ao adquirirem sistemas de segurança pessoal e seguros de toda ordem, ao buscar o anonimato e abandonar os espaços públicos, as pessoas estão a dizer que algo de errado ocorre nas profundezas do social. “A cotidianidade do medo constitui o pano de fundo de um cidadão acuado, voltado para si próprio, encerrado em seus próprios limites, incapaz de ver algo além dos horizontes mais imediatos. Enfim, um cidadão com medo” (ADORNO e LAMIN, 2006:154). Sem contar que essa atmosfera de insegurança encontra seus apoiadores naqueles que veem nela uma possibilidade de se beneficiar com o *capital do medo*, ou seja, com todos os equipamentos humanos ou não que são fabricados e vendidos a partir da exploração da sensação de insegurança dos indivíduos, aumentando os cofres dos capitalistas do ramo da violência e da tragédia.

Nossa hipótese é que o medo ocupa o lugar de um sinalizador – na contemporaneidade – de um mal-estar social. O medo é a expressão de mal-estar que “[...] faz água e ameaça afundar a nau dos bem adaptados ao século da velocidade, da euforia, da saúde, do exibicionismo e do consumo generalizado [...]” (KHEL, 2009:22). Desse modo, analisar o medo como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os amedrontados constituam, em seu silêncio e seu recolhimento, um grupo incomodado com os rumos da civilização. Para nós, o medo é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e crenças que sustenta e ordena à vida social na modernidade, apesar de isso não estar claro para a maioria dos sujeitos contemporâneos.

Por isso, tentaremos demonstrar a seguir que, em nossa sociedade, por trás do medo e da violência, há, na verdade, uma profunda insegurança em relação às transformações que a modernidade trouxe em seu bojo: individualismo, competitividade, perda do status social, perda dos referenciais comunitários, instabilidade emocional e material, desencantamento religioso e, em última instância, as consequências da globalização negativa. Nesse sentido, é importante definir e compreender o estágio atual da modernidade e os elementos que dela decorrem, obscurecendo nosso cotidiano e nossas vidas.

2.3 O surgimento e a derrocada de um projeto inacabado

> Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, *Tudo que é solido se desmancha no ar*, 1981: 15).

A modernidade, enquanto projeto, encontrou as bases para se concretizar a partir da desintegração das instituições e dos padrões sociais consolidados socialmente nos tempos pré-modernos (BAUMAN, 2001). Um dos motivos mais fortes para extinguir de vez essas instituições e padrões sociais era a descoberta de novas formas de "regulamentação social" (SANTOS, 1991) que, com o advento da razão e da ciência, poderiam ser construídas de modo permanente, previsível e administrável.

Portanto, a modernidade – que se formou desde o antropocentrismo e racionalismo do Renascimento até o auge do Iluminismo – não tinha a intenção de destruir os elementos edificados solidamente (em tempos pré-modernos) para construir um mundo livre deles, mas, sim, criar novos e aperfeiçoados elementos para uma nova sociedade que viria a existir (ARENDT, 2007; ELIAS, 1994; BAUMAN, 2001; WEBER, 1996; GIDDENS, 1991).

Em sua gênese, a modernidade se referia a um estilo de vida, costume ou organização social que surgiram na Europa a partir do século XVII. Desse modo, "[...] a modernidade pode estar associada a uma localização geográfica inicial, mas ulteriormente tornou-se mundial em suas influências [...]" (GIDDENS, 1991:8).

A modernidade encontrou sua base teórica de articulação na herança intelectual e cultural dos projetos Iluminista e Renascentista, que (re)colocavam o homem no centro das atenções, por meio de resgate da antiguidade clássica – com suas noções de liberdade individual e Estado republicano – e, sobretudo, da razão como forma de conhecimento e organização social, em contraste com os parâmetros medievais (escolástica, fé incontestável e poder absoluto da Igreja), que vinham se deteriorando paulatinamente (WEBER, 1996).

Assim, a modernidade, em sua constituição, propunha rejeição à tradição e aos dogmas religiosos como forma de construção do conhecimento e de experimentação do mundo. O conhecimento deveria passar – a partir, principalmente, de Descartes (2008), com o racionalismo mecanicista – pelo contínuo e crescente entendimento racional do mundo. E esse movimento é caracterizado por uma crescente secularização da cultura (WEBER, 2003), culminando com o desencantamento do mundo, uma condição inteiramente inovadora de

experiência mundana. Sua intenção – involuntária (FROMM, 1972) – "[...] consistia na profanação do sagrado, num repúdio às amarras tradicionais do passado e no esgotamento das crenças e lealdades associadas às relações de comunidade e de servidão religiosa [...]" (BAUMAN, 2001:8). Não por acaso, os primeiros "sólidos" habituais a serem combatidos pela modernidade foram "[...] as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas dos habitantes dos feudos [...]" (BAUMAN, 2001:10).

Podem-se destacar algumas causas e consequências desse novo modo de pensar e se portar frente à realidade. *A revolução copernicana*, que deslocou o homem e a terra do centro do universo; a *revolução das navegações* que alargaram as fronteiras do mundo conhecido e do comércio; a *reforma protestante* que sacudiu as certezas dos fiéis em relação à fé e à salvação; o surgimento das primeiras grandes aglomerações de pessoas *(cidades)* que provocaram o convívio entre indivíduos desconhecidos e balançaram a segurança da vida comunitária e da tradição; a invenção dos primeiros *instrumentos científicos* sofisticados, permitindo uma abordagem mais técnica do mundo e um consequente questionamento dos dogmas criacionistas da Igreja; a *redescoberta do mundo greco-romano*; e o desenvolvimento dos *meios de comunicação*, permitindo a circulação e democratização (de certo modo) das novas ideias (KHEL, 2009)[19].

Mas isso só foi possível porque a modernidade – em seu projeto – pressupunha duas concepções básicas: *emancipação* e *regulamentação* (SANTOS, 1991)[20].

A regulamentação – que viria a se desenvolver paralelamente ao sistema econômico capitalista – seria constituída pelos princípios de Estado[21], de Mercado[22] e de Comunidade[23],

[19] E todos esses elementos foram radicalizados a partir da globalização e do desenvolvimento progressivo e contínuo da tecnologia e do capitalismo, como veremos mais adiante.

[20] A discussão desse processo paradigmático da modernidade que segue está principalmente em Boaventura de Sousa Santos (1991), "*A Transição Paradigmática: da Regulação à Emancipação*", *in* Carrilho, Manuel Maria (org.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote. E também na dissertação de mestrado da profª Drª Isabela Lara Oliveira (1999) da Universidade de Brasília: *Hipertexto: O universo em expansão. Disponível In*: http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/1999_Isabela_Lara_Oliveira.pdf. Visualizado em 10/11/2011.

[21] A noção de formação do Estado apresentada pelos autores (SANTOS, 1991 e OLIVEIRA, 1999) e que "fundou" a ideia de Estado Moderno, é aquela que se remete ao Estado visto e proposto por Thomas Hobbes em O *Leviatã (1651)*, onde os homens, na busca por se livrar do estado de natureza, de guerra de todos contra todos, e encontrar a paz, abrem mão de sua liberdade civil para formar uma sociedade e esta necessita de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, de forma que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum; as ideias de Hobbes foram fundamentais para a formação do Estado Nacional como conhecemos hoje (WEBER, 1996).

[22] Sobretudo a imagem de mercado extraída de John Locke, no *Segundo tratado sobre o governo civil* (1689), onde o autor expõe sua teoria do Estado liberal e de propriedade privada. A partir da ideia de que o mundo natural é uma imensa propriedade comum e cabe aos indivíduos se apropriar dela, Locke associa com ênfase a inter-relação Propriedade–Liberdade, base ideológica fundamental do capitalismo.

regulamentados por uma burocracia eficaz, racional e objetiva. Enquanto a emancipação seria constituída a partir de três lógicas de racionalidade: a *racionalidade estética* da arte e da literatura com o renascimento cultural e todas as suas implicações; a *racionalidade referente à moral*, à ética e ao direito desenvolvidos pela expansão e criação de manuais jurídicos e de regulamentação das ações humanas; e a *racionalidade instrumental* pautada na ciência e na técnica por meio do modo de produção capitalista associado ao industrialismo (SANTOS, 1991).

A racionalidade estética articula-se, privilegiadamente, com os princípios renascentistas de comunidade, onde se condensam as ideias de identidade e comunhão, intimamente relacionadas à contemplação estética do romantismo, por exemplo. Já a racionalidade moral-ética conecta-se, preferencialmente, ao princípio do Estado, sua burocratização e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de poder (WEBER, 1994). A racionalidade instrumental corresponderia ao princípio do mercado, pois nele se condensam ideias de individualidade e concorrência – essenciais ao incremento da técnica – bem como a conversão da ciência numa força produtiva (MARX, 1960).

E com a articulação desses princípios entre si e da proposta de maximização das potencialidades inerentes a cada um deles, "[...] a modernidade construiu um ambicioso e revolucionário projeto cultural que buscou transformar a face da Terra pela confiança na ciência e na técnica aplicadas às forças produtivas; nas relações liberais de mercado como capazes de implementar um Estado justo e próspero; na positividade do progresso e na sua constante renovação e superação [...]" (OLIVEIRA, 1999:24).

Entretanto, como nos apontam diversos autores[24], o projeto moderno criou seus efeitos colaterais. O que ele prometia, de certo modo, não foi cumprido e sua lógica parece ter entrado na contramão, abrindo terreno para o desenvolvimento de novos paradigmas não previstos (e nem poderiam) na sua origem.

O campo tecnológico, a produção econômica, a dinâmica cultural e as formas de sociabilidade, tomaram rumos não calculados. "O que se observou é que, ao invés de os princípios de regulamentação e emancipação conviverem harmoniosamente, eles se impuseram uns aos outros, induzindo o processo a um desequilíbrio" (OLIVEIRA, 1999:24).

---

[23]Esta ideia de comunidade é a expressa por Jean Jacques Rousseau em *O discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens (1755)*. Ao defender que todos os homens em estado de natureza nascem livres, e a liberdade pertence à natureza do homem, Rousseau inspirou, mesmo que sem intenção, alguns dos grandes movimentos que visavam à busca pela liberdade, como: as Revoluções Liberais, o Marxismo e o Anarquismo.

[24] Bauman (2001), Giddens (1999 e 1996), Arendt (2007), Elias (1990), Foucault (2002).

A progressiva libertação da economia de suas amarras tradicionais, políticas, éticas e culturais, possibilitou a sedimentação de uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. É importante ressaltar que essa nova ordem deveria ser mais fixa que as precedentes, uma vez que, ao contrário das anteriores, se projetava como isenta a qualquer desafio que não fosse da ação econômica. Isso não significa que a ordem econômica capitalista, uma vez instalada, colonizou, reeducou e converteu aos seus fins todo o restante da vida social. Essa ordem, segundo Marx (1960), dominou a totalidade da vida humana, porque tudo que pudesse ter acontecido, ou que viria a acontecer nas nossas vidas, tornar-se-ia insignificante e ineficaz frente à implacável e contínua reprodução da ordem econômica, que aumentava sua força na mesma proporção que se diminuía a distância entre os espaços a serem "colonizados": ponto chave para o processo de globalização.

No período do capitalismo liberal houve um desenvolvimento sem precedentes do princípio de mercado, atrofiando o princípio de comunidade, pressionando o Estado a uma ressignificação de seu papel. Assim, o princípio de comunidade, como formulado por Rousseau, baseado na igualdade entre os homens e na organização soberana da sociedade, reduziu-se a um complexo jogo de interesses particulares organizados dentro de um conceito empobrecido de sociedade civil, manipulado pelas forças de mercado (BAUMAN, 2001). Sem contar que, o modo de produção capitalista, como fundamento da economia moderna, engendrou (e continua a fazê-lo) um empobrecimento cada vez maior nas áreas periféricas do mundo, sendo a concentração de renda cada vez mais evidente (JAMESON, 1997).

Essa soberania do econômico acabou levando à conversão da ciência numa força produtiva intrinsecamente associada e a cargo do mercado. A utilização da técnica, na esfera econômica, com a mecanização e a racionalização da produção fez os competidores mais fracos se submeterem ao domínio das grandes empresas. Apesar de o desenvolvimento tecnológico implicar uma democratização das funções dentro do processo produtivo, essa democratização acabou se convertendo em hierarquia no sistema capitalista. Na conjuntura econômica dominante, o aparato tecnológico corresponde à aplicação da técnica com a finalidade de dominar e controlar as relações sociais, para a manutenção do *status quo* (MARCUSE, 1999). Não podemos esquecer, ainda, que o desenvolvimento tecnológico foi usado, além disso, na criação de eventos muito traumáticos para os seres humanos, como a industrialização da guerra, as bombas atômicas, as armas biológicas, os genocídios e o terrorismo.

"No domínio do princípio da emancipação, observou-se a elitização da cultura, conjugada à ideia da existência e valorização de uma cultura nacional" (OLIVEIRA, 1999:25). A cultura como esfera revolucionária do pensamento e da ação transformou-se, devido à lógica capitalista, em cultura de massa (de entretenimento) e, principalmente, de consumo.

"Já no âmbito da racionalidade moral e prática, consolidou-se a microética liberal que contribuiu para a legitimação de um estado legalista e a serviço do mercado" (OLIVEIRA, 1999:25). Estado este sustentado por uma forte burocracia e impessoalidade.

Assim, os diversos princípios interagindo entre si não foram adequados em desempenhar as propostas modernas que apontavam, entre outros objetivos, à prosperidade social a partir da ampliação da técnica, da ciência consagrada e do livre mercado. Se, por sua vez, a ciência e a técnica avançaram, quiçá, além do imaginado, a correspondência de prosperidade social e cultural não se consolidou. "Avaliar se esses objetivos ainda são pertinentes e se a modernidade ainda tem condições de cumpri-los é uma tarefa árdua que necessita ser feita, para que se possa compreender a existência, configuração e mesmo necessidade de um novo paradigma" (OLIVEIRA, 1999:25).

A crítica da modernidade, enquanto projeto, parece ter surgido há muito mais tempo do que podemos imaginar. Anderson (1998) aponta o início dessa condenação quando as duas grandes narrativas que davam força aos seus mitos justificadores perdem força. A primeira delas, a Revolução Francesa, que colocava a humanidade como agente heroico de sua própria libertação por meio do avanço do conhecimento; e a descendente do idealismo alemão (hegeliano) que via o espírito como progressiva revelação da verdade. Lyotard (1979) vai mais além e vê o enfraquecimento da modernidade a partir do eclipse de outras grandes narrativas como: o socialismo clássico, a redenção cristã, o progresso iluminista, a unidade romântica e o equilíbrio keynesiano.

Mas são os trabalhos de Habermas (1980) e Jameson (1997) que, para muitos, conferiram ao termo moderno o referencial que chega aos nossos dias, de um fenômeno que expressa, dentre outras coisas, uma cultura de globalização e ideologia neoliberal. Com todas as implicações que estes fenômenos vêm significando para as sociedades ou mesmo para os sujeitos.

2.4 Implicações sociais da globalização econômica e da ideologia neoliberal

> Moro em Portland, Oregon, onde a Nike tem a sua sede empresarial. Precisando de tênis novos, comecei a procurar. Pegava um tênis atrás do outro e lia "Made in China", "Made in Korea", "Made in Indonésia", "Made in Thailand". Comecei a pedir tênis fabricados nos EUA aos balconistas. Os poucos que não ficaram confusos me disseram que não existem tênis fabricados nos EUA. Telefonei para a Nike e falei com o responsável pelo atendimento aos clientes, e ele me disse que a empresa ainda está manufaturando na Indonésia e em vários países da região. Liguei para a sede da L.A. Gear em Santa Mônica e disse: "Os tênis que vocês produzem são fabricados nos EUA?". "Fabricados aqui?", perguntou, espantada, a pessoa que me atendeu. Ela me disse que seus tênis são produzidos no Brasil e na Ásia." (Adaptado de Sally Tisdale. Folha de S. Paulo, 2 out.1994)

> Um carro esporte Mazda é desenhado na Califórnia e financiado por Tóquio; o protótipo é criado em Worthing (Inglaterra) e a montagem é feita nos Estados Unidos e no México, usando componentes eletrônicos inventados em Nova Jersey e fabricados no Japão. O Ford Fiesta é montado em Valência (Espanha), mas os vidros vêm do Canadá; o carburador, da Itália; o radiador, da Áustria; os cilindros, as baterias e a ignição, da Inglaterra; os pistões, da Alemanha; e o eixo de transmissão, da França. Uma campanha publicitária de cerveja, feita pela Saatchi & Saatchi, é concebida na Inglaterra, rodada no Canadá, editada em Nova York. Um "filme-global", realizado para um público-alvo mundial, é produzido por uma produtora de Hollywood, dirigido por um cineasta europeu, financiado pelos japoneses, contém no elenco vedetes internacionais, e as cenas se passam em vários lugares do planeta. As roupas japonesas, consumidas no mercado americano, são fabricadas em Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Cingapura; já a indústria de confecção norte-americana, quando inscreve em seus produtos "Made in USA", esquece de mencionar que eles foram produzidos no México, no Caribe, ou nas Filipinas (Renato Ortiz, Mundialização e cultura:1994).

As sociedades tradicionais sempre relacionaram tempo e lugar. No entanto, a modernidade, ao causar um "esvaziamento" (GIDDENS, 1991) do tempo, por meio das altas tecnologias de comunicação (celular, internet, satélites etc.), criou as bases para que o espaço fosse reordenado, uma vez que a coordenação do tempo é a base para a coordenação do espaço. Agora, as ordens que influenciam um lugar podem vir de outro, a quilômetros de distância, e, com um *click*, é possível ditar as regras de um lugar sem que o sujeito que apertou o botão esteja lá. Essa separação penetra na interação entre a atividade social local e as "instituições ultrapassadas" (GIDEENS, 1991), abrindo múltiplas possibilidades de mudanças da tradição, liberando os indivíduos de hábitos e práticas locais. Há um deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço.

> Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominada pela "presença" – por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando

> relações entre outros "ausentes", localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta às relações distantes que determinam a sua própria natureza. (GIDDENS, 1991:26-7).

A globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991:69). Ela se apresenta na dialética entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu oposto, a relevância das ações globais sobre a vida individual. Caracteriza-se por um processo amplo de transformações políticas, sociais, tecnológicas e culturais, que estão reestruturando, de maneira muito profunda, o jeito como vivemos e vemos o mundo. Ela vem criando um novo paradigma: *da ação a distancia.* A "ausência" das causas predomina sobre as consequências e rumos que nossas vidas vão tomar.

A globalização, também, age sobre as comunidades locais, é razão do ressurgimento das identidades culturais locais e do nacionalismo, atua sobre o destino econômico de inúmeras localidades e das formas de governo nos mais variados modos. Mas ela também transforma nossas vidas nas áreas mais íntimas, como a família, o casamento e as relações pessoais.

Na mesma perspectiva de Giddens (1991), para Bauman (2001), a globalização começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, quando deixam de ser, como eram nos séculos pré-modernos, entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida. Agora, eles podem ser pensados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação. Pautada pela tecnologia, pelos meios artificiais de transportes e de comunicação, a relação espaço-tempo assume um novo significado, pois permite, agora, passar, atravessar e conquistar quase que instantaneamente um lugar a partir de outro bem distante.

Desse modo, a "flexibilidade" e a "expansividade" do tempo moderno tornaram-se poderosas armas na conquista do espaço. O espaço, que antes era o elemento concreto que batia de frente e era um obstáculo ao tempo, bem como as mudanças que o tempo trazia, se enfraqueceu diante da atual conexão simultânea de inúmeras áreas do globo. A separação tempo e espaço é fundamental, pois, para Bauman (2001), é a condição principal das novas formas de poder e dominação. A velocidade do movimento e o acesso aos meios mais velozes

de mobilidade – tanto pessoal quanto informacional – alçou o tempo moderno como um dos principais atores do poder e da dominação. Agora,

> O poder pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico – e assim o tempo requerido para o movimento de seus ingredientes essenciais se reduz a instantaneidade. Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente extraterritorial, não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço [...] Isso dá aos detentores do poder uma oportunidade verdadeiramente sem precedentes: eles podem se livrar dos aspectos irritantes e atrasados das técnicas de poder *Panóptico*[25]. (BAUMAN, 2001:18).

Aquela vigilância que antes, necessariamente, precisava ser presencial – o que tinha de ser vigiado, tinha que estar à vista – foi substituída por uma vigilância a distância, que foge ao alcance dos vigiados. Esse distanciamento tempo-espaço, que tem na vigilância um de seus caracteres, é o arauto para o *fim do engajamento mútuo*, entre supervisor e supervisionados, capital e trabalho, líderes e seguidores. "As principais técnicas do poder agora são a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial" (BAUMAN, 2001:17-8). No estágio atual da modernidade, a maioria das pessoas assentadas em uma comunidade ou país, é dominada por uma elite extraterritorial, que é estranha a elas, quase invisível.

E manter as fronteiras territoriais abertas, destruindo aquelas que ainda teimam em permanecer fechadas, parece ser o propósito da política liberal, característica essencial da modernidade atualmente.

A nova elite política e administrativa do mundo global pode dominar, mandar, colocar sob rédeas grupos de pessoas[26], e até países[27], sem se preocupar com as agências políticas locais. A aliciação ativa da população subordinada não é mais necessária. Hoje, mover-se rápido é o recurso do poder. Antes, os grandes senhores da economia buscavam vincular, de modo durável, seu poder ao tempo, suas construções e feitos deveriam durar para

[25]Referência ao conceito de Panóptico de Jeremy Benthan utilizado por Michel Foucault em seu livro *Vigiar e Punir*. Trata da vigilância e da ênfase nas mudanças e rupturas fundamentais que, presumivelmente ocorreram no século XVII, a partir de arranjos sociais em que muitos vigiavam poucos, para atividades de vigilância modernas, nas quais poucos vigiam muitos.

[26]Observar como os trabalhadores mexicanos, por exemplo, estão reféns das multinacionais americanas, através da política econômica do Nafta.

[27]Os "velhos" Estado-Nações também perdem certos atributos da soberania, seja por processos de integração, como no caso da União Europeia, seja pela aceleração da globalização, com as grandes empresas que tendem a perder suas feições nacionais. Em princípio, quatro ou cinco companhias do tipo "Boeing", "Microsoft", "Martin-Mariette" ou "Shell" podem impor suas vontades a qualquer governo, especialmente no Terceiro Mundo. O Mar Cáspio oferece um exemplo impressionante de todas essas contradições. Os Estados da Ásia Central e o Azerbaijão aspiram ao desenvolvimento de seus recursos naturais, mas não têm meios para isso, tornam-se então reféns, por um lado, das grandes multinacionais e, por outro, dos Estados Unidos. *Dados apresentados por Oleg Pavlov, jornalista do Le Monde, matéria de setembro de 2000.*

sempre, ou ao menos, por muito tempo[28]. No entanto, os empresários modernos, agora, desejam o transitório[29].

Mas essa lógica só se tornou possível porque aquela produção planejada fragmentou-se. O modelo fordista do estágio sólido – especialmente, até as grandes crises econômicas da década de 1970 – da modernidade, um lugar sobre o qual se erigia toda uma visão de mundo e a partir do qual ele se sobrepunha majestaticamente à totalidade da experiência vivida, se estilhaçou. "O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase pesada, pois capital, trabalho e administração, estavam condenados a ficar juntos por muito tempo (BAUMAN, 2001:162)". As pessoas se uniam em torno da fábrica e do modelo de gerenciamento que ela propunha, criavam suas identidades e desenvolviam suas capacidades no lugar em que estavam fixadas. O capital estava tão preso ao lugar quanto os trabalhadores que empregava. Entretanto, hoje, o capital viaja rápido: com um celular ou computador portátil, ele flui de um espaço para outro quase que instantaneamente. Os indivíduos, sobretudo aqueles com poucos recursos, ficaram imobilizados no lugar como no passado, e o lugar que eles imaginavam estar fixado perdeu definitivamente sua solidez de outrora; agora, as elites extraterritoriais estão em movimento, enquanto os demais têm a sensação de que o mundo insiste em não ficar parado.

Os trabalhadores do sistema fordista acreditavam no caminho a que seus guias os estavam conduzindo, era um trajeto relativamente conhecido, com fins mais ou menos previsíveis. No entanto, hoje em dia, esses guias abandonaram a embarcação e navegam sozinhos ou em grupos pequenos, angariando tripulantes onde melhor lhes convier. E os tripulantes, que antes tinham um lugar certo para embarcar, ficam o tempo todo à beira do caminho "pedindo carona".

Na era pré-moderna, aquela massa de pessoas que estava livre e perdida com o fim do feudalismo, que buscava um novo horizonte a seguir e estava facilmente sujeita a outra dominação que não mais a feudal, foi capturada pela grande transformação que a revolução industrial trazia. A nova indústria acabou por decretar o fim do campesinato, que estava enfraquecido, e com ele a ligação natural entre terra, trabalho humano e riqueza (MARX, 1960). As consequências dessa separação – dos trabalhadores de suas fontes de existência – foram fundamentais para que a produção e a troca deixassem de se inscrever num modo de vida indivisível, onde produtores e produtos estavam intrinsecamente ligados, e assim

[28] Como Francesco Matarazzo e Barão de Mauá.
[29] Eike Batista e Bill Gates provavelmente não sentiriam remorso ao abandonar posses que lhe davam orgulho ontem, se o investimento de amanhã for mais lucrativo.

criaram-se as condições para que o trabalho (junto com a terra e o dinheiro) fosse considerado como mera mercadoria e tratado como tal.

E, ao descobrir que o trabalho era a fonte da riqueza, a razão tinha que buscar utilizar e explorar essa fonte de modo mais eficiente do que nunca. E, graças a Henry Ford, isso foi possível. Ele criou uma nova ordem racional que se tornou um ideal para a maioria dos empresários. O ideal era fixar capital e trabalho numa aderência que nenhum poder humano poderia desprender. Os trabalhadores precisavam do emprego para sua sobrevivência, e o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro tinha endereço fixo: a fábrica. Não surpreende que o intermediário na mercantilização do capital e do trabalho seja o Estado, este converteu essa mediação na sua principal ocupação política até meados de 1970 (BAUMAN, 2001).

O Estado de bem estar social (resultado da II Guerra Mundial, mas filho direto da crise de 1929) era encarregado de que os capitalistas se mantivessem aptos a comprar trabalho e a poder arcar com seus preços correntes. O Estado devia se encarregar de manter o exército de reserva de trabalho apto a voltar à ativa a qualquer momento, para que a relação trabalho e capital pudesse se manter saudável[30].

Essa relação forte entre capital e trabalho criou o que Bauman (2001) chama de *mentalidade de longo prazo,* ou seja, a ideia de que as pessoas que compram trabalho e aquelas que o vendem estão inseparavelmente entrelaçadas, e que essa união duraria por muito tempo. Portanto, a construção de um modo de coexistência estável, que atingia tanto a convivência de todos, quanto a negociação de regras que pautariam essa convivência, ambos os lados (trabalhadores e patrões) sabiam que sua sobrevivência dependia de encontrar soluções que todos considerassem aceitáveis, trabalhadores e patrões se relacionavam de maneira mais ou menos previsível. Mas não podemos esquecer que as regras dessa convivência mútua foi objeto de negociações intensas, às vezes com acrimônia e confrontações, outras com tréguas e concessões[31].

Porém, essa situação mudou, a mentalidade de longo prazo foi substituída pela *mentalidade de curto prazo.*

[30]No Brasil ainda podemos perceber essa forte influência do Estado sobre a proteção dos trabalhadores desempregados e dos mais necessitados, através de programas de assistência socioeconômica como o bolsa família e o salário desemprego.

[31]Ao longo dessas negociações entre trabalhadores e patrões não podemos esquecer as reivindicações que aqueles constantemente faziam e suas consequentes conquistas, como as leis trabalhistas e o sistema previdenciário.

> A ascendência crescente do mercado financeiro pôs em xeque as visões estatais de longo prazo em favor do desempenho em curto prazo, da circulação acelerada dos capitais em escala global, das transações econômicas em ciclos cada vez mais rápidos. Por toda parte, as palavras-chave das organizações são flexibilidade, rentabilidade, *just in time* "concorrência-temporal", atraso-zero – tantas orientações que são testemunho de uma modernização exacerbada que contrai o tempo numa lógica urgentista (LIPOVETSKY, 2007:63)

Flexibilidade se tornou o slogan do dia e, quando aplicado ao mercado de trabalho, augura o fim do emprego como conhecemos, "espalhando em seu lugar o aparecimento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, anunciando o advento do capitalismo leve, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho" (BAUMAN, 2001:168).

E, tendo os capitalistas, através da tecnologia, se livrado do maquinário pesado e das enormes equipes de fábrica, o capital agora viaja leve e rápido, com a bagagem na mão – computador portátil e celular. O novo predicado do capital (a flexibilidade) acabou com os compromissos estáveis de trabalho. A habilidade de se mover rapidamente, de evitar o conflito com os trabalhadores e até fugir, se necessário – esse núcleo da nova política do desengajamento e descomprometimento – são hoje sinais de saber e sucesso gerenciais. Além do mais, o capital se tornou extraterritorial, solto em uma medida sem precedentes, e seu nível de mobilidade é suficiente para fazer pressão às agencias políticas vinculadas a um território e fazê-las se submeter às suas demandas.

"A velocidade do movimento se tornou um fator importante, talvez o principal, da estratificação social e da hierarquia da dominação" (BAUMAN, 2001:21). O trabalho escorregou do universo de construção da ordem e controle do futuro e, junto com o capital, agora, flutua leve e flexível, fazendo com que as estratégias e os planos de vida do trabalhador se tornem de curto prazo. O que conta hoje são os efeitos imediatos do trabalho. Este não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolve e fixa identidades e projetos de vida. Nem pode ser concebido como eixo ético da sociedade ou da vida individual. Espera-se que ele seja satisfatório por si mesmo e em si mesmo, e não mais medido pelos efeitos que traz aos nossos semelhantes, ou à nação e, menos ainda, às gerações futuras. O que se vê hoje é que o trabalho virou sinônimo de falta de garantias, de insegurança e de incertezas, sua função é servir ao capital flutuante, que pode descartá-lo tão rapidamente quanto se movimenta.

O que parece ter ocorrido é uma inversão da relação capital-trabalho, em que os capitalistas apenas pagavam o mínimo necessário à reprodução da capacidade de trabalho dos

trabalhadores. As empresas hoje pagam aos empregados o tempo que trabalham para elas, mas demandam toda a sua capacidade, sua vida inteira e toda sua personalidade. Os trabalhadores agora devem lutar contra os capitalistas e também contra si mesmos. A competição veio para dentro dos escritórios das empresas: "[...] o trabalho significa testes diários de capacidade e dedicação, méritos acumulados não garantem a estabilidade futura [...]" (LIPOVETSKY, 2007:58).

"[...] A frustração, o isolamento e a competição dominam a condição dos empregados [...]" (BAUMAN, 2001:116), o que na sociedade capitalista dos trabalhadores inaugura uma nova forma de insegurança tipicamente moderna. Para aqueles trabalhadores que não se enquadram nessa situação de concorrência, afastamento coletivo e desconfiança em relação à continuidade de seus bens e a sua sobrevivência, a exclusão socioeconômica é o que lhe espera. Pois nessa lógica, o conforto (material e psíquico) adquirido advém, na interpretação capitalista, da acumulação de bens e do apego material. O "ter" é proporcional ao "preservar" e, portanto, proporcional ao "medo de perder". Desse modo, "o medo de perder" tem parâmetro com o "medo de não ter", que significa fracasso, na lógica do capital. Da mesma forma, a acumulação material cumpre a meta capitalista engendrada pelo sucesso sustentado pelo consumismo[32].

O fato é que o Estado, nos últimos cinquenta anos, se tornou um criado da economia global. Não consegue mais exercer sua função de policiamento e proteção da ordem (GIDDENS, 1991). As desregulamentações advindas das forças do mercado e a submissão do Estado aos efeitos negativos da globalização (globalização do crime, dos negócios e do terrorismo, mas não das instituições políticas e jurídicas capazes de controlá-los), precisam ser pagas, e o são, por meio da ruptura e ruína social, "[...] da fragilidade dos vínculos humanos, transitoriedade das lealdades comunais e revogabilidade dos compromissos de solidariedade [...]" (BAUMAN, 2008:178), dificultando ou até mesmo minando a ação do Estado de bem estar social. E com esse enfraquecimento das redes de proteção dos direitos sociais, dá-se uma insegurança na hora de elaborar planos futuros. Os mercados globais crescem sobre essas condições de insegurança, eles se beneficiam do medo, uma vez que solapam o Estado, fazendo com que o individuo procure soluções individuais para os

[32] "Pode se dizer que o "consumismo" é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humano rotineiros, permanentes e, por assim dizer, neutros quanto ao regime" transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos, desempenhando ao mesmo tempo um papel nos processos de autoidentificação individual e do grupo, assim como na seleção de execução de políticas de vida individuais. O "consumismo" chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade dos produtores que era exercido pelo trabalho (BAUMAN, 2008b: 41).

problemas que foram socialmente produzidos: é nesse terreno que o capital do medo se assenta e ganha força.

Essa progressiva desfiguração das defesas que o Estado mantinha contra os temores individuais (de que os sujeitos, ao menos, encontrariam meios materiais para sua subsistência) alçou o indivíduo moderno a uma situação de desproteção incondicional. Os arranjos para defesa coletiva parecem estar cada vez mais fracos, fazendo com que o sujeito procure e pratique sozinho as soluções que vier a encontrar. Contudo, as escolhas individuais (sem base coletiva alguma, de proteção e segurança) engendram surpresas e desafios, o que pode propiciar um volume crescente de incertezas.

A industrialização da guerra, e o fluxo de armamentos, de técnicas de organização militar e as alianças de Estados sob o intuito da proteção armada é outra faceta da globalização negativa dos negócios, de que os Estados (principalmente, os mais pobres) são vítimas. A indústria da guerra está influenciando a distribuição da força e da riqueza ao redor do mundo, graças à atuação e organização da ordem militar mundial, criando um clima permanente de tensão entre as grandes potências e os países "reféns" do seu poderio bélico. Com a industrialização da guerra também emerge a possibilidade do "fim do mundo". Armas químicas, biológicas e nucleares ameaçam pôr fim a humanidade. Fora todo o estragado que já fizeram, quando usadas em guerras locais (como na África e Oriente Médio), ou nas duas grandes guerras mundiais.

Essa desfiguração das defesas que o Estado mantinha contra os interesses capitalistas, bem como o enfraquecimento de sua estrutura de apoio social e econômico aos indivíduos, fez com que a série viciosa do medo, atualmente, se apresente no deslocamento, da esfera da segurança – ou seja, da autoconfiança e autossegurança – para a da proteção – do abrigo e exposição às ameaças (BAUMAN, 2008). A primeira esfera, quando foi despida, progressivamente, de seus mecanismos institucionais que eram apoiados e garantidos pelo Estado, se tornou refém das incertezas do mercado e transformada em um parque de diversões das forças globais que operam no espaço dos fluxos que fica fora do alcance do poder político e, desse modo, também da capacidade de suas vitimas de reagir de modo apropriado, menos ainda revidar de maneira efetiva. As políticas de ordem coletiva, que eram endossadas contra as desgraças individuais, que receberam o nome no último século de *Estado de Bem Estar Social*, estão agora tão reduzidas que não podem mais validar e sustentar a segurança. O que podem fazer é tentar, e com muito esforço, prevenir-se contra as próximas aspirações e interesses das elites econômicas globais.

O neoliberalismo (esta aposta no mais forte, no melhor preparado) apresenta-se como a ideologia possível e viável ao planeta. E poucos são os líderes capazes de enfrentá-lo. A sociedade não é mais protegida pelo Estado adequadamente, o Estado Nação perdeu grande parte de seu poder e, agora, evapora-se no espaço global. A maior parte de suas ações é relegada a políticas individuais – um Estado de proteção pessoal. Contudo, o foco sobre os perigos que ameaçam nossas vidas e as condições sociais se revelaram intimamente ligados ao sentimento de vulnerabilidade social, advindo (não de modo claro para nossos políticos) da desregulamentação econômica e da correspondente substituição da solidariedade social pela autoconfiança individual.

O medo está saturando a vida dos seres humanos, na medida em que a desregulamentação do globo atinge suas consequências mais profundas, enquanto os baluartes defensivos da sociedade civil se desmantelam paulatinamente.

> Graças à globalização negativa, a soma total, o volume e a intensidade dos medos populares capazes de serem capitalizados pelos promotores e praticantes dessa estratégia crescem a todo vapor. E graças à abundância dos medos, a estratégia em questão pode ser empregada rotineiramente, e assim a globalização negativa também pode ir em frente a todo vapor. (BAUMAN, 2008:207).

E essa dinâmica de obsolescência programada (dos bens e das pessoas), bem como o estereótipo de fracassado que o não consumidor e o desempregado (o pobre) adquirem na sociedade atual, incita vários outros medos e inseguranças. No mundo do capitalismo globalizado – da globalização negativa – é o medo que importa e o que domina em face de um futuro incerto; de uma lógica da globalização que se exerce independentemente dos indivíduos; de uma competição liberal exacerbada; de um desenvolvimento desenfreado das tecnologias da informação; de uma precarização do emprego; ou de um aumento ou estagnação do desemprego (CHARLES, 2007:28).

Entretanto, além da instabilidade financeira (material) e do trabalho como realização pessoal e/ou coletiva que a modernidade globalizada e liberal provoca, outros efeitos perturbadores podem ser creditados ao seu desenvolvimento.

2.5 Outros aspectos do medo no contexto da modernidade globalizada

> Podemos imaginar que a maldição de nossa aterradora experiência de insegurança, que não mostra sinais de redução e é aparentemente incurável, é o efeito colateral, das, por assim dizer, expectativas crescentes; a promessa singularmente moderna e a convicção generalizada que gerou de que, com a continuação das descobertas cientificas e das invenções tecnológicas, além das habilidades adequadas e dos esforços apropriados, seria possível atingir a segurança "total", uma vida completamente livre do medo – que isso pode ser feito e que podemos fazê-lo. Mas as ansiedades crônicas sugerem obstinadamente que tal promessa não pode ser alcançada – que "isso não foi feito". Quando isso se combina com a convicção de que tal coisa "poderia ser feita", a frustração das esperanças acrescenta ao dano da insegurança o insulto da impotência – e canaliza a ansiedade para um desejo de localizar e punir os culpados, assim como de ser indenizado/compensado pelas esperanças traídas. (BAUMAN, 2008:170).

Com a exacerbação do racionalismo mecanicista surge, no início do século XX, as "sociedades de segurança" Ewald (1986), em torno das quais é criado um enorme e complexo maquinário para bens ou serviços específicos, e que tem como resultado suscitar, sempre uma progressiva demanda por segurança, assim como lei e ordem, fazendo com que no imaginário popular todo ato tido como anormal recebesse um entendimento de que foi propositado e qualquer ação atípica fosse vista com intencionalidade, descartando totalmente as ações inconscientes ou involuntárias a que estamos sujeitos (FREUD, 1986).

No linguajar moderno, as ações humanas e as forças da natureza, são tidas como "inadministráveis" (BAUMAN, 2008). A crença na intencionalidade dos males morais[33], a ideia de que as ações humanas e as forças da natureza, sobretudo aquelas tidas como ruins, maléficas, podem ser premeditadas, criou uma crise de confiança entre os indivíduos modernos. Crise esta imprevista, não intencional, mas, com toda probabilidade, inevitável, da luta moderna para tornar o mundo transparente, previsível e administrável.

[33]No contexto filosófico, ética e moral possuem diferentes significados. A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade. Os termos possuem origem etimológica distinta. A palavra "ética" vem do Grego "*ethos*" que significa "modo de ser" ou "caráter". Já a palavra "moral" tem origem no termo latino "*morales*" que significa "relativo aos costumes". Ética é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teoricamente. Moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau. No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade, de acordo com padrões culturais e historicamente determinados por cada sociedade (Weber, 1996 e 2003).

O advento da era moderna e a consequente dominação (desencantamento)[34] da natureza e o desenvolvimento técnico dos meios de vida, pautados na racionalidade mecanicista, levaram os filósofos modernos a separarem os desastres naturais dos males morais, e a diferença tornou-se precisamente a aleatoriedade daqueles e a intencionalidade ou premeditação destes. O que se esperava no começo da modernidade era que, cedo ou tarde, todas as ameaças naturais ou morais se tornariam previsíveis e estáveis, obedientes ao poder da razão. Os filósofos modernos esperavam (acreditavam) que as mãos humanas, uma vez equipadas com extensões cientificamente planejadas e tecnologicamente fornecidas, chegariam a controlar a aleatoriedade dos eventos naturais e regular os deslizes morais. Porém, a crença de nossos ancestrais, que tinham a esperança de que o desafio de acabar com as imprevisibilidades da vida e nossa capacidade de enfrentá-las ou repeli-las fosse um inconveniente temporário, não se concretizou.

Acrescentemos que a tentativa de nos colocarmos como determinante-chefe de nossa própria condição, colocar nosso poder tecnológico e nosso conhecimento "racional" *a priori*, substituindo – na verdade, menosprezando – o poder da natureza, não ajudou a suplantar nossos medos advindos da instabilidade da natureza ou das imprevisibilidades do pensamento e ação humanas. Ou seja, o intuito de trazer para a esfera social os elementos antes atribuídos à natureza, e organizá-los, a partir de nossas orientações racionais, não suplantou os medos e ansiedades advindas do âmbito natural (FREUD, 1986).

Atualmente, não são mais apenas as tempestades, terremotos, doenças, bruxas e deuses, que nos assustam, mas também artefatos feitos por seres humanos e seus impenetráveis subprodutos e efeitos colaterais que demonstram os mais terríveis de nossos medos (GIDDENS, 1999). Agora estamos, de maneira mais assustadora ainda, percebendo que nossas apostas foram frustradas, estamos perdendo nossas ilusões quanto à nossa capacidade de controlar o mundo. "Nós obtivemos o segredo de liberar e desencadear forças reprimidas em nós que a natureza travava; porém resolvemos usá-las antes de termos a chance de aprender com precisão as implicações de tais forças e suas consequências" (BAUMAN, 2008:79).

[34]Originalmente, quando Weber (2003) descreveu o desencantamento do homem frente à natureza, destacando-o como o verdadeiro ato de gênese do espírito moderno, como uma forma de protesto à ineficácia da obediência, da oração e da prática da virtude, e como instrumento evocado para atingir as respostas sobre o mundo, o autor chamou nossa atenção para o fato de que o homem acabou privando (mesmo sem intenção clara) a natureza de sua subjetividade. A esperança de que a aleatoriedade e a imprevisibilidade da natureza fossem desaparecer não se concretizou.

A ironia é que, assim como no estágio inicial da modernidade, continuamos confusos, atordoados e inseguros quanto ao que deve ser feito, como e quem faria, caso realmente pudéssemos entender as forças naturais e morais de nossas decisões. “Tal como nossos ancestrais, somos tomados por temores que emanam do grande vácuo entre a grandiosidade do desafio e a escassez e fragilidade de nossas ferramentas e recursos” (BAUMAN, 2001:101). Tentamos exorcizar nossos medos e fracassamos, tendo apenas aumentado (por meio de avanços técnicos e de conhecimento), no curso da tentativa, a soma total dos horrores que clamam por ser expurgados e confrontados. Atualmente, sem o otimismo de antes, temos medo de que as catástrofes que perturbavam nossos ancestrais não apenas tendam a se repetir, mas também sejam inescapáveis.

Essa tendência (equivocada) de pensar as ações humanas imprevistas como “inadiministráveis” e de tentar achar um propósito (racional) para todo tipo de problema que possamos ter, pode ser elucidada ao observarmos que os perigos que ameaçam encurtar nossas vidas (como as catástrofes naturais, doenças e agressões físicas) são bem menos numerosos e mais espaçados do que eram no passado, e do que são em outras partes mais pobres do mundo. Para Chesnai (1981), nosso sentimento exasperado de insegurança, atualmente, deriva não tanto da carência de proteção, mas sim de uma obsessão que temos com segurança, assim como nossa intolerância a qualquer brecha no seu fornecimento, que se torna a fonte mais prolífica, autorrenovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo.

Nós adquirimos meios extremamente engenhosos e efetivos de prever, evitar e enfrentar os perigos que poderiam nos levar à morte ou adoecer precocemente. As medidas que tomamos mostram uma ascensão aparentemente irrefreável da proteção que os indivíduos do globo usufruem nas *três frentes que as batalhas em defesa da vida são travadas* (BAUMAN, 2008): contra as forças superiores da natureza; contra a debilidade inata de nossos corpos; contra os perigos que emanam da agressão de outras pessoas (FREUD, 1986).

Com relação a duas, das três áreas que deram origem às inseguranças que atormentavam os indivíduos pré-modernos (os poderes caprichosos e inacessíveis da natureza e a incômoda fragilidade do corpo humano), desenvolvimentos significativos ocorreram durante a era moderna. Inúmeros desenvolvimentos tecnológicos criaram um interposto entre as imprevisibilidades da natureza e nosso habitat.

Quanto à segunda área, hoje, como nunca antes na historia, as enfermidades e até defeitos congênitos se tornaram curáveis. A expectativa de vida continua aumentando de

maneira constante. E, no entanto, são nas partes mais desenvolvidas do planeta que a soma dos medos e a obsessão por segurança vêm aumentando cada vez mais. Ao contrário dos dados objetivos, são as pessoas que vivem com o maior conforto já registrado que se sentem mais inseguras, mais inclinadas ao pânico e mais atraídas por todos os aspectos referentes à segurança e à proteção.

Um ponto chave para a compreensão dessa obsessão por segurança pode ser encontrado na obra de Nobert Elias (1986). O sociólogo alemão demonstra, com muita propriedade, como as formas de agressividade (seu tom e intensidade), sofreram aguçada inflexão no processo de criação da moderna sociedade ocidental.

> No passado, nas sociedades medievais, a guerra e a pilhagem, a caça de homens e animais constituíam necessidades vitais, a satisfação estava aberta a visibilidades públicas. Nesse cenário, a crueldade, a alegria com o sofrimento, o tormento e a destruição de quem quer que seja considerado inimigo, compreendia parte substantiva dos prazeres da vida. Tais prazeres eram vividos como provas de superioridade física. Não havia qualquer pudor em matar e torturar, práticas socialmente toleráveis, aceitas, não raro, valorizadas como imperativos morais. Tudo, portanto, girava em torno *de e para a guerra*: a socialização dos jovens habituados desde cedo a ter na moradia uma torre de vigia ou uma fortaleza e, por companhia uma arma de ataque ou defesa; a vida dos chefes políticos confundia-se com a de um líder de bando armado; o *ethos* cavalheiresco sempre disposto a guerrear, o que legou à burguesia dos primeiros tempos um fascínio ímpar (a violência) tal qual o gosto pelo dinheiro e pela acumulação de riquezas (ADORNO e LAMIN, 2006: 160).

Porém, por volta do século XVII, essa configuração histórica começa a mudar. Civilizam-se as emoções. Há uma crescente proliferação de recomendações morais e prescrições médicas que estimulam um novo modo de se educar as crianças e se comportar. Os instintos (os deslizes morais) mais agressivos entram numa era de controle, eles começam, paulatinamente, a serem modelados e calculados. As normas e tabus penetram com mais intensidade na vida social. O aumento da circulação de bens e pessoas, o crescimento populacional, a reserva, o recato moral e a "consideração mútua", fundem-se às características próprias do modelo de organização contratual da sociedade moderna, e inclinam as relações humanas em direção às formas pacificadas de socialização, nas quais as emoções são modeladas e submetidas a um rígido esquema de etiquetas (ELIAS, 1986).

Assim, a descarga de agressividade, representada por demonstrações cotidianas de violência física incontida, retrai-se, restringindo-se a certos enclaves comportamentais e espaciais. Não podemos mais – nem imaginar – darmo-nos ao prazer de perturbar a integridade física e até mesmo psíquica de um indivíduo. Os conflitos sociais e pessoais tornam-se regulamentados e institucionalizados, o que demanda o mais estrito controle das

emoções. Trata-se de uma transformação do que antes era um comportamento ativo e agressivo em prazer passivo e mais controlado.

Decisivo no curso desse processo foi a modificação das atitudes em relação à vida e à morte. A vida,

> transforma-se em propriedade de muitos, complexo de energias naturais que se distingue da natureza através da cultura e que, por isso mesmo, deve ser preservada a qualquer custo. Daí o progressivo controle médico sobre a vida com vistas a dominar ou, ao menos, amenizar os efeitos deletérios e desconhecidos da morte. Daí também que não mais se possam ter, em relação à vida, as mesmas atitudes de desprezo cultivadas durante as justas. Não sem razão, vão sendo, pouco a pouco, desenvolvidas técnicas médicas e clínicas para contenção da dor que afastam o homem moderno do sofrimento físico (ADORNO e LAMIN, 2006:161).

Nesse contexto, a segurança física se torna um direito e passa a ser considerado um objeto de desejo crescente a ser adquirido no mercado especializado, especialmente por aqueles que podem arcar com os custos decorrentes de sua cobertura, reforçando a ideia de que as imprevisibilidades da vida não só podem, como devem ser administradas e controladas (ADORNO e LAMIN, 2006:160-1).

Com base nos argumentos da obra de Elias (1986), Chesnai (1981) conclui que a própria diminuição dos conflitos sociais e das causas de debilidades de nosso corpo e da nossa integridade física, coopera para um aumento da sensação de insegurança, uma vez que "quanto mais um fenômeno social diminui, mais aquilo que resta se torna insuportável" (CHESNAI, 1981:18).

A diminuição dos riscos, nesse sentido, é acompanhada de uma exacerbação da sensibilidade que agrava o sentimento de insegurança, o que nos leva a perceber os males morais e os desastres naturais como "inadministraveis". Assim, é um erro pensarmos que o aumento da insegurança esteja associado ao agravamento de conflitos sociais ou à falta de controle moral dos indivíduos. Quanto a esse aspecto, Bauman (2008) aponta que o apelo à segurança (total e privada) é para que se venda e se multiplique, cada vez mais, o capital do medo.

Isso ajuda, também, a problematizar os efeitos da terceira área em que as defesas da vida são travadas (perigos das agressões inter-humanas). Segundo Bauman (2008) a obsessão por segurança aliada ao individualismo tipicamente moderno cria uma sensação de que a segurança prometida (no começo da modernidade) não se materializou. E pode até ter ficado mais distante, pois,

> Tendo substituído as comunidades e corporações intimamente entrelaçadas que definiam as regras de proteção, seus direitos e obrigações individuais correlatos, e também monitoravam sua observância, pelo dever individual de preocupação consigo mesmo à sociedade moderna foi constituída pela areia movediça da contingência. Pressionados diariamente a perseguirem seus interesses e satisfações, e só se preocuparem com os interesses e satisfações dos outros na medida em que afetem os seus, os indivíduos modernos acreditam que os outros à sua volta são guiados por motivos igualmente egoístas – e, portanto, não podem esperar deles uma compaixão e uma solidariedade mais desinteressada que eles próprios são aconselhados, treinados e dispostos a oferecer. Numa sociedade assim, a percepção da camaradagem humana como fonte de insegurança existencial e como um território repleto de armadilhas e emboscadas tende a se tornar endêmica. Numa espécie de círculo vicioso, ela exacerba, por sua vez, a fragilidade crônica dos vínculos humanos e aumenta os temores que essa fragilidade tende a gerar (BAUMAN, 2008:172).

Podemos formular essa questão a partir das respostas de dois moradores de Marília, que ironicamente são quase idênticas, quando questionados sobre sua confiança em relação ao próximo:

> [O senhor confia nas pessoas hoje em dia?] Olha, eu confio desconfiando. A gente sempre fica com um pé atrás. (Porteiro, 57 anos, morador do Jardim Nacional).

> [A senhora confia nas pessoas, hoje em dia?]. Eu acho que a gente deve confiar desconfiando. Eu acho que está todo mundo tão preocupado, que eu acho que todo mundo tem certa desconfiança de todo mundo, por que às vezes você conhece uma pessoal e você acha que aquela pessoa nunca seria capaz de determinada coisa, quando você vai ver a pessoa é. Um certo receio eu acho que todo mundo tem hoje em dia. A vida de modo geral está deixando as pessoas meio que descontroladas. As vezes você vê uma pessoa que você nunca imaginava que tivesse uma reação violenta e ela tem. [Mas por que a senhora acha isso?] O mundo está girando mais rápido e as pessoas não estão acompanhado e estão se perdendo. [E isso ajuda uma pessoa a desconfiar da outra?]. Eu acho que ajuda. E os jovens com essa loucura pelo dinheiro, que todo mundo quer ganhar e ganhar, eu acho que os pais nessa ansiedade de querer as coisas estão trabalhando demais e estão deixando os filhos mais soltos por falta de tempo de cuidar, de acompanhar. Eu acho que isso está muito perigoso. Antigamente os pais, especialmente as mães, tinham mais tempo de ver o que o filho estava fazendo, hoje não, a mãe trabalha, o pai trabalha e o filho fica em casa no computador, a hora que vê ele (filho) já está envolvido com coisas perigosas. Por isso eu acho que a violência cresceu tanto. As pessoas em casa só estão trabalhando e trabalhando, pensando em ganhar dinheiro e mais dinheiro e se esquecem do lado afetivo, do lado da família. Isso está muito a cara da gente. As pessoas vão ter que dar um breque e pensar mais na família, e não trabalhar tanto. (Autônoma, 57 anos, moradora do Jardim Marília).

E nossas ações de viver atrás de muros, contratar guardas armados, blindar nossos veículos, instalar câmeras de segurança etc., ajudam a (re)produzir um senso de desordem que é perpetuado por nossas ações. Nesse sentido, "[...] o medo se enraíza em nossos motivos e propósitos, se estabelece em nossas ações e satura nossas rotinas diárias [...]" (BAUMAN, 2008:173), necessitando de poucos estímulos externos para se manter vivo e em expansão, uma vez que as ações que o incitam diariamente, reafirmadas pelas nossas ações de segurança, justificam sua energia.

O individualismo, ademais, além de gerar uma desconfiança permanente em relação ao outro e uma busca incessante de segurança privada, gera perturbações para a própria formação do sujeito enquanto ser autônomo que está inserido em um contexto social específico (ELIAS, 1986). A liberdade de escolha parece desenfreada hoje em dia; porém, a liberdade sem a segurança (de que se falharmos seremos socorridos por alguém) não é menos perturbadora e pavorosa do que a segurança sem liberdade[35]. E direcionar as experiências sem base coletiva sólida de apoio, em caso de falha, pode ser tão perturbador quanto a falta de liberdade. O indivíduo moderno tem uma sensação de liberdade, mas reluta a entender que ela não pode se realizar sem a ajuda dos outros.

Isso tem implicações na formação de nossa identidade, pois, ter um número cada vez maior e diferente de experiências é o que satisfaz. Para o indivíduo moderno, experimentar as inúmeras possibilidades de vida que a modernidade oferece é o que conta. O individuo é orientado pela sedução e por desejos sempre crescentes e "quereres" voláteis (que variam de lugar para lugar). E como não há normas para transformar certos desejos em necessidades e para deslegitimar outros desejos como falsas necessidades, não há testes para que se possa medir um padrão de identidade fixo. A velocidade da moda é apenas um exemplo, os elementos legados a ela se dissolvem mais depressa que o tempo necessário para articulá-los. Quando pensamos que finalmente construímos um lar ideal, compramos o carro perfeito, pagamos as dívidas dos cartões, ao invés de descansar e desfrutar dos bens conquistados, a indústria lança algo novo, uma nova forma de decoração para a sua casa, um utensílio imprescindível para o carro e, consequentemente, uma conta nova a ser paga. Será que restou algum bem de consumo *durável*? Será que isso não se tornou um paradoxo, uma contradição em termos? (BAUMAN, 2008b).

Em uma sociedade de liberdade individual de escolha, a opção de escapar da individualização e de se recusar a participar desse jogo é praticamente impensável, o que faz com que o processo de individualização alcance todos os aspectos da vida social, desde as escolhas políticas até o âmbito cultural e moral. Na dialética da individualização há uma liberdade sem precedentes de experimentar, mas ao mesmo tempo, o individuo tem que arcar sozinho com as consequências de suas escolhas.

A sociedade moderna existe e se realiza em sua atividade constante de "individualização", assim como, dialeticamente, as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias das práticas sociais em relação à sociedade em que estão

[35]"Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade, mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na mesma medida. Isso não é razão para que deixemos de tentar" (BAUMAN, 2003:11).

inseridos. Por maior que seja nosso esforço para fazer escolhas individuais, exclusivas, íntimas, essas escolhas têm implicações e reflexos no meio social em que ocorrem.

Ao que parece, o que vale é estar sempre pronto para se adequar a situações e lugares diferentes e aproveitar as possibilidades quando elas se apresentarem, desenvolvendo novos desejos feitos para os novos e inesperados lugares e padrões que venhamos a experimentar. A busca da identidade que era a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme, não se aplica mais ao mundo atual (BAUMAN, 2001). Uma vez que,

Nesse processo, crescem as ameaças de desestruturação e fragmentação do eu (KHEL, 2009). A tarefa de autoidentificação tem fortes efeitos colaterais, na medida em que uma tarefa que deveria ser compartilhada por todos, agora está sendo realizada por cada um sob condições inteiramente diferentes, promovendo a competição mais acirrada entre os indivíduos, em vez de unificar uma condição humana inclinada a gerar cooperação e solidariedade. Assim, a individualidade – que a modernidade clássica propunha, para possibilitar ao indivíduo desenvolver suas potencialidades –; transformou-se em individualismo.

Entretanto, precisamos salientar um ponto importantíssimo e que diz respeito à formação da subjetividade do indivíduo moderno: o ciclo do medo e as ações por ele ditadas não prosseguiriam ininterruptamente nem ganhariam velocidade, se não extraísse sua energia dos *tremores existenciais*[36], verdadeira fonte de nossos medos, segundo Bauman (2001 e 2008).

Os tremores existências se referem ao terreno sobre o qual repousam as nossas expectativas de vida e acompanham o ser humano ao longo de sua história, sendo que nunca antes, se esteve tão apto a prever e enfrentar os golpes do destino[37]. Porém, hoje, há uma "desunião" entre as ações inspiradas pelo medo e os tremores existências que geraram o medo. Resultando que nenhum esforço – nas áreas em que o medo foi desunido do que lhe deu origem ou do que faz parte – poderá neutralizar suas verdadeiras fontes. É devido a isso que a série viciosa do medo e das ações por ele inspiradas vão em frente, sem perder vigor. A série em questão apresenta-se, como já mencionamos, no deslocamento da esfera da

[36] Só como ressalva, na tradução da edição de 2008 da editora Zahar, o termo usado é mesmo tremores e não temores como poderia sugerir. O próprio BAUMAN usa a expressão *Existencial Tremors*, na versão em Inglês.

[37] A ideia de destino implica não tanto a natureza dos imprevistos da vida, mas a capacidade que temos de prevê-los. O destino sempre representou a ignorância e impotências humanas, frente aos aspectos imprevisíveis (BAUMAN, 2008).

segurança (ou seja, da autoconfiança e autossegurança) para a da proteção (do abrigo e exposição às ameaças).

> Afinal de contas, o mais agudo dos tremores existenciais que solapam a confiança e alimenta os tormentos da incerteza são gestados em uma área inalcançável pelos instrumentos à disposição dos indivíduos, e assim estamos condenados a considerá-los incontroláveis. O terreno sobre o qual repousam nossas perspectivas de vida é reconhecidamente instável e movediço – da mesma forma que nossos empregos e as empresas que os oferecem, nossos parceiros e redes de amizade, a posição que ocupamos na sociedade mais ampla e a autoconfiança que a acompanha. (BAUMAN, 2008:181).

Desse modo, enquanto não forem identificados as verdadeiras fontes de nossos medos existências, e continuarmos optando pela *proteção de nossos corpos e suas extensões*, em vez de enfrentarmos, na raiz, os medos que nos afligem, permaneceremos aflitos e assustados. Enquanto a tarefa for empreendida individualmente, os domínios dos tremores existenciais tenderão a ficar incontroláveis e mais difíceis ainda de serem suplantados.

Como um efeito colateral, outro elemento perturbador em relação ao desenvolvimento da modernidade, é que ela só se torna concebível como um processo de atualização contínuo que, no estágio atual, tornou-se obsessivo. Os obstáculos devem ser temporários, em último caso de curto prazo. A eles é muitas vezes atribuído o *status* de constrangimentos que devem logo ser postos fora do caminho, por mais um esforço ou conjunto de esforços da ciência e da tecnologia (GIDDENS, 1996). O espírito inquieto da modernização garante a existência de um número cada vez maior – já que automultiplicador de obstáculos a serem superados.

Os empecilhos são tidos, muitas vezes, como problemas que são desafios a serem superados pelo nosso empenho. E ocupada em resolver problemas, principalmente os acarretados pelo último ou penúltimo esforço de solução, "[...] a civilização moderna não tem tempo nem estímulo interno para refletir sobre a escuridão no fim do túnel [...]" (BAUMAN 2008:198). No estágio em que nos encontramos, "[...] grande parte do "progresso" cotidiano consiste em reparar os danos diretos ou colaterais provocados pelos esforços, atuais e passados para acelerá-lo [...]". (BAUMAN 2008:198). Nesse exercício permanente, de administrar as crises, os desafios pela frente emergem rotineiramente menos administráveis do que antes. Consequentemente, o objetivo de identificar as origens dos nossos medos também se mostra insulado.

> Deve-se repetir com frequência que a derradeira catástrofe iminente está se aproximando graças à lógica interna da vida moderna. A perspectiva de catástrofe é

> particularmente difícil de evitar porque a civilização deve seu potencial mórbido (ou mesmo suicida) às mesmíssimas qualidades de que extrai sua grandeza e seu glamour: a aversão inata à autolimitação, a transgressividade inerente e o ressentimento e desrespeito em relação a todas as fronteiras – especialmente à ideia de limites finais ou derradeiros (BAUMAN, 2008:101).

A questão dos limites da iniciativa humana ficou fora de nossos pensamentos e práticas por tanto tempo que agora se tornou quase incompreensível e, na verdade, inexprimível.

Ademais, não podemos esquecer que a ideia de progresso – que antes se punha como a promessa de felicidade compartilhada por todos e que orientava nossas perspectivas de vida (apostávamos nele como algo que melhoraria nossa condição existencial) – agora representa, sobretudo, a ameaça de mudança implacável e inescapável de qualquer estilo de vida que se pretenda fixo, imutável, regular. Ameaçando apresentar exigências novas e desconhecidas, a qualquer instante, e invalidar as rotinas de enfrentamento das anormalidades aprendidas com dificuldade. “Assistimos não ao fim do progresso, mas ao surgimento de uma descrença em relação a ele” (LIPOVETSKY, 2007:67). “O progresso, agora, evoca pensamentos horripilantes de ser deixado para trás. A exclusão é afinal de contas, o dejeto do progresso” (BAUMAN, 2008:181).

O senso que as pessoas tinham de padrão social, que respondia à pergunta “O que devo fazer?”, também está se desmantelando, os padrões irrevogavelmente registrados a partir de um lugar na hierarquia de poder (porque a autoridade diz o que fazer), de gênero (porque você é uma mulher ou um homem), de tradição (porque devemos seguir os velhos), ou assim parece etc., não respondem mais às perguntas, nem apontam caminhos. Nós fomos liberados de um sistema rígido de posições. E, na ausência de orientações claras, pode-se presumir que uma sucessão de tentativas e erros, embora notória por seus riscos e armadilhas, é a segunda melhor opção.

Isso se dá, pois, a tradição está mudando num tempo mais curto do que o necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A organização das crenças e práticas a partir de uma orientação para o passado, como nas sociedades pré-tradicionais, foi suplantada por uma orientação para o futuro. A tradição que contribuía para a segurança, na medida em que mantinha a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vinculava a confiança a essas práticas sociais, está se modificando a todo o momento, ao não

olhar mais para o passado para a construção do futuro; este, ao contrário, acaba sendo tomado para orientar nossas ações[38].

E sem nenhuma (ou quase nenhuma) autoridade capaz de estipular ou proclamar a universalidade das normas, mais coerentes com a vida, e ainda manter a força que tais normas deveriam adquirir, as regras orientadoras são logo atiradas novamente (como que em um efeito rebote) ao caldeirão cultural de onde se originaram e onde se esperava que elas poderiam permanecer, engendrando o que Bauman (2008) chamou de *crise atual de regulação normativa.* Pois, além da derrocada do poder regulador das tradições, cabe agora ao individuo negociar por si só, mesmo com as soluções reconhecidamente provisórias e locais para suas discordâncias, seus dilemas.

Ainda no contexto da modernidade globalizada, a comunidade, que antes era regida pelas relações localizadas, organizadas em termos de lugar, até então não transformadas pelas relações tempo-espaço distanciado, agora foi substituída pela crença nos sistemas abstratos como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo e espaço. Faz tempo que a ideia de integrar uma comunidade e sentir-se confiante e seguro por ser parte de um coletivo deixou de ser um sentimento comum. As noções de segurança e de vida comunitária foram substituídas pelo sentimento de insegurança e às vezes pelo isolamento que o medo do diferente impõe. O outro deixou de ser visto como parceiro ou parceira em potencial; o desconhecido é encarado como ameaça. "De lugares de encontro, troca, participação coletiva e espaços públicos as comunidades se transformam em palco de insegurança e instabilidade, por vezes, de medo" (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:8).

A promessa moderna de acabar com todas as ameaças ligadas à segurança foi até certo ponto cumprida; o que, entretanto, deixou flagrantemente de se materializar "[...] é a expectativa de liberdade em relação aos medos nascidos da insegurança e por esta alimentada [...]" (BAUMAN, 2008:146). E podemos dizer que a variedade moderna de insegurança é

[38] Essa orientação para o futuro engendra o que Giddens (2001) denomina *sociedade de risco*, pois o risco tornou-se um elemento fundamental para desvendar algumas das características mais importantes do mundo em que vivemos. "As culturas tradicionais não tinham um conceito de risco porque não precisavam disso. Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. A palavra só passa a ser amplamente utilizada em sociedades orientadas para o futuro – que veem o futuro como um território a ser conquistado ou colonizado. O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com o seu passado – de fato, a característica primordial da civilização industrial moderna". Assim, fazer o cálculo de risco se tornou inevitável para nos posicionarmos frente a cada relação diária que experimentamos, ou vamos experimentar. Esse cálculo é imprescindível em uma sociedade que se transforma rapidamente. "O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza" (GIDDENS, 2000:33).

marcada pelo medo, principalmente, da maleficência humana e dos malfeitores humanos, pois o grau de autoconfiança e sentimentos de segurança pararam de crescer, na medida em que os sucessivos ataques de horror se seguem à noticias de que alguma instituição humana não está funcionando bem como era de se esperar, são menos seguras.

Por isso tudo, a nossa vida tem se mostrado diferente do estilo de vida que os sábios do Iluminismo e seus discípulos e herdeiros idealizaram e procuraram planejar. Pois, quando as tradições perdem a força determinante do futuro e das novas gerações, quando a verdade não é mais vista como uma revelação divina e se multiplica em versões parciais e saberes especializados, e quando não há mais a representação da figura da autoridade, o indivíduo é chamado para se tornar o centro de suas próprias referências e assim encontrar seu lugar na ordem do universo. O individualismo peculiar da modernidade, a progressiva derrocada dos vínculos humanos e a desmantelação da solidariedade mútua é uma das faces do medo que, via de regra, é a imagem da globalização em sua forma atual.

E, enquanto a preocupação com a proteção pessoal se sobrepuser à luta contra os tremores existenciais, não encontraremos soluções sólidas para nossas angústias. E ainda a preocupação pessoal vai tornar-se (se já não se tornou) mais uma esfera a ser explorada pelos capitalistas e políticos. Esse movimento já é percebido pela produção extensiva de aparatos de segurança pessoal – cada vez mais a produção de câmeras de segurança, cercas elétricas, radares de vigilância estão na lista de compra dos indivíduos –, pela constante guerra de audiência dos veículos de comunicação de massa através dos programas policialescos e sensacionalistas e pelos planos de governo que tentam buscar legitimidade e aprovação política declarando guerra ao crime e aos distúrbios de ordem publica, ou seja, os programas voltados a mostrar a violência e a desgraça humana adquirem espaços maiores nas grades de programação das Tvs, enquanto os políticos prometem acabar com os supostos “rejeitados sociais” (prostitutas, mendigos, imigrantes ilegais...).

É sobre esses aspectos, especialmente sobre a violência, que vamos nos debruçar na próxima seção. Pois, por trás do medo da violência existe na verdade uma intensa insegurança em relação às mudanças que a modernidade ocasionou: egocentrismo, concorrência, perda do status social, perda dos referenciais comunitários, volubilidade emocional e material, etc.

3. A PERCEPÇÃO DO MEDO DA VIOLÊNCIA

3.1 O medo da violência

> *"A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota" (Sartre).*

Antes da análise da violência e das consequências de sua percepção, gostaríamos de sustentar nossa ideia de que: no contexto deste trabalho vemos a violência (nos aspectos amplos a que nos referimos) como a manifestação mais "concreta" de insegurança e, consequentemente, como o objeto empírico mais "sólido" para ilustrar alguns pontos de nossa analise. Assim, primeiramente, faremos uma breve discussão teórica sobre o que é e o que representa esse fenômeno para nós.

A violência é um fenômeno social complexo. Não apenas pelos múltiplos sentidos que pode adquirir, mas também pela amplitude de aspectos a ela relacionados. Ao tentar defini-la, corremos o risco de fechá-la num esquema demasiadamente formal, na medida em que uma tipologia da violência pode ser tão rica e tão ampla, quanto as experiências que cada um de nós pode ter dela. Ela não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais são tão sutis que podem passar despercebidas ou adquirir condições "normais" e naturais no viver humano. Por isso, nosso objetivo nesta seção é: sistematizar algumas reflexões acerca da violência e do medo da vitimização, para estimular o leitor a pensar sobre esses problemas, e que o pensar se torne o primeiro passo para repudiá-los, em seus diversos desdobramentos.

Nosso foco é a violência que não se caracteriza simplesmente como uma alternativa à sobrevivência, como um expurgo do pecado ou da bruxaria, tão pouco o da escravidão e submissão de povos "inferiores". Nosso foco são as formas de violência mais sutis, aquelas vinculadas às organizações sociais dos indivíduos, que organizam sua vida comum com outros homens. Aquelas que aparecem nos "fantasmas" (carregados de imagens assustadoras e inseguras) do processo civilizatório, buscando respostas a coisas desconhecidas que interroga, e faz delas violências e lhes responde frequentemente com violência (ELIAS, 1994).

O termo violência se refere a um conjunto de noções confusas e desordenadas. A violência pode ser física ou simbólica; real ou percebida; individual ou coletiva; pode ser de Estado ou comunitária. Ela pode ser pensada sob a perspectiva dos atores – violência étnica,

operária, islâmica, católica, judaica, camponesa, nazista, fascista etc, em função dos alvos ou das vítimas – jovens, mulheres, minorias étnicas etc, ou dos domínios da vida coletiva – violência urbana, rural, social e política (WIEVIORKA, 2006:201).

Didaticamente, conforme as características de quem a comete, a violência pode ser dividida em três categorias: "pode ser dirigida contra si mesmo (autoinfligida); pode ser interpessoal (infligida por outra pessoa ou grupo); ou coletiva – atribuída a conjuntos maiores, como Estados, milícias, grupos terroristas ou grupos políticos" (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:22).

"Mas nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação direta, que possui uma estrutura facilmente identificável" (ODALIA, 1991:22). O contrário, talvez faça mais sentido, pois o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. O ato de violência não traz em si uma etiqueta de identificação. Assim, perceber um ato como violência requer um empenho para ficar aquém de sua aparência de ato rotineiro. Ainda mais que "tradições, costumes, razões, leis explícitas ou não, disfarçam certos exercícios violentos normais na vida em sociedade e dificultam compreender de imediato seu caráter" (ODALIA, 1991:26).

A ocorrência do dano, da destruição, causado em virtude da ação humana direta – dotada de intencionalidade –, é o elemento comum, mais evidente, associado à violência. Não por acaso, a palavra "violência" provém do latim "*violentia"*, que significa violar, veemência, impetuosidade, mas tem sua origem na raiz latina *"vis"*, força (PIINHEIRO & ALMEIDA, 2003:15). Assim, quando pensamos na violência, a primeira imagem que vem a nossa mente, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão direta, física, que pode atingir tanto o nosso corpo, quanto nossos bens, nossos amigos ou familiares. Essa violência não tem distinção espacial ou social. "Ela está nos condomínios de luxo e nos cortiços, na metrópole e no interior, na cidade e no campo, ela envolve, direta ou indiretamente, a tudo e a todos, ela, ironicamente, é, nesse sentido, *democrática*" (ODALIA, 1991:10).

Assim, violência pode ser entendida como *ação intencional que provoca dano* (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:13). Mas, determinar a intencionalidade de um ato é por demais complicado, o uso da força não significa necessariamente a intenção de causar um dano; culturas, crenças e tradições, também modificam a percepção de atos violentos. Ainda mais que a percepção da violência está associada à relação agressor-vítima.

Entretanto, apesar de todas as ressalvas, para a mínima elaboração de uma categoria analítica (um paradigma) da violência, envolvendo análises comparativas, entre diferentes

sociedades e períodos históricos, é essencial uma definição ampla de violência. E aquela apontada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é a que mais se assemelha a nossa perspectiva:

> Violence is the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, which either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation[39]. (In:http://www.who.int/topics/violence)

Essa definição nos parece suficiente (dentro de todos os limites de conceituação do termo), pois associa a intencionalidade à prática do ato, independentemente do resultado produzido[40]. A inclusão da palavra "poder" e da expressão "uso da força física" amplia a natureza de um ato violento e abrange atos que resultam de uma relação de dominação, como ameaças e intimidações, ou negligências, portanto, inclui todas as formas de abuso físico, sexual, psicológico, mais o suicídio e outros atos de autoabuso. Além do mais, essa definição permite considerar as formas de violência que não acarretam necessariamente lesão ou morte, mas que oprimem as pessoas, as famílias, as comunidades e os sistemas de saúde como um todo. A definição abrange todos os atos de violência, públicos ou privados, sejam reativos, sejam proativos, quer se trate de atos criminosos ou não (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:16-7).

3.2 A relevância do contexto para o entendimento do tema

> *"A violência faz-se passar sempre por uma contra violência, quer dizer, por uma resposta à violência alheia" (Sartre)*

A violência é um fenômeno multifacetado e complexo. Nenhum fator isolado pode explicá-la; só uma combinação de fatores pode indicar a prática ou surgimento de atos violentos[41]. "A causalidade da violência nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores em contextos precisos, seja no presente, seja na história" (PINHEIRO &

[39]Violência é o uso da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Tradução de E.G Krug, Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Brasilia: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos).

[40]Importante lembrar que, apesar de a intencionalidade ser caracterizada como violência pela OMS, para o sistema penal brasileiro a intencionalidade não caracteriza um crime, uma violação da integridade física ou moral do sujeito.

[41] Nesse sentido, vemos como fundamental entender o processo de modernização da vida, um movimento que engendra muitos elementos de insegurança existencial e que, por vezes, corrobora ou "mascara" atos de violência na contemporaneidade.

ALMEIDA, 2003:29). Desse modo, todo comportamento, criminoso ou não, sofre influência do meio social externo (que ultrapassa a esfera individual).

Nesse sentido, mesmo que brevemente, é necessária uma referência sobre o tema da violência no Brasil das últimas décadas, uma vez que o contexto mais "global" (que chamamos modernidade) foi trabalhado na segunda seção.

Parece haver um consenso, mesmo que tácito entre os estudiosos (CALDEIRA, 2000; PINHEIRO & ALMEIDA, 2003; SOARES, 2007; ADORNO e LAMIN 2005; FÉLIX 1996), de que a violência no Brasil aumentou a partir da década de 1980[42]. Parece ter havido uma elevação dos mais diversos tipos de crime, de roubos e furtos (de menor a maior dano, este no sentido do tamanho da perda material ou dano psicológico da vítima), até homicídios e latrocínios; estupros e agressão física; crimes virtuais e financeiros; pedofilia e acidentes de trânsito (CALDEIRA 2000: 101-57). Além disso, quando o indivíduo não foi protagonista, teve proximidade com o fato através de vítimas, como um parente, amigo, vizinho; ou uma personalidade pública, que se torna familiar por meio da proximidade no tempo e no espaço, que os meios de comunicação proporcionam.

Curiosamente, no Brasil, a transição democrática materializou as condições básicas para a consolidação da democracia e de novas formas de convívio, até mesmo de uma pacificação. Mas a volta da democracia coincidiu com um aumento da violência. Segundo Soares (2007), apesar da volta à democracia "constitucional", a herança autoritária do Estado e as discrepâncias socioculturais e econômicas de nosso país perpetuam-se. A herança autoritária do Estado avança com a militarização da segurança pública, das corregedorias das policias militares que "institucionalizam a impunidade e o corporativismo" e os abusos de poder por parte de alguns agentes de segurança. Por outro lado, "[...] a corrupção estatal, sua dificuldade de prestar contas; o imobilismo da classe política; e a desvalorização das atividades investigativas e forenses, agravam os resquícios dessa herança [...]" (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:33).

> Terminada a ditadura militar, o governo e as organizações da sociedade civil ainda não tiveram condições para consolidar um estado de direito. Continua a prevalecer uma violência endêmica (expressas em altíssimas taxas de homicídio, graves

[42]Especialmente no caso dos índices criminais, pode-se especular que o aumento, após a abertura democrática nos anos 1980, estaria também relacionado (mesmo que não determinante) à sub-notificação, à falta de instrumentos de divulgação ou, até mesmo, às conveniências políticas do período militar. Há um debate, não muito acalorado, entre os estudiosos da violência no país, sobre as cifras criminais pós-ditadura terem aumentado. Alguns apontam que a omissão de dados dos governos militares impede a realização de comparações profícuas, o que poderia levar a estatísticas equivocadas. Porém, como dito, tacitamente, a maioria concorda com a elevação da criminalidade após 1980.

> violações dos direitos humanos, tortura e execuções sumárias), consagrada pela impunidade. Apesar de algumas tímidas iniciativas governamentais positivas[43], os esforços institucionais não têm prevalecido, e o Estado de direito continua uma realidade distante para as cidades brasileiras (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003:34).

Soares (2007) e Caldeira (2000) apontam que a incapacidade do governo brasileiro (em suas três esferas: legislativa, executiva e judiciária) de criar e reformar as instituições para que o Estado cuide e proteja o cidadão deve ser considerada na análise do impacto dos índices e causas da violência do Brasil contemporâneo.

Mas essa inadequação entre as políticas do governo e a contenção da violência foi engendrada pela atuação concomitante de outros fatores. O contexto nacional associado à violência não pode se limitar à ação do Estado por si só, ou as instituições sob seus auspícios. Ressalta-se que a violência nunca é fruto de apenas um fator, mas resultado de um conjunto diversificado de fatores. Paralelamente à omissão, incapacidade ou conivência dos sucessivos governos (federal e estadual), existe a falta de acesso às garantias e aos direitos civis básicos postulados nas leis e na Constituição.

Os direitos humanos – as condições mínimas para viver com dignidade, de dar condições aos sujeitos de desfrutar uma vida honrada e sem restrições às liberdades individuais – não são respeitados em nosso país. Por isso, quando alguém é privado daquilo a que tem direito, o resultado é dor, sofrimento e "minimização de sua humanidade". O indivíduo privado de direitos perde sua integridade física, material ou psíquica, é impedido de se desenvolver (nos mais amplos aspectos). Nesse sentido, e por essa razão, o não cumprimento dos direitos humanos promove (ou corrobora) a destruição do outro, que se configura a partir de diversos tipos de violência. (ARANHA, 1997:24-7)[44].

Quando a sociedade promove a lógica perversa de poucos terem acesso a muito e muitos terem acesso a pouco; quando homens morrem de fome, enquanto outros desperdiçam comida; quando uns vivem na seca prolongada e outros desperdiçam água; quando uns morrem de doenças e epidemias tratáveis e outros têm acesso a bons medicamentos e hospitais, a violência está instaurada. A miséria, a doença (quando evitável), o racismo, o abandono, a marginalização, a poluição, o salário irrisório da maioria, o infanticídio, o

[43] Ver Soares (2007), A Política Nacional de Segurança Pública: Histórico, Dilemas e Perspectivas. Em Estudos Sociais, nº61, Usp, São Paulo.

[44] A exacerbação do individualismo moderno, das relações de impessoalidade, da concorrência trabalhista, da dificuldade de relacionamentos pessoais e sentimentos de pertencimento a uma comunidade, são apenas alguns exemplos da condição do indivíduo atualmente, e que impede a formação de sujeitos mais solidários e responsáveis, o que, inevitavelmente, corrobora situações de violência, nos termos que utilizamos neste trabalho.

latrocínio, o assassinato político, a invasão de países, a fraude eleitoral, as leis antissíndicas, os crimes virtuais, o assédio moral etc., são formas de violência que além de demonstrar um descaso estatal a essas situações, também demonstram, muitas vezes, a omissão de sujeitos como nós a questões tão importantes para melhora do convívio entre as pessoas e a pacificação das relações interpessoais. Não estamos afirmando que a desigualdade social, econômica, cultural, ou a ausência de sistemas (instituições) eficazes sejam causadores da violência *per si*, porém, são condições que corroboram contextos em que a violência pode emergir.

"Essas formas de violência, nada incomum em nosso país, atingem a integridade do corpo e da vida, a liberdade de movimento e perturbam o espírito e a dignidade das pessoas" (ARANHA, 1997:27). Por isso a violência não se manifesta apenas enquanto ato físico, mas também como ato de privação ou de dano psicológico e social.

Mas, uma das características peculiares da violência moderna é que os hábitos, os costumes e as leis insistem em mascarar os verdadeiros responsáveis por esses exemplos, enquanto naturalizam a desigualdade e a violência como norma estabelecida do viver em sociedade. Essa maneira de agir institucionaliza a violência e faz parecer natural a distinção entre homens que possuem e os que não. Assim, a naturalidade da desigualdade e da violência é apenas o disfarce de uma condição precária de existência dentro de estruturas sociais historicamente determinadas em nosso país. E ela só se perpetua porque as condições sob as quais repousa também vão em frente, mesmo que se modifiquem suas maneiras de aparecer. Cada um desses fatos citados é uma violência que avilta e denigre a pessoa, cada um deles parece negar a própria razão de o homem viver em sociedade, cada um deles desrespeita o ser humano, por lhe negar essa condição (ODALIA, 1991:47 e segs).

Desse modo, uma das características principais da violência nas sociedades modernas (ocidentais) pode ser entendida a partir da fixação de regras e normas de conduta que "empobrecem" a vida material e espiritual do homem, sem que necessariamente ele tenha consciência disso[45]. Essa violência pode ser facilmente associada à privação (tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa), pois ela arranca nossos bens, nossas vidas, nossos direitos e "perturba nossa subjetividade" (FREUD, 1986). Ela não apenas nos impede de ser o que gostaríamos, mas de nos realizarmos enquanto ser (individual e social).

[45] Como já apontamos, a racionalidade moral, do início da modernidade, acabou, mesmo sem intenção, consolidando uma micro ética liberal que contribuiu para um a legitimação de um Estado legalista, altamente burocratizado, que tem como um de seus objetivos a "naturalização" das relações sociais desiguais e das condições desleais de competição.

O homem vive em sociedade, ele tem necessidade de se organizar como indivíduo particular e como parte de uma coletividade. Por assim dizer, ele tem de definir, de forma mais ou menos clara, os limites de sua ação. Nesse sentido, viver em sociedade significa criar normas de comportamento, que não só determinam esferas específicas de ação para os homens, mas também criam discriminações. Por exemplo, em nossa sociedade, as leis institucionalizam o crime explícita ou implicitamente (para aqueles que não possuem conhecimentos jurídicos), consequentemente, também, os atos e atitudes que podem ser taxados como violentos, uma vez que nem toda violência é crime e nem todo crime é violento. Elas estabelecem o que é proibido e o que é permitido. "[...] O exercício do poder demanda uma violência política que se fundamenta por meio de textos legais que a revestem de arremedos de legalidade e legitimidade [...]" (ODALIA, 1991:59), que consagra os limites de violência permitidos a cada sociedade, estabelecendo as situações que deveriam ser abolidas.

Por isso, a violência (criminal) e a racionalidade jurídica caminham juntas no ocidente, encobrindo os conflitos cotidianos (FOUCAULT, 2005). Nem tanto a violência, em sua abordagem mais ampla e que empregamos aqui, mas o que é o crime fora do marco jurídico? Essa pergunta parece não ressoar na cabeça dos nossos agentes de Estado. Ao que parece, a lógica que opera (mesmo que tacitamente) é que a violência deve justificar o poder do Estado sobre a sociedade e os indivíduos, partindo-se do pressuposto que a punição é favorável à normatização social. E a punição individual (o castigo) aparece como a única forma possível para manter a ordem e o poder do Estado.

E, seguindo a tradição das ciências políticas clássicas (em especial, de Thomas Hobbes e Jean Bodin), o Estado não abre mão do monopólio da violência (ARENDT, 2004). Apesar de, nas últimas décadas, o Estado ter sofrido contestação – devido à sua ineficiência em combater o crime e dar respostas efetivas aos atos que "perturbam" a paz – de seu monopólio da violência e de sua capacidade para manter a ordem e o bem estar, como demonstra Caldeira (2000), ao observar o aumento da indústria de segurança privada (e todos os serviços a ela vinculados) e a privatização do espaço outrora público pelos "enclaves fortificados".

O fato é que o vácuo entre os instrumentos de violência de propriedade do Estado e os que as pessoas conseguem reunir por conta própria, tem sido sempre tão enorme que as melhorias técnicas fazem pouca ou nenhuma diferença. Mas a superioridade do Governo só continua a perdurar intacta se a estrutura de poder, enquanto a obediência civil – as leis, os governantes, as instituições – ficar ilesa (ao menos com poucas desavenças) e pelo tempo que

se mantiver a sujeição à ordem, e o exército ou a força policial estiverem dispostos a usar suas armas (ARENDT, 2004:30).

Jamais um Estado, exclusivamente baseado nos instrumentos da violência, existiu. Por isso, essa lógica só perdura porque encontra seu ideal numa dominação que se coloca como uma resposta ao dominado, fazendo-o crer que ele é a origem e o objetivo das medidas restritivas. Nesse sentido, é preciso que ele interiorize a ideologia da dominação em doses pequenas e contínuas e que ela tome formas próximas do nosso cotidiano (WEBER, 1994). Para que isso ocorra é preciso que o sujeito interiorize e tenha, como suas, ideias que, muitas vezes, não lhe dizem respeito. "A força e a violência parecem ser técnicas bem-sucedidas de controle social e persuasão se tiverem amplo apoio popular" (ARENDT, 2004:14). E nesse processo "[...] criam-se as fantasias, os vilões a serem combatidos, e se as ilusões não são suficientes, criam-se, paralelamente, instrumentos de intimidação, cuja finalidade maior é estabelecer o medo como condição de vida [...]" (ODALIA, 1991:52).

E é precisamente quando o medo se torna uma condição de vida, que seu ingrediente é adicionado ao caldeirão da existência e do convívio social, criando justificações, preconceitos, estereótipos, segregação e violência, que procuramos refletir, pois a dramatização da violência urbana está dizendo algo além do mero crime. "Ela diz respeito à mudanças de hábitos cotidianos, à exacerbação de conflitos sociais, ao desrespeito aos direitos humanos, à demarcação de novas fronteiras físicas e sociais, ao sentimento de desordem e caos advindos da ausência de justiça social, e a demarcação de novos espaços de realização social e pessoal" (ADORNO & LAMIN, 2001:154).

Não por acaso, buscamos, a partir do próximo item, ver como os sujeitos percebem a violência e como reagem frente a esse fenômeno.

3.3 A percepção da violência no Brasil

Em 2010, tivemos acesso a uma publicação do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA)[46] e, em 2011, a outra da mesma natureza, realizada pelo CNI/IBOPE[47], ambas dialogando com as pesquisas de vitimização realizadas pelo nosso Grupo de Pesquisa

[50]O estudo do IPEA pode ser visualizado, na íntegra, na página do instituto **http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6434:nove-em-cada-dez-brasileiros-tem-medo-de-assassinato-&catid=4:presidencia&Itemid=2**. visualizado In 20/05/2011. Os dados apresentados baseiam-se no *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS).*

[47]Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública. Disponível In: http://www.ibope.com.br/download/111019_cni_seguranca.pdf. A pesquisa foi feita com 2.002 pessoas, em 141 cidades, em julho de 2011.

GUTO/UNESP[48]. As três pesquisas têm em comum investigar a percepção popular em relação à violência, à segurança pública e aos seus principais órgãos: o sistema judiciário, o poder legislativo e executivo, as polícias militar e civil, a policia federal e, onde foram instituídas, as guardas municipais.

Essas pesquisas estimularam a observação mais profunda dos temas abordados, devido à quantidade de trabalhos já realizados pelo nosso grupo, e a possibilidade de observar as similitudes e discrepâncias das investigações nacionais quando comparadas a estudos de uma cidade média.

Na pesquisa do IPEA (2010), os entrevistados responderam a uma gama de perguntas divididas em cinco blocos. Em primeiro lugar, responderam a questões que expressam o medo de serem vítimas nos seguintes eventos: assassinato, assalto à mão armada, arrombamento da residência e agressão física. Em seguida, foram questionados quanto à confiança transmitida pelas instituições policiais e guardas municipais. Em terceiro, avaliaram vários itens ligados às policias e seus serviços. E, por fim, selecionando apenas os que tiveram contato direto com os agentes policiais, avaliaram serviços prestados pelas instituições de segurança e os problemas na interação com os agentes policiais[49].

De acordo com o estudo, 90% dos brasileiros têm medo de ser vítima em, ao menos, um dos casos. O medo de ser assassinado é o maior de todos: 90,4% dos brasileiros têm muito (78,6%) ou pouco (11,8%) medo de ser "eliminado". O medo de sofrer "assaltado à mão armada", arrombamento residencial e agressão física, tem respectivamente cifras de 90,4%, 88,6% e 69,9%. Os números são do *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* sobre Segurança Pública[50].

[48]Uma das príncipais razões para o desenvolvimento deste estudo deve-se à nossa participação (desde o primeiro ano de graduação em 2006) nas discussões do Grupo de Pesquisa GUTO/UNESP, da Faculdade de Filosofia e Ciências que, dentre tantas outras, realiza pesquisas de vitimização na cidade de Marília/SP, desde o ano de 2001. A quarta pesquisa, de uma série histórica de 2000-10, teve como base o questionário dos anos anteriores (que poderá ser visto na integra nos anexos) elaborado com base na metodologia da Prof Drª Sueli Andruccioli Félix. Nesta última pesquisa foram aplicados 770 questionários em 80 bairros, divididos em 13 setores, no intuito de representar 3% da população do município.

[49]Com o objetivo de simplificar a apresentação dos resultados da pesquisa, as tabelas mostram apenas as respostas válidas. Foram excluídas as respostas do tipo "não sabe" e também os casos em que o entrevistado não respondeu. Em nenhuma questão a soma das porcentagens dos que declararam não saber opinar e daqueles que simplesmente não responderam ultrapassou 3% do total de respostas.

[50]O sistema de indicadores permite ao setor público estruturar as suas ações para uma atuação mais efetiva, de acordo com as demandas da população brasileira. As primeiras edições foram sobre justiça e cultura. Ainda serão lançadas avaliações sobre gênero; bancos; mobilidade urbana; saúde; educação; e qualificação para o trabalho.

Tabela 1 – Sensação de medo

Eventos	*Muito*	*Pouco Medo*	*Nenhum Medo*
Assassinato	78,6%	11,8%	9,6%
Assalto à mão Armada	73,7%	16,7%	9,6%
Arrombamento	68,7%	19,9%	11,4%
Agressão física	48,7%	21,2%	30,1%

Fonte: Pesquisa SIPS – IPEA, 2010

O medo de violência física e de ser "eliminado", em geral, é maior na região Nordeste, onde o percentual de entrevistados com muito medo de assassinato é de 85,8%, contra 78,4% no Norte e no Sudeste, 75% no Centro-Oeste e 69,9% no Sul. Há pelo menos duas explicações para essa percepção diferenciada:

1. Historicamente, as sociedades mais industrializadas, com altos níveis de urbanização são as que exibem mais crimes contra o patrimônio, ao contrário do que ocorre nas regiões menos urbanizadas onde as relações pessoais são mais frequentes e, portanto, exibem, proporcionalmente, mais crimes contra a pessoa,

2. As percepções estão sujeitas, também, a interpretações muito subjetivas: como o contato, maior ou menor, com os meios de divulgação (mídia) e, consequentemente, também, com o tipo de programação consumida; os contextos comunitários de cada sujeito e o acesso ou não aos agentes e serviços de segurança.

3. Uma análise superficial dos dados demonstra que há uma diferenciação nas taxas de homicídio nas diversas regiões do Brasil, seguindo o padrão de desenvolvimento econômico. Com exceção da região sudeste[51].

Tabela 2. Taxas de homicídio (em 100 mil) por UF e região. Brasil. 2000/2010*

Regiões	HD/100mil.hab
Norte	37,4
Nordeste	34,0
Centro Oeste	30,2
DF	34,2
Sul	23,6
Sudeste	19,2
Brasil	26,2

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares

[51]Essa exceção, entretanto, pode ser explicada pela obsessão por segurança que as regiões mais desenvolvidas clamam (como apontamos na seção dois) utilizarmos as explicações de Chesnai (1981).

O Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, tem a segunda menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes do país (13,9), Piauí. (13,7). Entretanto, enquanto o Estado de São Paulo está em franca descendência (redução de 67% de 2001 a 2010), Piauí teve aumento 66,4% no mesmo período. A Capital de São Paulo tem a menor taxa de homicídios de todas as capitais do país[52].

Assim, sem qualquer resquício determinista, mas apenas tentando compreender as manifestações diferenciais da criminalidade, buscamos em Félix (2002) algumas explicações para o fato. Segundo a autora, embora a criminalidade não seja exclusividade de nenhum sistema político, econômico, geográfico etc, a sua dinâmica está sujeita às características da sociedade em referência.

> No meio rural, onde o esquema de sobrevivência dá ao indivíduo a possibilidade, ao menos de alimentação e moradia, a criminalidade é numericamente menor e com um perfil específico. O criminoso rural não é produto das mesmas tensões citadinas, investe menos contra a propriedade e mais contra as pessoas, exibindo, proporcionalmente ao tamanho da população e aos outros crimes, maiores taxas de homicídio doloso, estupro, tentativas de homicídio e lesões corporais, do que as áreas urbanas (FÉLIX, 2002:29)

Independentemente da região geográfica, os números da pesquisa nacional não parecem muito diferentes dos encontrados na última pesquisa de vitimização (2010) realizada em Marília/SP pelo GUTO/UNESP, diante da pergunta direta “do que você tem mais medo atualmente?”. Essa pergunta foi a primeira da série para que o entrevistado não a relacionasse previamente com a questão da violência ou ao medo da vitimização, pontos fundamentais da pesquisa geral. O medo da violência está entre os mais declinados pelos entrevistados, confirmando a pesquisa do IPEA (2010).

Os eventos associados à violência (sequestro, assalto, roubo, bandido/ladrão) foram os mais mencionados na pesquisa realizada em Marília/SP, totalizando mais de 50% das respostas.

[52] Dados completos no Relatório do Mapa da Violência 2012, p.25

Tabela 3. Distribuição total das respostas a: "Do que você tem mais medo atualmente"

Categoria	N. Absoluto	% Total	N. Absoluto	% exceto nada e outros
Violência	138	17.4	138	26.6
Assalto/Roubo	175	22.1	175	33.7
Ladrão/Bandido	68	8.6	68	13.1
Doença	30	3.8	30	5.8
Sequestro	23	2.9	23	4.4
Andar sozinho	37	4.7	37	7.1
Desconhecidos	22	2.8	22	4.2
Morte	15	1.9	15	2.9
Perder a família	11	1.4	11	2.1
Total EXCETO categorias NADA e OUTROS			519	100,0%
Nada	91	11.5		
Outros	181	22,9		
TOTAL	791	100,		

Fonte: Questionário de Vitimização 2010 – GUTO

Considerando que as respostas categorizadas por "Outros"[53] constituem a somatória de uma enormidade de percepções muito diversas, individualizadas (portanto, não possibilitam agrupamento) e que, somadas às respostas "Nada" totalizam 1/3 do total (272), apresentamos separadamente para evitar distorções de análises.

Assim, 77,9% dos entrevistados admitiram claramente ter medo da violência:, criminalidade 26,6%; assalto, roubo, sequestro; 38,2%; ação de bandidos (13,1%). Mesmo não deixando muito claro a qual violência se referem e nem a que tipo de "bandidos", o importante é que a insegurança ocupa quase integralmente o imaginário coletivo. Doença e Morte, enigma e terror da humanidade, são citadas por menos de 9%, mesmo considerando que o medo da morte está contido no medo da violência.

Outra pesquisa nacional, realizada pelo CNI/IBOPE (2011), traz alguns resultados que complementam e ilustram as percepções dos nossos entrevistados, na medida em que confirma a percepção dos marilienses no que se refere às representações da violência em outras partes do país. De acordo com o CNI/IBOPE (2011), a segurança pública aparece em segundo lugar no ranking dos problemas a serem enfrentados no país – o primeiro é a saúde: 51% dos entrevistados consideraram a segurança pública ruim ou péssima e apenas 15% viram melhoria nos últimos anos.

[53]Por OUTROS tem-se: animais diversos, altura, dirigir, sentir-se mal sozinho(a), tornar-se incapaz, ser enterrado vivo(a), dificuldade financeira, ruptura da família, vizinho, escuro, Deus, espíritos etc.

Ainda segundo essa mesma pesquisa, aproximadamente 30% dos entrevistados sofreram diretamente violência no último ano: 11% foram furtados, assaltados ou agredidos e 19% possuíam um parente que sofreu algum tipo de violência. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, somados os parentes que foram vítimas, 43% admitiram furto, assalto ou agressão, enquanto no Nordeste, a cifra é de 33%.

E 80% dos entrevistados sofreram indiretamente com a violência até outubro de 2011. Grande parte da população brasileira presenciou a violência ou a criminalidade nesse período. Dentre os entrevistados, 79% presenciaram pelo menos uma ocorrência. A ocorrência mais comum é o uso de drogas nas ruas, presenciado por 67% da população[54]; 51% já viram a polícia prendendo um suspeito, e 41% alguém sendo agredido. Alguém sendo assassinado e/ou morto (incluindo morte por acidente de trânsito) foi presenciado por 8% da população.

O percentual também é elevado entre os residentes nas capitais (que representam 42% dos entrevistados) e nas cidades grandes – com mais de 100 mil habitantes (38%), 82% presenciaram alguém usando drogas na rua, 63% viram a polícia prendendo alguém e 51% assistiram alguém sendo agredido. Ainda nas capitais, 16% presenciaram alguém recebendo um tiro (incluindo balas de borracha) e 12% testemunharam um assassinato. O estudo, ademais, demonstra que o medo de homicídio é maior entre as mulheres e entre aqueles que *não foram vítimas*[55] de algum tipo de crime nos últimos doze meses.

A pesquisa nacional de Nancy Cardia (2010:17-30)[56] confirma esse aumento da exposição indireta dos brasileiros à violência. Ao comparar os dados de 1999 com os de 2010, a autora observou que o número de pessoas que relataram ter assistido a eventos violentos em 2010 é maior que em 1999. De modo semelhante a 1999, os mais jovens (19 anos ou menos) foram, também, os que mais declararam ter testemunhado eventos violentos em 2010, quase o dobro em relação às demais faixas etárias. Os eventos mais testemunhados em 2010 foram: alguém usando drogas nas ruas (53,4%), a polícia prendendo alguém (40,1%), alguém sendo

[54]Há controvérsia acerca dessa questão, pois presenciar um usuário fazendo uso de algum tipo de droga não significa que ele esteja cometendo um crime, apesar de o usuário ser considerado muitas vezes um contraventor. Além do que, álcool e cigarro são drogas, porém não são legalmente taxadas como tal.

[55]Podemos especular, nesse ponto, o papel importante da mídia na formação de opiniões e na percepção dos indivíduos.

[56]Em 1999 Nancy Cardia realizou um amplo survey sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras. Em 2010, realizou nova pesquisa em 11 capitais, comparando com os resultados obtidos em 1999. Os dados aqui apresentados foram coletados entre 15 e 29 de maio de 2010. Neste período foram realizadas 4025 entrevistas com pessoas de 16 anos ou mais das seguintes cidades: Belém (203 entrevistas), Belo Horizonte (301), Fortaleza (301), Goiânia (203), Manaus (203), Porto Alegre (203), Porto Velho (203), Recife (203), Rio de Janeiro (700), Salvador (301) e São Paulo (1204).

assaltado (33,7%) e alguém sendo agredido (32,2%). Estes eventos também foram os mais relatados em 1999, porém, com frequências inferiores e não exatamente na mesma ordem.

No conjunto das capitais, agressão verbal, receber oferta de drogas e ser vítima de roubo mediante emprego de arma foram os eventos mais mencionados pelos entrevistados, em 2010. O contato com a violência grave, como ter sido ferido por arma de fogo e ter um parente próximo assassinado ou ferido ao longo da vida, também é relativamente alto, mas esses números apresentam variações entre as cidades. Recife, Porto Velho e Fortaleza se destacam pela frequência das respostas que mencionam parentes próximos assassinados (1 em cada 5 entrevistados) e parentes feridos por armas de fogo ou faca. Goiânia, Salvador, Porto Velho e Belém destacam-se pela frequência de entrevistados que responderam já terem sido feridos por arma de fogo, em algum momento da vida.

Na contramão dessa tendência nacional, em Marília, os números, de acordo com as pesquisas de vitimização (2001 e 2010) não sofreram aumento significativo, ou seja, não confirmam a tendência nacional de aumento de contato da população com a violência, portanto, não confirmam um aumento real de exposição ao perigo, apesar do medo de ser vítima ser grande no município. No período de realização das pesquisas, o contato com a violência pouco se alterou: 29% em 2001 e 31% em 2010 dos entrevistados admitiram ter sido vítimas ou ter tido contato indireto com a violência. Em média, das quatro pesquisas de vitimização na cidade, 22% dos entrevistados tiveram algum parente ou amigo vítima da violência e 11% foram vítimas diretas.

O importante desses números para o caso de nosso estudo não está associado às suas dimensões, mas sim ao fato de ajudarem a ilustrar nosso problema de investigação: as mudanças de atitude devido à sensação de insegurança. Queremos chamar a atenção para o fato que: o contato com a violência (real ou imaginária) promove mudanças de atitudes que são percebidas pelo aumento dos meios defensivos e preventivos adotados pelos indivíduos em seus espaços de moradia.

Segundo levantamento do CNI/IBOPE (2011) quase metade da população (45%) aumentou os seus cuidados com a segurança nos últimos três anos e 80% dos entrevistados mudaram seus hábitos devido à violência. A violência também vem restringindo a circulação da população pela cidade; “54% dos entrevistados evitam sair à noite, 48% deixaram de circular por alguns bairros ou ruas e 36% mudaram o trajeto entre a residência e o trabalho ou a escola” (CNI/IBOP, 2011:14). O aumento dos cuidados com a segurança foi mais comum na região Nordeste (54%), nas cidades grandes – com mais de 100 mil habitantes – e nas

capitais. Em ambos os casos, 49% dos entrevistados afirmaram ter aumentado os cuidados com segurança.

Outro fato importante é que o percentual de respostas entre os que afirmaram ter aumentado os cuidados com segurança cresce de acordo com a renda, alcançando 56% das famílias com renda superior a 10 salários mínimos e 55% das famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Em Marília, as pesquisas de vitimização encontraram forte relação entre o nível socioeconômico e a instrução formal da população com a adoção de meios físicos e humanos de prevenção[57]. Conforme as quatro pesquisas de vitimização (2001, 2004, 2007, 2010) analisadas e publicadas, em média ¾ dos entrevistados fazem uso de algum tipo de prevenção, sendo mais acentuada entre os que recebem acima de 5 salários mínimos. Deste grupo, os que mais utilizam a vigilância privada e alarmes são os que recebem acima de 10 salários. Entretanto, quando questionados sobre o medo e a insegurança, apesar da ostentação dos aparatos físicos de prevenção em suas residências, quanto maior o rendimento familiar menos se admite insegurança. Em média, entre os que declararam rendimento de até 5 salários, 40% consideraram o seu bairro inseguro e 44% têm medo de circular pelo seu bairro à noite. No grupo com rendimento acima de 10 salários mínimos, apenas 25% e 36% admitiram, respectivamente, o bairro inseguro e medo de nele circular à noite (FÉLIX & DAMIÃO, 2011).

A análise da escolaridade das vítimas também ilustra o risco das pessoas, a despeito de admitirem ou não. Enquanto cerca de 20% dos menos escolarizados foram vítimas, quase a metade dos entrevistados com curso superior sofreu algum tipo de crime em Marília/SP, embora o primeiro grupo denuncie muito mais do que os escolarizados (66% das vítimas que denunciaram tinham apenas o primeiro grau ou mal sabiam ler e escrever), conforme aponta um dos relatórios das pesquisas realizadas em Marília[58].

Essas características parecem sugerir que o pobre tem uma tendência maior a enxergar os problemas públicos, como a segurança e o crime. Entretanto, o que ocorre é a precária condição de resolver por si os seus problemas de segurança, como a adoção de meios físicos e humanos de proteção, a instalação de equipamentos sofisticados ou a contratação de

[57]Ver essas e outras informações de vitimização no artigo, *Pensando a Cidade: Suas Contradições e a Construção das Sociabilidades Sob o Dilema da Insegurança* em http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4felix153a166.pdf.

[58]Ver relatório da pesquisa de vitimização (2008) elaborado por FÉLIX In www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm.

segurança privada. Assim, apesar de ser minoria entre as vítimas, a maior disposição em denunciar delinquências e irregularidades pode demonstrar tanto a sua confiança nas instituições públicas, como a sua dependência delas por falta de alternativas, como as medidas protetivas. Outra interpretação seria a preocupação em melhorar suas condições de vida que, dentre outros fatores, justificar-se-ia pela falta de alternativa de mudança e pela familiaridade com sua vizinhança.

Para Tuan (1980), dificilmente a classe média admite insegurança no seu bairro por, ao menos, dois motivos: quando insegura, tem condições de mudança e, em segundo lugar, o medo da desvalorização imobiliária os levam a não admitir que o seu bairro seja inseguro. Entre os moradores de condomínios fechados é muito comum a recusa em admitir algum tipo de violação de propriedade entre os moradores. Dificilmente aparecem nos meios de comunicação alguma ocorrência em condomínios, para não demonstrar as fragilidades do ambiente, o que, fatalmente, promove a desvalorização do empreendimento imobiliário. O autor ainda aponta que as percepções dos citadinos variam conforme a etnia, a faixa etária, o sexo, o local de residência e a classe social. Os ricos, por exemplo, detêm conhecimento abstrato da cidade, possuem um mapa mental, mas estão tão isolados quanto os pobres. Os lugares são tão diferenciados, fragmentados e hierarquizados socialmente que ambos (ricos e pobres) se familiarizam mais com os aspectos da vida urbana que lhes são mais próprios (lugar de moradia, de trabalho, de lazer etc.). Entretanto, quando a análise se volta para a rede de relações pessoais, a do rico é tecida mais pela atuação profissional (que compõem os grupos de lazer – happy hour, futebol...) e a do pobre por relações de vizinhança. Comparando os dois segmentos, o pobre ainda tem um pouco mais de familiaridade com o espaço do rico no cotidiano da prestação de serviços (domésticos, da construção civil, de entrega de mercadorias etc.), do que o contrário: o rico vê o mundo do pobre através do vidro de seus automóveis, pelas telas da televisão ou fotos no jornal (FÉLIX & DAMIÃO, 2011).

No contexto de um aumento do medo da vitimização e da descrença ou falta de acesso aos agentes de segurança e ao sistema de justiça, uma mudança de atitude que merece destaque é que cada vez é maior o número de pessoas que clamam por punições mais severas e soluções mais radicais contra os contraventores e/ou delinquentes. Segundo CNI/IBOPE (2001), mesmo concordando com o uso de penas alternativas em casos de delitos leves, 83% dos entrevistados acreditam que penas mais severas reduzem a criminalidade, a maioria reclama que a impunidade está aumentando. Mais da metade (51%) apoia a prisão perpétua, inexistente no Brasil. Um percentual significativo (31%) defende a adoção da pena de morte e

outros 15% a justificam para algumas modalidades criminais, 75% dos entrevistados defendem a redução da maioridade penal para 16 anos, destacando que adolescentes que cometem crimes (delitos, se menores de 18 anos) violentos devem ser punidos como adultos. Em alguns casos defende-se até a violência policial.

Sobre a punição, Cardia (2010:284) elaborou um questionário (tabela 14, p.132) para saber qual tipo de punição seria adequado a um delito, na perspectiva dos entrevistados. Cinco alternativas foram apresentadas para cada delito, e as penas variavam de leve (prestação de serviços à comunidade) à pena capital (morte). A pena de prisão perpétua teve o maior consenso entre os entrevistados para ser aplicada ao estuprador (34,3%), ao sequestrador (31,5%), ao marido que mata a mulher (29,7%), ao jovem que mata (23,4%), ao traficante de drogas (27,6%), sendo que a outra opção mais frequente é a pena de morte. A maior consonância observada entre os entrevistados por tipo de pena que deveria ser aplicada distribui-se da seguinte forma: pena de prisão perpétua para terroristas (35,9%); pena de morte aos estupradores (39,5%) – estupro é o mais severamente julgado pelos entrevistados, que consideram a pena de morte a punição correta ao estuprador, seguida da prisão perpétua (34,3%), sendo que a prisão com trabalhos forçados é o desejo de apenas 11%, neste caso. Há outro fato que chama à atenção: quanto mais jovem o entrevistado, mais rigoroso na severidade da pena sugerida. Talvez isso se justifique por ser a faixa etária mais vulnerável a esse tipo de delito, porém só podemos especular sobre essa questão, uma vez que uma pesquisa etnográfica não foi realizada. A pena de prisão com trabalhos forçados para os políticos corruptos foi (28,3%). Cabe destacar que a menor frequência de atribuição de pena de morte é para o caso de “jovens que matam”, o que revela que, apesar de todo o discurso em prol de um endurecimento das penas para jovens e de rebaixamento da idade de responsabilidade penal, a aplicação de penas mais duras a jovens não teria tanto apoio como aparece em alguns discursos que circulam na sociedade (CARDIA, 2010:284). Paradoxalmente, são os mais jovens que, com maior frequência, escolhem a pena de morte como opção para quase todos os tipos de infratores exceto para o “traficante de drogas”. Por outro lado, o traficante de drogas é julgado com mais severidade conforme aumenta a faixa etária dos entrevistados. Há uma ligeira tendência dos grupos mais idosos em nomear a prisão perpétua como opção, seguida da pena de trabalhos forçados.

É importante ressaltar que a maioria dos entrevistados distribuiu as penas entre os infratores sem dificuldade, ou seja, o fato de algumas delas não existirem no Código Penal não foi um empecilho. É também revelador que os entrevistados tenham feito uso, mais

frequente, das penas que não existem, o que poderia sugerir que há de fato na população um terreno propício para penas mais severas, ou uma pré-disposição para aceitar um endurecimento das penas em termos de agravamento (CARDIA, 2010:284-5).

Em Marília, de acordo com a pesquisa de vitimização de 2001, um percentual de 42,7% dos entrevistados foi favorável à pena de morte. Tal universo tem o seguinte perfil: 1) 50% dos homens e 38% das mulheres são favoráveis; 2) 55% das pessoas com mais de 50 anos e 48,1% das que têm entre 61 e 65 anos são favoráveis. Embora o jovem não seja maioria, destacou-se a faixa entre 15 e 19 anos, com 45,6 % favoráveis; 3) conforme aumenta a renda cresce a adesão, à pena de morte, até atingir 10 salários, com 50,5% de entrevistados dessa faixa, favoráveis. Em contrapartida, na faixa acima de 10 salários está a menor adesão, 36%; 4) daqueles com pouca ou nenhuma escolaridade, 59% são favoráveis e dentre os que não frequentaram a escola a cifra de favoráveis é 45,4%. No outro extremo, apenas 31% dos que possuíam o curso superior completo foram favoráveis.

Cardia (2012:2) explica, entretanto, que, em geral, os entrevistados não agiriam com violência, mas também não condenam quem age dessa forma, pois não contradiz os seus princípios e valores. Nas respostas, fica clara a tendência de que as pessoas não querem se envolver com atos de violência para a realização de justiça pessoal, contudo, não defendem os valores, atitudes e crenças que vão ao encontro dos Direitos Humanos. Poucos aceitam praticar diretamente a violência, mas esperam que seja realizada por terceiros, incentivando a prática de ações extrajudiciais como forma de vingança. A maioria dos entrevistados concorda que um grande número de pessoas deixa de ser preso por existirem brechas nas leis, acreditando que o sistema de leis e direitos não atendem às necessidades do sistema de segurança. Nesse sentido, o desejo de punição alimentaria a ideia de que é necessário restringir o direito dos acusados que, com frequência, manipulam estes direitos à custa da sociedade. Para os entrevistados, os direitos humanos devem ser negados às pessoas desqualificadas, deixando de considerar os Direitos Humanos como inalienáveis e universais. Por exemplo, a tortura como meio de prova nos tribunais foi aceita total ou parcialmente por 28% dos entrevistados.

A autora, ademais, aponta a disposição em abandonar as proteções legais universais para pessoas suspeitas de terem violado a lei e se desviado da ordem moral dominante. Segundo ela, os motivos que justificam esse abandono são dois: os instrumentais que ocorrem em razão do tipo de ameaça física ou de perda financeira; e os simbólicos, que ocorrem em razão da ameaça aos valores individuais ou da comunidade, baseado no fato de a “pessoa

desqualificada” não compartilhar das mesmas normas sociais. A causa simbólica se refere aos conflitos raciais, políticos, religiosos e étnicos, e de grupos com menor proteção, como a violência contra homossexuais, mulheres, idosos e crianças. As pessoas exercem a exclusão moral do “desqualificado” ao não se incomodar com o uso da violência e a violação dos princípios de justiça pelos agentes de segurança, e ao imaginar que o “desqualificado” não faz parte do mundo moral onde se aplicam as regras e proteção legal.

Por fim, a autora assinala que a sociedade brasileira pouco se envolve tanto com a defesa dos direitos e valores relacionados aos Direitos Humanos (não os percebendo como universais ou inalienáveis) e atribui aos governos a maior parte da responsabilidade pelo sistema de justiça e pela promoção da cidadania. Isso ocorre porque há baixa participação dos sujeitos na busca de soluções para os problemas comuns (saúde, violência e educação), acarretando transferência para os governantes da maior parcela da responsabilidade de cuidar dos problemas que os afetam. Por outro lado, não há confiança nas instituições do sistema de justiça e no comprometimento com a defesa dos Direitos Humanos. Isso tudo corrobora o incentivo e o apoio da prática de ações extrajudiciais contra as “pessoas violentas” e desprovidas das qualidades morais compartilhada pela sociedade.

Assim, a pesquisa confirma a tendência de incentivo e apoio à prática de ações extrajudiciais contra pessoas consideradas perigosas e indesejadas, a partir dos seguintes apontamentos (conclusões):

1. há baixo envolvimento da sociedade para a busca de soluções na área de segurança, imputando aos governantes a maior parte da responsabilidade pelo sistema de justiça e pela promoção da cidadania,
2. existe baixa percepção de que os atos de violência privada em determinadas situações justificadas, representem violação de seus princípios e valores,
3. há aumento da desconfiança de que criminosos se livrem da prisão por brechas na lei, e baixa confiança em que os crimes sejam investigados pela Polícia Civil,
4. a população mostra um aumento na disposição em aceitar a prova por meio de tortura nos tribunais, e na aceitação do cometimento de atos arbitrários por policiais para prender suspeitos,
5. Além do que, não há consenso de que os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, ou seja, só devem valer para aqueles considerados “qualificados” e negados aos criminosos e/ou “desqualificados.

Isso tudo é causado por uma conjugação de fatores que vai desde a ineficiência dos órgãos de segurança pública em dar respostas aos anseios da população até o aumento da percepção de impunidade no país. Bem como carência de informação acerca dos direitos humanos – seus significados e aplicabilidade – e da importância da participação popular para o desenvolvimento de políticas públicas. Verifica-se que uma parcela da sociedade, da mídia e do meio policial incentiva e apoia a prática de ações extrajudiciais contra indivíduos considerados perigosos. Diante da percepção de parte da sociedade de que os agentes de segurança não garantem a segurança das pessoas e não investigam a maioria dos crimes, e de que as leis são brandas e os Direitos Humanos são favoráveis aos criminosos para livrá-los da prisão, há uma propensão para aceitar as ações extrajudiciais contra criminosos, respondendo aos anseios de vingança social.

Portanto, consideramos fundamental entender melhor como a população percebe a atuação e função dos agentes de segurança e dos poderes legislativo e judiciário, esferas fundamentalmente integradas aos ingredientes do "caldeirão" da insegurança.

3.4 Os agentes de segurança: percepção da atuação

A desconfiança no sistema de justiça criminal como um todo (policial, legislativo e judiciário) constitui parte fundamental para compreender a sensação de insegurança dos sujeitos. Porém, temos que destacar que essa desconfiança em sua maioria é dirigida invariavelmente às polícias, especialmente à Polícia Militar, devido as suas características funcionais de contato direto com a sociedade. Mesmo quando as manifestações de insegurança se dirigem aos outros segmentos do Sistema de Justiça (sistema carcerário, juízes, legislativo etc.), a população, geralmente, coloca-os no caldo da ineficiência policial, especialmente a militar. Por isso, privilegiamos neste item uma abordagem sobre a percepção e atuação da polícia militar, sem, entretanto, deixar de apontar outras questões fundamentais.

A palavra polícia vem do latim *politia*, procedente do grego *politeia*, que originalmente significava organização política, sistema de governo. Atualmente, contudo, refere-se à ordem ou segurança públicas, ao conjunto de regras impostas aos membros de uma coletividade com o objetivo de garantir a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas. É o corpo de funcionários incumbidos de fazer respeitar essas regras e de reprimir o crime (fazer valer as leis). Não por acaso, diz Bayley (2001:229) "[...] a polícia é um grupo de pessoas autorizadas pelo Estado, para regular as relações interpessoais dentro de uma comunidade por

meio da aplicação da força física [...]". Mas, apesar da autorização legal, semelhante em sua essência, as organizações policiais variam em diversos aspectos, como número de membros, formas de coordenação, centralização, responsabilização, resultados, impacto sobre a política, relacionamento com o poder público e os sujeitos.

A atividade policial, até meados do século XIX, nos países ocidentais, direcionava suas atividades à manutenção das cidades, dentre as quais incluíam servir sopa aos pobres, inspecionar caldeiras, regular pesos e medidas, entre outras. "No entanto, com a expansão dos aglomerados urbanos, surge também a necessidade de uma força especializada de repressão ao crime, o que leva paulatinamente os exércitos nacionais a abandonar esse papel e se concentrar mais em questões de defesa nacional; é neste momento de ruptura que se inicia o surgimento da polícia moderna" (BEATO 2002:2). É importante ressaltar que esta ruptura representou algo muito mais importante: o que ocorreu foi uma engenharia institucional de construção de um modelo quase militar de policiamento, que ainda prevalece em muitos países do mundo, segundo o qual o controle social coercitivo passa a ser exercido por "especialistas" para tratar os conflitos e desvios da ordem industrial e urbana. Assim, apesar do afastamento dos exércitos de combate ao crime, instituíram-se alguns modelos policiais estruturados militarmente.

As polícias brasileiras têm sua formação muito parecida com o modelo francês, ou seja, de uma polícia de estado, centralizada, politizada, militarizada e com baixa aprovação pública (BEATO, 2002:2). Estas instituições correntemente se confundem no caráter de suas práticas e funções, com a utilização de mecanismos próprios do exército. Por isso, elas serviram mais como instrumentos militares, de repressão ou combate ao crime, do que propriamente como organismos preventivos e de participação civil.

Isso levou por muito tempo essas instituições a direcionar suas atividades a um potencial combativo. É justamente esse potencial combativo que se reflete na percepção da população, para a qual a única e exclusiva função da polícia é o combate ao crime. Para Beato (1999), oriunda em parte do desconhecimento sobre a função policial, essa percepção institui-se em uma visão mítica sobre as organizações policiais. Uma boa parcela da população, bem como grupos políticos influentes na sociedade brasileira, realmente acredita que a tarefa das organizações policiais é voltada apenas para o controle da criminalidade. Se as taxas de crimes aumentam ou diminuem, atribuem estratégias corretas ou equivocadas adotadas pela polícia no combate ao crime (BEATO, 2002:04).

"No Brasil, por exemplo, historicamente se confunde segurança pública com segurança interna e defesa nacional" (FELIX E TOIGO, 2006:155). Não podemos esquecer, também, que a relação da população com a polícia é ambígua: em alguns casos, sua presença é desejada e, em outros, fortemente rejeitada. Beato (1999:7) afirma que "[...] existe uma grande ignorância no Brasil em relação ao sistema de justiça criminal em geral, e sobre as organizações policiais em particular [...]", ou seja, muitas vezes a população nem sabe ao certo a função e os limites dos agentes de segurança. A confusão sobre os elementos que envolvem a Segurança Pública é grande, pois as noções e conceitos de segurança pública que a sociedade possui se confundem com segurança interna e defesa nacional, tornando-se a segurança tema privilegiadamente estatal. Instaura–se uma conjuntura, onde o cidadão não se enquadra como "cliente" da polícia e de outros órgãos de segurança pública. Nesta situação, o "cliente" dos mecanismos de regulação social é seu próprio provedor, o Estado. Portanto, podemos afirmar que não há, por parte da população, conhecimento suficiente sobre o papel da polícia, neste caso especificamente o das Polícias Militares (FELIX e TOIGO, 2006:156).

Apesar de as instituições públicas de segurança, em especial as organizações policiais estarem desacreditadas perante a população, continuam representando o principal mecanismo de combate à violência e à criminalidade. "Assim, a não compreensão da população sobre o papel da polícia ou suas competências, ou mesmo o comportamento desconfiado que a sociedade como um todo possui em relação às organizações policiais, não é resultado apenas das tensões e fatos atuais, mas sim de toda uma conjuntura histórica" (FELIX e TOIGO, 2006:152-56).

Em Marília, as respostas no questionário da pesquisa de vitimização (2010)[59], ilustra um pouco melhor a relação entre a polícia e a comunidade. Perguntados se conheciam o policial que atuava em seu bairro, partindo do pressuposto da filosofia de polícia comunitária, 79% responderam não conhecer nenhum policial que atue no seu espaço de residência. Esse indicador de relação pouco estreita é confirmado na resposta a outra pergunta sobre a presença da polícia no bairro, à qual metade (49%) dos entrevistados afirmou não perceber a polícia presente no seu bairro (37% raro e 12% inexistente). Dentre os que percebiam a presença da polícia em seus bairros, 20% consideram-na "frequente" e 25% "regular". Não por acaso 41,8% deram como sugestão aumentar a ronda para melhorar a atuação da PM, o

[59]Gostaríamos de deixar claro que a pesquisa de vitimização (2010), em Marília, baseou-se, de modo geral, na percepção da população acerca da polícia militar, uma vez que ela é a "polícia da rua". Por isso, esperamos que o leitor não faça generalizações. Buscamos apontar a percepção em relação à outras instituições do sistema de justiça, baseando-nos em pesquisas nacionais, já que não dispusemos de tais dados em nossa cidade.

que reforça a já apontada ignorância da população em relação à função da polícia, muito mais abrangente do que simplesmente circular nos bairros. O papel ostensivo, apesar de importante para o sentimento de segurança da população, não constitui sua única função, mesmo da PM (FELIX, 2001).

Estes dados confirmaram o distanciamento da polícia com a comunidade, pois se a prática fosse diferente, ou seja, se a comunidade tivesse conhecimento e participasse das atividades desenvolvidas pela PM, que vão além do policiamento ostensivo, ter-se-ia maior facilidade na realização da implantação do policiamento comunitário na cidade. A PM necessita de melhorias na divulgação dos seus projetos, bem como idealizar uma continuidade dessas atividades, a fim de que surtam resultados efetivos de conscientização. Caso contrário, tem-se a atividade pela atividade e o público/população atingido por estes projetos acabam não incorporando, no seu cotidiano, as mudanças de atitude. Mas, para isto, é preciso que a população se envolva nos debates e participe dos projetos. Este é um ponto crucial a ser considerado.

Por isso, entender como a população se relaciona com a polícia também é uma forma de entender a criminalidade e a vitimização, já que esta relação implica em denunciar ou não crimes e a presença da polícia pode ser um empecilho para o cometimento destes crimes (FÉLIX e REDÍGOLO, 2011:77). E, para apreender essas questões que permeiam o imaginário popular sobre os agentes de segurança, suas funções e atitudes analisamos, algumas outras pesquisas sobre o tema.

Segundo dados da pesquisa do IPEA (2010), a Polícia Federal é a que inspira mais confiança na população brasileira: cerca de 48.9% confiam nessa polícia. As polícias Civil e Militar têm, respectivamente, 30,1% e 29,3% de confiança, enquanto as guardas municipais, 29,4%. Entretanto, a parcela de avaliação negativa revela outra realidade: a somatória das assinalações dos entrevistados que “confiam pouco” ou “não confiam” são assim distribuídas: Polícia Federal, 50,1%; Polícia Civil, 69,9%; Polícia Militar, 70,1%; Guarda Municipal, 70,1%. Ou seja, mesmo entre os que confiam nos agentes de segurança, a confiança ainda é relativamente baixa.

Tabela 4. Confiança nas instituições policiais

	Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia
Polícia Militar	4,2%	25,1%	43,0%	27,7%
Polícia Civil	4,0%	26,1%	44,0%	25,9%
Polícia Federal	13,0%	35,9%	33,6%	17,5%
Guarda municipal	4,4%	25,0%	38,7%	31,9%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2010

Em outra pesquisa de âmbito nacional, CNI/IBOP de 2011, relativa à eficiência das instituições públicas responsáveis direta ou indiretamente pela questão de segurança no país, há um claro reconhecimento do trabalho das Forças Armadas e da Polícia Federal e, no outro extremo, uma alta insatisfação com o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Apenas no caso das Forças Armadas e da Polícia Federal, mais da metade dos entrevistados que externaram sua opinião consideraram as instituições "ótima" ou "boa"**:** 63% e 60%, respectivamente.

Ainda, segundo o CNI/IBOPE (2011), para 21%, a segurança pública melhorou e para 19%, piorou. Parcela significativa da população (58%) considera que o serviço nem melhorou, nem piorou. O percentual dos que acreditam que a segurança pública piorou é maior na região Nordeste: 30%, sete pontos percentuais acima dos que acham que o serviço melhorou na região. Essa é a única região em que o percentual de entrevistados com percepção de piora é superior ao do com percepção de melhora.

Esses números apontam que, na percepção do brasileiro, houve piora da segurança pública, ou, ao menos, continua ruim, segundo sugere as duas pesquisas realizadas em âmbito nacional IPEA (2010) e CNI/IBOP (2011). A última, ainda capta a percepção dos brasileiros em relação à segurança, por meio de perguntas diretas e mostra alguns resultados.

Tabela 5. Percepção da situação da segurança pública no Brasil nos últimos três anos

	Percentual de respostas
Melhor	15%
Igual	47%
Ruim	37%
NS/NR	1%

Fonte: CNI/IBOP, 2011:13

Apenas 15% da população brasileira percebem melhora na situação da segurança pública nos últimos três anos. Para 37%, a situação piorou, e para 47%, se manteve inalterada. No caso das capitais, o percentual dos que percebem melhora (18%) é superior à média nacional de 15%, mas o percentual daqueles que acreditam que a segurança pública piorou (40%) também é superior à média nacional, que é de 37%. Nas periferias, mais da metade (53%) respondeu que a situação atual é a mesma de três anos atrás. Mais uma vez, na região Nordeste há o maior percentual de avaliações negativas: 46% dos entrevistados da região identificaram piora na segurança pública, mas a região, junto com o conjunto do Norte e Centro-Oeste, tem 17% de seus residentes defendendo que houve melhora da situação, ou seja, percentual superior à média nacional de 15%.

Já sobre a atuação policial, a pesquisa IPEA (2010) mostra que, para a maior parte da população, a polícia não atende às emergências de forma rápida, não registra as ocorrências e nem realiza as investigações de forma eficiente, não aborda as pessoas de forma respeitosa, não é competente, não respeita os direitos do cidadão e é preconceituosa. Sobre problemas ocorridos no contato com os policiais, 5,8% dos entrevistados que tiveram contato com a polícia disseram ter sido ameaçados, 10,8% ter sido ofendidos verbalmente, 3,4% ter sido agredidos e 4,1% ter sido extorquidos[60].

A análise da pesquisa de vitimização (2010) em Marília mostra que a desconfiança em relação à polícia é maior entre os jovens de 16 a 29 anos, perfazendo quase 42% das respostas. Porém, essas cifras diminuem consideravelmente entre os entrevistados de 30 a 49 anos – em média, apenas 16% desconfiam da atuação policial e apenas 3% têm medo dela; números similares aos dos entrevistados com mais de 50 anos. A desconfiança em relação à polícia também diminui quanto maior o tempo de residência no bairro: para aqueles com mais de 10 anos de residência o medo não chega a 2% e a desconfiança é de 14%. Os números mostram mais medo e desconfiança da polícia entre os analfabetos ou com primeiro grau incompleto (18%) e segundo grau completo (18,5%), comparados aos que possuem curso superior completo (2%). Importante destacar que, para 45%, o tratamento recebido da polícia depende de classe social e outros elementos, como demonstra a figura abaixo.

[60] A pesquisa não deixa claro com qual polícia o entrevistado teve contato, por isso um diagnóstico pormenorizado dessas respostas se torna complicado.

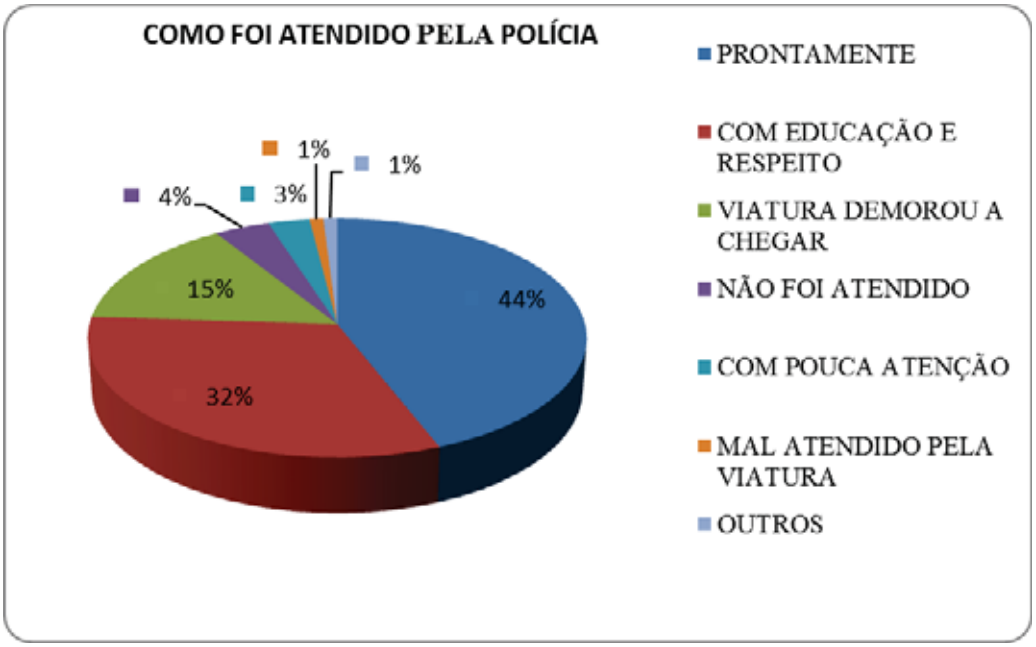
Figura 1. Principais motivos para a polícia não tratar a todos igualmente

Fonte: Questionário Pesquisa de Vitimização 2010 – GUTO

Observamos que, entre os motivos para não tratar a todos igualmente, aparecem aspectos negativos como “discriminação social” e “a polícia erra”, mas, tambem, observações que podem ser avaliadas como positivas para a atitude discriminadora da polícia, como “bandido tem que tratar diferente” (FÉLIX e REDIGULO, 2010:46). Isto confirma a nossa observação de certa aprovação da população para atitudes segregadoras, quando dirigidas ao bandido. Os números são parecidos com os dos resultados da pesquisa de vitimização de 2006 quando 46,3% achavam que a policia tratava a todos igualmente e 53,7%, não.

Já quando questionados sobre o tratamento que receberam as pessoas que necessitaram acionar a polícia, tem-se as seguintes respostas:

Figura 2. Atendimento policial



Fonte: Pesquisa de Vitimização 2010.

Somando-se todas as respostas negativas a viatura demorou a chegar, não foi atendido, atendido com pouca atenção, mal atendido pela viatura, a percepção de atendimento ruim e ou ineficaz da Polícia Militar atingiu quase ¼ dos entrevistados (23%).

Com esses dados, ficam mais claros os motivos da sub-notificação criminal. Somando-se as justificativas, os motivos para a não denúncia dos crimes à polícia são majoritariamente o "descrédito" no Sistema de Justiça Criminal (polícia, justiça e medos), com a média de 2/3 das sub-notificações, considerando que o medo de represálias (dos autores/companheiros, da polícia) também denota descrença na punição. A combinação descrença na polícia e na justiça é um caso histórico, agravado por um sistema judiciário deteriorado que contribui para o aumento da insegurança[61].

A situação piora com a sensação de lentidão do judiciário em aplicar as leis e dar respaldo aos anseios populares de uso de corretivo aos "delinquentes", somente 30% confiam no Poder Judiciário (CNI/IBOPE). Mesmo indiretamente, a desconfiança está presente nas manifestações de medo dos comparsas e parentes, e mais ainda do criminoso, o que revela a certeza da impunidade. Em todas as pesquisas, dentre os motivos para não denunciar o crime aparecem respostas como: não adianta denunciar, pois não serão presos e, se presos, logo serão soltos. A partir daí, aparecem as respostas de medo de represálias. E a sensação de

[61] http://www.levs.marilia.unesp.br/relatorios/vitimiza%E7%E3o/Relat%F3rio%20Final%20Pesquisa,%20de%20Vitimiza%E7%E3o%20Mar%EDlia-SP.pdf , visualizado em 28/08/2012

insegurança se agrava quando os sujeitos percebem ineficiência do setor legislativo em dar respostas às transformações criminais no país e aos escândalos quase diários de corrupção e impunidade. Apenas 23% dos entrevistados, percebe que o Congresso Nacional faz um bom trabalho (CNI/IBOPE).

Outro elemento que contribui muito para essa percepção está nas próprias pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais e estudiosos das relações humanas, que muitas vezes não refletem acerca de suas proposições e acabam "caindo na tentação" de mostrar números e equacionarem estatísticas sem que tenham feito uma leitura mais ampla sobre os dados. Talvez a mais paradigmática forma de pesquisa que contribui para essa percepção do medo seja a economicidade do crime.

3.5 Econometria e criminalidade: alguns problemas das pesquisas quantitativas

O racionalismo mecanicista e matemático da modernidade, também encontrou seus seguidores em pesquisas criminais. A origem da investigação econômica do crime data do final da década de 60 nos Estados Unidos, com Fleisher (1963, 1966), Smigel-Libowistz (1965) e Ehrlich (1967), mas, com Becker (1968) e Ehrlich (1973), ganhou arcabouço teórico. "A partir de então, é cada vez mais comum o envolvimento de economistas na investigação econômica do crime (entre os quais se destaca Steven Levitt e Medalha Jonh Bates Clark) com o intuito de melhor entendê-lo para delinear e propor políticas públicas que possam contribuir para a prevenção e combate da criminalidade" (SANTOS & KASSOUF, 2003:4)[62].

Conforme o trabalho sobre econometria criminal *Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros*, de Rezende e Andrade (2011) publicado na revista Estudos Econômicos (FEA –USP),

> Os resultados revelam que o efeito da desigualdade apresenta correlação positiva e *robusta* (grifo nosso), principalmente para os crimes contra o patrimônio. Como esse tipo de crime responde pela grande maioria dos crimes registrados, *a desigualdade de renda assume papel central como determinante da criminalidade urbana* (grifo nosso) no Brasil, induzindo, nesse sentido, a substanciais perdas de bem-estar social (REZENDE & ANDRADE, 2011: Resumo).

O esboço é apenas uma parte da relação entre crime e renda que os autores tentam demonstrar, nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, a partir de cálculos e

[62] Para o acesso ao artigo na integra *Economia e Criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias empíricas, ver:* http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/economia_crime.pdf

articulações matemáticas. Não pretendemos desmerecer o trabalho e o esforço dos pesquisadores, mas, como cientistas sociais, tememos generalizações dos modelos matemáticos (econômicos) para a explicação criminal. Pois, podem engendrar estereótipos e simplificações que acabam por chegar ao senso comum e incitar preconceitos e ações segregacionistas contra os pobres e os desempregados.

A dificuldade de traçar paralelos entre as econometrias do crime é, por assim dizer, um desafio grandioso que pode levar a análises problemáticas. Dentre os possíveis equívocos, comparamos os resultados de quatro pesquisas: uma realizada na cidade de São Paulo, uma de âmbito nacional (última mencionada) e duas disponíveis sobre Marília no mesmo período. Em Marília, utilizamos as pesquisas realizadas pelo GUTO/LEVS entre os anos de 2001-2004 sobre a vitimização, mesma época em que os paulistanos e os demais brasileiros foram investigadas, além dos dados oficiais da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo. Propusemos realizar uma análise comparativa entre as diferentes perspectivas, no intuito de articular um arcabouço analítico mais consistente e desmitificar a relação pobre/criminoso ou pobreza/criminalidade, supervalorizada pelos "economistas do crime" e um dos arautos para exploração do "capital do medo".

Em pesquisa coordenada pelo Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs)[63] da Universidade de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, entre 2000-3, os autores tentam articular alguns dados da relação crime-desemprego na cidade de São Paulo, ao mostrar como a estagnação econômica do começo da década de 2000 – com a crise asiática e russa, a derrocada das bolsas de valores dos EUA, Europa e Japão, além da desconfiança em relação ao primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores[64] – teve impacto direto no aumento da criminalidade.

O estudo analisou 33 tipos de ocorrências policiais mais frequentes. Uma boa parcela delas acompanha quase mês a mês a variação nas taxas de desemprego e as quedas no padrão de renda do brasileiro.

---

[63] Para mais informações ver: www.nupps.usp.br e a matéria de capa da revista ÉPOCA de 2 de abril de 2004, *Crime e Desemprego: Pesquisa inédita confirma que o desemprego dos últimos anos lançou trabalhadores no mundo do crime.*

[64] *Finanças e Poder: A crise econômica Mundial*. Rui Namorado Rosa In http://www.janelanaweb.com/digitais/rui_rosa19.html

Tabela 6. Os Crimes por falta de alternativa[65]

	Out/2000	**Set/2003**	**Variação**
Taxa de desemprego	100	122	Aumento de 22%
Assalto a motoristas de automóveis	100	174	Aumento de 74 %
Estelionato	100	168	Aumento de 68%
Assalto a cobracadores de ônibus	100	143	Aumento de 43%
Assalto a transeuntes	100	122	Aumento de 22%
Indução de menores ao crime	100	169	Aumento de 69%

Fonte: Revista ÉPOCA de 2 de abril de 2004.

Segundo o estudo (ver tabela acima), os "assaltos"[66] (roubos que envolvem ameaça às vítimas) cresceram com o aumento das taxas de desemprego, assim como os furtos (subtração sem contato com a vítima), cuja motivação é a falta de dinheiro, conforme os pesquisadores (ver tabela abaixo).

Tabela 7. Crimes por falta de dinheiro

	Out/2000	**Set/2003**	**Porcentagem**
Renda média dos trabalhadores	100	67	Queda de 33%
Furto de objetos no interior do veículo	100	169	Aumento de 69%
Furto em estabelecimento comercial	100	124	Aumento de 24%
Furto em residência	100	166	Aumento de 66%
Furto de objetos e dinheiro do transeunte	100	124	Aumento de 24%
Tráfico de entorpecentes	100	172	Aumento de 72%

Fonte: Revista ÉPOCA de 2 de abril de 2004.

O mesmo não pode ser dito sobre diversos outros crimes, que não tiveram aumento devido ao desemprego e/ou à queda de renda. A pesquisa revelou que, de 2001 a 2003, o ganho médio dos paulistanos caiu 18,8% e a oferta de trabalho 22%, enquanto nas ruas furtos

[65] Os indicadores foram caracterizados a partir de uma definição prévia realizada pelos pesquisadores. Por exemplo, os crimes por Falta de Alternativa, são aqueles em que os criminosos estavam desempregados no momento do delito. Nesse caso os crimes são de maior gravidade, como assaltos. Os Crimes da Falta de Dinheiro caracterizam tanto trabalhadores que estavam empregados no momento do crime, mas que devido a uma situação de dificuldade financeira realiza o delito, mas também inclui os desempregados. Porém, os crimes aqui são estritamente materiais, sem ameaça as vítimas.

[66] "Assalto" não é uma tipificação criminal, mas será mantido conforme a matéria. O crime em referência é o Roubo : Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940)

e roubos a transeuntes aumentaram quase na mesma proporção, 23%. O estudo mostra que os crimes "por falta de alternativa" (tabela 4), ou seja, aqueles que seriam motivados pelo aumento de 22% da taxa de desemprego, subiram abruptamente, sendo o assalto a motorista o que mais se destacou, com 74% de elevação, seguido pela indução de menores ao crime 69% e pelo estelionato 68%.

Tabela 8. Crimes que tem várias causas.

	Out/2000	**Set/2003**	**Variação**
Indicadores econômicos	100/100	122	Taxa de desemprego-aumentou 22%
Indicadores econômicos	100	67	Renda média do trabalhador caiu 33%
Roubo de automóvel	100	68	Queda de 32%
Homicídios dolosos	100	75	Queda de 25%
Arrombamento e furto de automóvel	100	69	Queda de 31%

Fonte: Revista ÉPOCA de 2 de abril de 2004.

A análise dos números feita pelo NUPPS nos leva a supor que a queda na renda empurra as pessoas para pequenos furtos, e que o encolhimento do mercado de trabalho nos anos de 2000-3 foi acompanhado de perto pelo aumento no número de assaltos.

Nos anos de 2000-2003, a fatia da população mais atingida pela falta de trabalho foi a que abrigava os jovens entre 18 e 24 anos. O desemprego nessa faixa etária alcançou 53%, enquanto a média para as idades restantes é de 22%. Segundo a pesquisa, o desemprego entre os mais jovens é justamente o que tem relação mais íntima com os índices de delitos.

Porém, mais do que aqueles que perdem o emprego a certa altura da vida profissional, "[...] o contingente anual de criminosos é engrossado pela massa de jovens que *jamais* ocupou uma vaga no mercado formal de trabalho. É aí que o desemprego revela sua face mais perversa [...]" (KHAN, 2003:7)[67]. Para o jovem, é preciso pensar numa alternativa ao crime, como, por exemplo, um salário-social, cursos de aperfeiçoamento profissional ou um programa de primeiro emprego, especialmente para os jovens desempregados das periferias das grandes cidades. "Caso contrário, num futuro não muito distante, este contingente de desempregados virá cobrar da sociedade aquilo que lhes foi negado, de uma forma ou de outra" (KHAN, 2003:7). Ou seja, não foi a queda na renda ou o aumento do

[67] Para os pontos que seguem ler Túlio KHAN: *Questões atuais em criminologia*, Boletim Conjuntura Criminal, 2003:4-16. Disponível In: http://www.editaisbrasil.com.br/wp-content/uploads/2011/07/apostila-criminologia.pdf

desemprego que levou a uma elevação das taxas criminais, mas sim a própria falta de acesso ao emprego e à renda.

Ademais, de acordo com a pesquisa do NUPPS, a crise econômica também está levando para o crime uma categoria inesperada de pessoas: os homens com mais de 40 anos. Nessa faixa etária, a variação mensal da taxa de desemprego cresceu 38% em três anos – aumentando também os registros criminais desse grupo – o que parece ser outro indício da relação entre crime e desemprego, para os pesquisadores de São Paulo.

Porém, um do ponto importante – e que não é trabalhado nem pela pesquisa na capital paulista, nem na de âmbito nacional – é o fato de os resultados não revelarem que, na maior parte, os infratores (com mais de 40 anos) estavam trabalhando no momento do ato criminoso – cerca de 70%.

> Estar trabalhando é assim um elemento inibidor, mas não constitui nenhuma garantia contra o cometimento do crime. Num país como o Brasil, onde os salários são frequentemente aviltantes e a qualidade do trabalho precária (trabalho informal, subemprego, ausência de garantias trabalhistas etc.), o universo dos criminosos se confunde parcialmente com o universo dos trabalhadores. Isso não é difícil de perceber ao observar a degradação qualitativa nas ofertas de trabalhos formais e o aumento de empregados no setor informal da economia. Este tipo de trabalhador informal, em especial, faz parte do que a elite denominaria por "classes perigosas", porque do "bico" para o mundo do crime é um passo não muito longo a ser dado, diversamente do que ocorre com o trabalhador do setor formal da economia – onde a estabilidade e qualificação podem inibir o envolvimento com a ilegalidade (KHAN, 2003:4).

Além do mais, as ocorrências policiais que cresceram com a crise econômica, segundo os estudos, são delitos menores em detrimento de homicídios ou sequestros. Grande parte das estatísticas criminais é "engrossada" por indivíduos que cometeram crimes há pouco tempo. A prova disso é que os crimes cometidos por "profissionais"– assaltos a bancos, a lojas, a carros-fortes e roubo de automóvel – estabilizaram-se ou diminuíram. Os crimes violentos como homicídio, estupro e sequestro, seguiram o caminho inverso dos indicadores econômicos. O número de homicídios caiu de 12.638 para 10.953 nos anos 2000-3, no Estado de São Paulo (tabela 6).

Segundo Kahn (2003), os assassinatos não caíram porque a população está menos propícia a cometer crimes contra a vida. Isso é fruto de um conjunto de fatos policiais e sociais. Por um lado, houve, no período, o aumento de prisões e apreensões de armas. Também, em diversas regiões onde havia guerras de criminosos, as áreas foram totalmente dominadas por determinada facção (em São Paulo, o PCC), o que pôs fim às chacinas, que costumam contribuir muito para os índices de homicídio (KHAN, 2003:4).

Outro aspecto da pesquisa na cidade de São Paulo é a diminuição dos roubos de carros e arrombamentos e furtos de veículos. Qual a relação entre crise econômica/desemprego com a queda nesse tipo de crime? O que explicaria essa ilação de que, em crise, as pessoas estariam menos propensas a roubar e/ou furtar automóveis? Talvez a explicação, não exposta pela pesquisa, seria a falta de recursos econômicos dos receptadores. Única explicação possível para tal despropósito de relação entre desemprego e redução dessas modalidades criminais.

Já em Marília/SP, as ocorrências de furtos e roubos também aumentaram – apesar de bem menos, entre os anos de 2001-2003. Nesse período, houve um aumento de quase 15% nos furtos e mais de 31% nos roubos. Porém, contrariamente à capital paulista, os homicídios cresceram mais de 50%, se compararmos os anos de 2001-3. Somente a partir de 2005 ocorreu a redução nos homicídios, chegando a 68% de queda entre os anos 2005 e 2011. Da mesma forma, os furtos diminuíram 32% e os roubos aumentaram 7,5%, comparando-se os dois anos 2005 e 2011. Furto e roubo de veículos não tiveram qualquer alteração nos anos de crise (2001/03), mas cresceram 36%, de 2005 a 2011.

Tabela 9. Ocorrências criminais por ano em Marília/SP

Ano	Homicídio	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículos
2001	**1**			**139**
2002	**3**			**170**
2003	**2**			**136**
2004	**2**			**132**
2005	**3**			**153**
2006	**1**			**147**
2007	**8**			**155**
2008	**1**			**163**
2009	**6**			**162**
2010	**1**			**171**
2011	**1**			**208**

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Percebemos apenas uma convergência das três pesquisas foi a predominância do crime contra o patrimônio sobre o crime contra a pessoa ou, ao menos, admite-se mais ter sofrido um crime patrimonial do que um pessoal. Em todas as pesquisas de vitimização analisadas, bem como nas estatísticas oficiais, os crimes contra o patrimônio são mais frequentes do que os crimes contra a pessoa: em Marília, 90,2% das vítimas admitiram ter sofrido crimes contra o patrimônio (58,8% de roubo, 31,4% de furto). Apenas 8,6% das

vitimas admitiram os crimes contra a pessoa (7,8% de lesão corporal e 0,8% de tentativa de homicídio), no ano de 2001.

A partir dos resultados e da repercussão da primeira pesquisa de vitimização (2001), com amplas discussões com os órgãos de segurança locais, nos meses finais de 2003 e início de 2004, realizou-se a segunda pesquisa em Marília. O objetivo era atualizar as informações das vítimas e seus respectivos comportamentos diante não apenas de uma situação iminente de perigo, mas dentro do contexto geral de prevenção criminal. Em comparação ao ano de 2001, em 2003/4 houve redução no sub-registro, passando, respectivamente, de 42% a 34,4%. Esse ponto nos parece relevante, pois as pesquisas de econometria não levam em conta o número de delitos sub-notificados.

A pesquisa de São Paulo também não analisa o natural intervalo entre o momento do desemprego e o momento em que o desespero começa a tomar conta do desempregado. No momento do desemprego, ele inicia a busca por um novo trabalho e as esperanças o sustentam, pois recebe indenizações, usufrui de um salário desemprego, busca apoio estatal, fundo de garantia ou previdência e, caso não encontre em nenhum deles um apoio, vale-se da ajuda de familiares, amigos, associações de bairro, instituições filantrópicas, igrejas etc. para, só depois, ao se esgotarem os auxílios externos, considerar a hipótese de "formas de renda" não convencionais (ou ilegais, como o crime).

Este processo, desnecessário dizer, pode levar meses ou mesmo anos, dependendo do indivíduo. "O desemprego de hoje talvez só venha a se refletir nas taxas de criminalidade daqui a muito tempo e a criminalidade atual é o fruto do desemprego de períodos passados" (KHAN, 2003:4). Ou seja, os efeitos da economia sobre a criminalidade não são imediatos. Estudos e pesquisas sobre emprego/desemprego demonstram que há um tempo médio de recolocação. Tudo isso (o dinheiro do acerto de contas e expectativas) tem efeito individualizado e subjetivo, dependendo de cada um.

Assim, não é apenas a relação economia-crime que não é imediata, mas também o tipo de crime. São, sobretudo, os crimes contra o patrimônio que crescem e não os contra a pessoa, diferentemente do que nos levam a entender as pesquisas citadas de econometria criminal.

> O problema do desemprego hoje é o do que os economistas chamam de desemprego estrutural. Não é mais um desemprego cíclico, que inclui e exclui temporariamente o "exército industrial de reserva" no mercado de trabalho. Existe todo um contingente desta reserva que jamais entrou ou entrará no mercado de trabalho, o que tenderá a acentuar a relação entre desemprego e criminalidade. Outro aspecto é o preconceito com relação aos egressos do sistema criminal: se para um trabalhador com "ficha

> limpa" já é difícil arrumar emprego, tanto mais para aquele com passagem pelo sistema criminal. Isto explica em parte que as taxas de reincidência criminal em São Paulo estejam em torno de 47%. Uma vez tendo ingressado na carreira criminal, fica muito mais complicado voltar ao mercado de trabalho, independentemente da qualificação anterior (KHAN, 2003:8).

Com esses apontamentos e consequentes reflexões, podemos dizer que o medo do pobre e do desempregado, usado como instrumento de legitimação e de segregação, não encontra base de sustentação nessas pesquisas. Pior ainda, a econometria criminal, alcança o imaginário popular, provoca distorções perigosas na percepção da violência e do medo, como percebemos em Marília: isso se mostrou claro nas respostas à pergunta: Para que bairro o senhor(a) não mudaria?

> Eu não mudaria para o Nova Marília e o Santa Antonieta.
> (Bancário aposentado, 60 anos, morador do Jardim Aeroporto).
> Acho que para aquele lugar atrás do cemitério – Vila Coimbra e Jardim Poliana (Salgadeira, 44 anos, moradora do Alto Cafezal)
> Para o Nova Marília e aqueles bairros mais afastados
> (Auxiliar de enfermagem, 56 anos, morador do Jardim Cavalari).

Apesar de a pergunta não se direcionar à questão da violência, os bairros citados pelos três entrevistados figuram entre os mais pobres da cidade. Entretanto, a percepção de segurança dos moradores dessas regiões não condiz com a "fama" externa de que seus bairros sejam perigosos. Sobre o bairro Nova Marília, localizado na Zona Sul da cidade – citado por dois entrevistados –, a disparidade entre o real e o imaginário é ainda mais acentuada: 70% dos seus moradores consideram-no seguro. Por outro lado, 67% dos moradores da Região Leste, a despeito de exibir o menor índice histórico de criminalidade, manifestaram-se bastante inseguros. Esse raciocínio também pode se estender para outro bairro citado, o Santa Antonieta, que, apesar de ser considerado ruim por um entrevistado, é um bairro da zona norte relativamente tranquilo na visão de 65% de seus moradores[68].

Carvalho (2007:140) encontrou respostas muito similares às nossas, ao fazer a mesma pergunta, em 2005. Com exceção do centro da cidade, todos os demais bairros citados por seus entrevistados são populares. Os bairros Santa Antonieta (setor Norte) e Nova Marília (setor Sul) se destacam do conjunto. Se somarmos as respostas que citam esses dois setores, na pesquisa de Carvalho (2007): Nova Marília e "Outros [bairros do] Setor Sul"; e Santa Antonieta e "Outros [bairros do] Setor Norte", ambos os setores, Sul e Norte, empatam com 30% das respostas cada um, somando quase dois terços das percepções negativas aos demais bairros da cidade. As citações que os seguiram, foram: Vila Barros (setor Nordeste),

[68] Ver pesquisa de Vitimização de 2010 em Marília In: http://www.levs.marilia.unesp.br/.

conhecida pela favela homônima, a maior da cidade; centro e “conjuntos habitacionais” ou “bairros novos”.

Em Marília, no contexto da percepção do crime e do medo, ficou evidente que o medo está mais direcionado aos espaços com características mais degradadas, habitados por pessoas com condições socioeconômicas baixas, a despeito dos indicadores criminais serem pífios para os locais. Isto ocorreu em relação à favela Argolo Ferrão e à maior favela da cidade (Vila Barros), citada pela maioria dos entrevistados, mas com indicadores criminais irrelevantes..

Porém, essa “baixa criminalidade” também está sujeita a outras análises e considerações não captadas nas entrevistas. Territórios dominados pelo crime organizado estão sujeitos às regras das organizações criminais, o que se reflete nas estatísticas: resolução de grande parte dos delitos no próprio local para evitar a denúncia e, consequentemente, a presença da polícia.

Além das diversas pesquisas acadêmicas, inúmeras publicações científicas, filmes e matérias jornalísticas mostram a ação do crime organizado nos chamados “Tribunais do Crime”[69], que julgam e executam a pena imputada ao criminoso pelos líderes da organização. Recentemente, a ROTA de São Paulo[70] se envolveu em um episódio dessa natureza. Porém, não é necessário chegar aos extremos relatados (execução), o simples contato com comunidades dominadas por organizações criminosas deixam claras as restrições a que se submetem os moradores em relação à notificação de crimes. De brigas domésticas a estupros, quase tudo se resolve internamente.

Em síntese, as interpretações deterministas relatadas nos resultados das pesquisas realizadas em São Paulo e em âmbito nacional nos pareceram pouco convincentes para demonstrar que a econometria criminal é um instrumento eficaz na compreensão das relações delitivas. As diferenças contextuais e culturais influem muito em seus resultados e complicam ainda mais a sua inteligibilidade ou aplicabilidade de políticas públicas exequíveis. É importante considerar que essa teoria pode promover consequências problemáticas como o reforço de estereótipos e a segregação, bem como a influência na formação do imaginário popular que gera distorções na percepção do real e estimula a insegurança dos indivíduos. Embora as carências não possam ser ignoradas no contexto geral, especialmente quando

[69]Ver http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/816928-tribunal-do-crime-submetia-vitima-a-tortura-psicologica-antes-da-morte-diz-policia.shtml

[70]http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1151871-tiroteio-com-a-rota-deixa-nove-mortos-em-varzea-paulista-sp.shtml

associadas à desigualdade social e à convivência estreita das classes sociais, superestimada pelo consumismo e atingindo especialmente o jovem, é preciso cuidado com essa visão econômica da violência que, observada de forma determinista, apenas ratifica a exploração do "capital do medo".

Assim, por meio das análises realizadas, confirmamos nossa hipótese inicial de que a percepção do medo e da violência é um problema substancial da sociedade brasileira e, portanto, também dos sujeitos que vivem em Marília. Isso fica claro pelo elevado número de indivíduos que admitem ter medo da violência, assim como o descrédito e a falta de confiança nas políticas e nas instituições públicas de combate à violência.

Cabe agora investigarmos a relação entre as percepções do medo e da violência, fundamentadas num espaço específico (Marília), e as transformações socioculturais e econômicas que delas decorrem quando o espaço passa a ser um "espaço de medo".

4. PERCEPÇÃO E SEGREGAÇÃO EM MARÍLIA: A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL DO MEDO[71]

4.1 Urbanização, concentração fundiária e segregação espacial em Marília

Marília está localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, região conhecida como Alta Paulista. A ocupação do espaço mariliense está fortemente ligada: à expansão cafeeira em direção ao oeste paulista; aos interesses e lutas políticas pela posse e uso econômico de suas terras; à interiorização oeste da Estrada de Ferro do Brasil e da Ferrovia Paulista (FEPASA)[72], no inicio do século XX.

A região, na época da expansão agrícola cafeeira e da crise do sistema escravista surgiu como um território estratégico a ser incorporado pela economia de mercado e pela elite política e empresarial paulista[73]. É depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando se dá uma nova aceleração na frente da expansão do café, que as primeiras plantações das rubiáceas foram abertas nestas regiões (GASPAROTO, 1973).

Nesse período, as características da economia agroexportadora, condicionadas por fatores naturais e políticos de ordem interna e externa, determinavam o ritmo e a direção da célebre marcha do café. O Brasil entrava em um momento pós-escravidão, colocando à elite brasileira a necessidade de buscar alternativas para a mão de obra outrora usual. O incentivo à imigração europeia – espontânea ou subsidiada pelo governo – e os sistemas de parceria e colonato despontavam como solução (PEREIRA, 1990), corroborando o povoamento da região.

Por sua vez, a abertura de vias de comunicação constituía um fator primordial para a chegada de migrantes. A expansão EF. Noroeste do Brasil, que começou a ser construída em 1905, com início em Bauru, e que em 1914 já havia atingido Araçatuba, trouxe o primeiro plantador de café para a região, logo após a abertura de um picadão em Presidente Pena (Cafelândia), a Platina, na Sorocabana (GASPAROTO, 1973:11). De mesma importância foi,

[71] Grande parte das reflexões deste capítulo compõe o artigo, *Pensando a cidade: suas contradições e a construção das sociabilidades sob o dilema da insegurança,* publicado em coautoria (FELIX, S.A. e DAMIÃO, A. P.) na 7ª edição da Revista Aurora – UNESP Marília, em 15 de fevereiro de 2011.

[72] Muitos dos aspectos da origem política da cidade de Marília foram retirados da dissertação de Mestrado de Valdeir Agostinelli Pereira, *Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937),* apresentada ao departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 1990.

[73] A caracterização da elite política, usada neste trabalho é a apresentada por Joseph Love (1982). Assim, por membros da elite política, "[...] concebemos todos aqueles elementos que ocupam os cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, tanto em nível estadual quanto federal [...]" (p. 179). *A locomotiva: São Paulo na federação Brasileira. 1889-1937,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.179.

a abertura, em 1916, da Ferrovia Paulista (FEPASA) para a área oeste do Estado. O estabelecimento dessas duas vias de comunicação favoreceu o surgimento dos grandes latifúndios necessários à cultura do café.

A dinâmica econômica, nesse período, dava-se a partir da conservação da propriedade da terra (como gênese do poder oligárquico), associada à comercialização e à exportação de café. O capital acumulado com a venda do café, geralmente, era investido em atividades urbanas como indústria, comércio, serviços e importação, transformando muitos fazendeiros em banqueiros, comerciantes, industriais e prestadores de serviço.

Essencialmente, três grandes latifúndios deram origem aos sítios e fazendas que seriam englobados ao município de Marília: A Fazenda dos Piedade ou do Rio do Peixe, pertencente à Cia Pecuária e Agrícola de Campos Novos; a Fazenda Cincinatina; e a Fazenda Guaporanga (PEREIRA, 1990:43).

O primeiro núcleo de colonização em terras do município de Marília denominou-se Cincinatina, aberto por volta de 1913 (PEREIRA, 1990:42). Em 1921 ocorreu a primeira tentativa de se fundar um patrimônio na área urbana de Marília, a Vila Prado. Mas, foi a Cia Pecuária e Agrícola de Campos Novos, presente na região desde 1919, de propriedade do português Antônio Pereira da Silva, a grande responsável pelo povoamento da região, pois foi à pioneira no empreendimento de um loteamento urbano: o Alto Cafezal. Ao iniciar a venda de lotes de terras e demarcações, a Companhia trouxe para a região os primeiros engenheiros e trabalhadores braçais que atuavam na derrubada da floresta, para demarcação mais eficiente dos lotes. O Alto Cafezal constituiu-se em um empreendimento imobiliário que buscava lucro imediato dos donos. Ao mesmo tempo, o Alto Cafezal procurava promover as necessidades materiais, burocráticas e espirituais da população que se estabelecia na região.

> Em 1924, foi inaugurada a pequena capela de Santo Antônio, no local onde hoje se encontra a igreja matriz; operários que erguiam o patrimônio chegavam com as primeiras serrarias. O comércio foi estimulado; surgem armazéns com estoques diversificados e bares. Em breve a presença dos elementos sírios e libaneses seria marcante no comércio. As condições objetivas para o povoamento estavam dadas: de um lado a política oficial de valorização do café manteria os preços compensadores até 1929, estimulando a demanda por terras virgens; de outro, a instituição do trabalho assalariado desde o final do século passado, havia permitido a uma parcela – ainda que diminuta – de trabalhadores a juntarem alguma quantia que seria empregada na aquisição de pequenos lotes rurais; além disso, a demanda por terras seria aquecida pelo crescente número de imigrantes recebido pela estrada de ferro na década de 1920 (Pereira, 1990:50).

No ano de 1925, uma figura importantíssima entrou em cena na história de Marília: a fazenda Cincinata foi comprada pelo então deputado estadual Bento de Abreu Sampaio Vidal.

Político, já influente na região de Araraquara e São Carlos, que encontrou na nova fronteira agrícola do Estado um lugar a ser explorado econômica e politicamente.

Bento de Abreu logo se esforçou para a criação do Distrito de paz de Marília, como forma de ratificar seu poder político, criando para si mais um polo eleitoral que, por sua vez, deveria passar pela fixação da mão-de-obra na região. A criação do município, mais do que atrair, fixa no interior a mão-de-obra necessária à agricultura, na medida em que atende mais prontamente a uma série de necessidades da população rural, com menos dispêndio de tempo e dinheiro e maior comodidade, ajudando a viabilizar a exploração econômica e dinamizando a formação do núcleo de mão-de-obra que já se iniciará com a fundação do Alto Cafezal. E a elevação do Distrito de Paz à categoria de município seria a única forma de garantir que a renda arrecadada na localidade fosse revertida em prol dela mesma[74], gerando sua autonomia orçamentária. Na verdade para Bento de Abreu "[...] nada havia de mais sensato do que promover com tais obras a valorização de seu empreendimento frente aos concorrentes, somando as vantagens econômicas já mencionadas, os dividendos políticos que a condição de "fundador da cidade" haveria de lhe proporcionar [...]" (PEREIRA, 1990:70). Marília foi elevada à categoria de Município em quatro de abril de 1929. E em 24 de dezembro deste mesmo ano foi promulgada a lei n. 2.320, legalizando a criação do município.

Entretanto, após a crise econômica de 1929 e a consequente desvalorização econômica do café, o cenário na cidade começou a mudar devido à fragmentação dos três grandes latifúndios que circundavam a região de Marília. Ao lado dos grandes fazendeiros, surgiu um grande número de postulantes e pequenos proprietários. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que a introdução do trabalho livre desde as últimas décadas do século XIX possibilitou a uma parcela (mesmo pequena) de trabalhadores fazer algumas economias, que podiam ser investidas na aquisição de pequenos lotes, ao mesmo tempo em que ocorria o efetivo povoamento da região e a entrada de imigrantes de fora do Estado de São Paulo e do exterior.

Em 1933, a cotonicultura se apresentou como alternativa à decadência cafeeira na região. Segundo Caio Prado Jr (1987), a produção algodoeira do Brasil ocorreu graças à conjuntura internacional verificada durante os anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra mundial, devido à grande demanda dos Estados Unidos, Império Britânico, Alemanha

[74] Desde 1927 um fluxo cada vez maior de trabalhadores e funcionários liberais chegava à região, muitos deles recém-formados. A população havia crescido de forma assustadora. Centenas de residências e prédios comerciais estavam sendo erguidos, sem planejamento ou infraestrutura, causando até mesmo problemas de saúde pública, como o aumento no número de tifo e malária.

e Japão, pelo algodão. Paralelamente, a conjuntura econômica nacional, desfavorável à importação devido à diminuição brusca das receitas de exportação de café, beneficiou a indústria têxtil brasileira, o que, também, aumentou o consumo interno de algodão. Acompanhando esse desenvolvimento, a partir de 1936, chegaram as primeiras grandes indústrias na cidade: S/A Sambra (1936); Anderson Clayton (1937) e S/A Ind. Reunidas F. Matarazzo (1939). O nível de arrecadação municipal aumentou significativamente – especialmente de 1933 a 1945 –, colocando Marília como a cidade com a 5ª melhor economia do Estado. E a melhora econômica durante esses anos fez o perímetro urbano entrar em franca expansão com o surgimento de três novos loteamentos: Vila Palmital, São Miguel e Bassam.

O recenseamento estadual de 1934 já registrava em Marília um contingente de 71.464 habitantes (PEREIRA, 1990:111). A população rural ainda era maioria: 53.366 indivíduos (74,67%), enquanto a zona urbana contava com 18.098 (25,33%), pois a economia girava em torno da produção agrícola, servindo os núcleos urbanos de pontos de apoio à colonização. Apesar de parecer pouco, com seus 13.631 habitantes na zona urbana, Marília já era a 18ª cidade mais populosa do Estado na década de 1930.

A expansão urbana acelerou-se no ano de 1950, com a criação de 12 novos loteamentos em áreas de produção agrícola, atingindo um total de 48, no período de 1950 a 1960. O acréscimo do número de bairros acompanhou o crescimento predial (56%), populacional (54%) e de lotes urbanos (56%) (FELIX, 1996:27). Nesse período, Marília já possuía uma população urbana de 51.789 habitantes e um número de prédios de 12.151 espalhados por 19.468 lotes.

Mas foi nos anos 1970 a 1980, devido ao forte êxodo rural e de moradores de cidades vizinhas, que o município teve aumento demográfico desproporcional, contava com 103.815 habitantes na área urbana. Houve acréscimo de 97% no número de loteamentos e de 78% no número de lotes, evidenciando não apenas a criação de novos bairros, mas uma nova forma de ocupação da periferia, através dos chamados bairros populares.

Nessa época (1970-80) verificou-se, além do surgimento de novos bairros, uma alta concentração fundiária, por meio de enorme quantidade de terrenos vagos (cerca de 50%) e prolongamento de bairros (FALEIROS 1983:16). Faleiros (1983) notou que, dos aproximadamente 100.000 habitantes, apenas 17 mil eram proprietários e, o mais grave, 720 (4%) detinham 43,7% das propriedades.

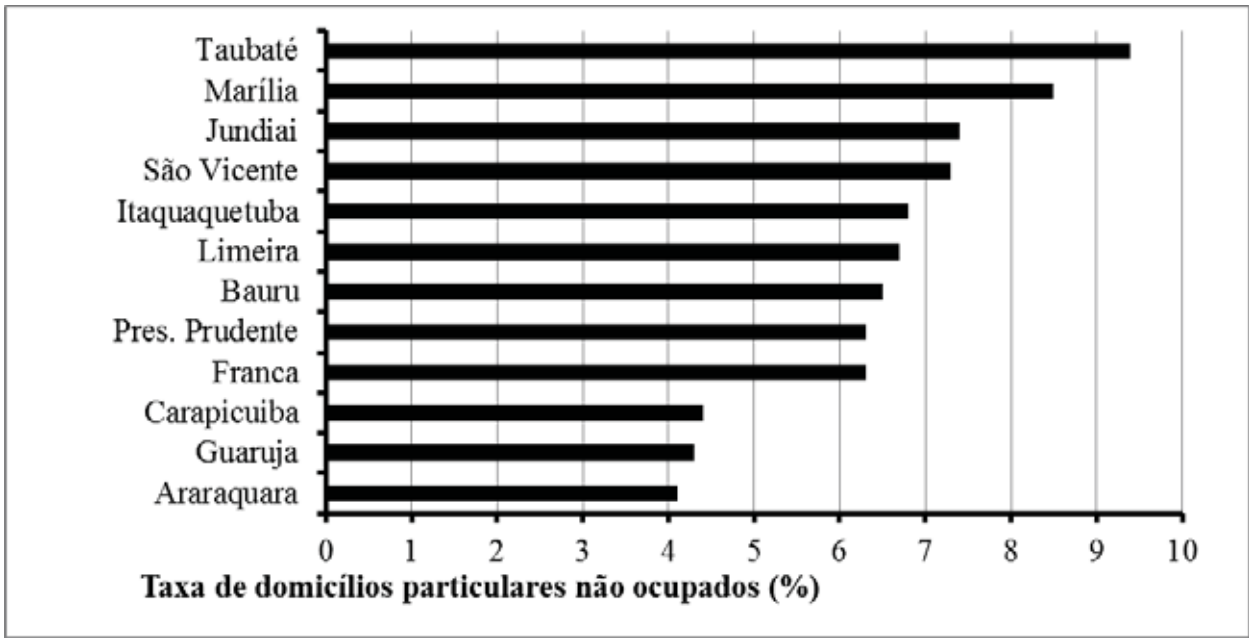
Isso levou a um intenso movimento de transferência da população do centro para a periferia, um “processo de exurbanização” em direção a bairros populares de lotes pequenos e

muitas unidades habitacionais, compondo um segundo processo de "invasão-expulsão": expansão do uso não residencial do solo urbano nas áreas centrais, seguido pelo processo de expulsão dos seus moradores. Não foram apenas os bairros populares que contribuíram para esse processo, mas também os loteamentos de melhor qualidade, inclusive os condomínios fechados. Os condomínios residenciais, "exclusivistas", são uma realidade no Município desde a década de 1980. Como, também, não foram apenas os novos loteamentos que atraíram esse "cliente privilegiado", mas a transformação de bairros antigos (de construções simples, pequenas e de madeira) que foram "invadidos" pela classe mais alta, ao adquirir duas ou mais casas pequenas em lotes contíguos para demolir e erguer a sua nova "mansão" (FÉLIX & DAMIÃO, 2011). As pequenas propriedades, outrora marca do Município, começaram a desaparecer para o surgimento de grandes loteamentos e, consequentemente, da "periferização" da cidade.

Mas o que mais nos chama a atenção e corrobora Félix (1996:28), no sentido de que houve especulação imobiliária e uma concentração fundiária e de renda na cidade, é que atualmente dos 68.764 domicílios particulares da cidade[75] 9.621 estão desocupados, destes 3.817 são domicílios particulares não ocupados e de uso apenas ocasional (chácaras). Excetuando estes últimos, que ainda têm uso esporádico, 5.804 domicílios particulares não estão ocupados, ou seja, 8,5%. A partir dos dados do censo de 2010 do IBGE, analisamos como está a concentração fundiária em outras 11 cidades do Estado de São Paulo com população entre 200 mil a 350 mil habitantes, faixa em que se insere Marília. Como observamos na tabela abaixo, excetuando-se Taubaté (9,4%), Marília é a cidade com o maior número de domicílios desocupados. Apesar da quantidade de domicílios desocupados, a cidade possui importantes núcleos de ocupação irregulares, conhecidos por favelas. Há pouca informação sobre a situação real das ocupações irregulares, mas a percepção geral é de crescimento.

[75] Marília tem um total absoluto de 78.500 domicílios.

Figura 3. Taxa de domicílios privados vagos: cidades Paulistas de 200 a 350mil habitantes



Fonte. Censo do IBGE (2010). Org. e Tabulação Abraão Pustrelo Damião

Atualmente, Marília conta com uma população de 216.745 habitantes, sendo que apenas 9.724 (4,48%) vivem na zona rural[76]. A taxa de urbanização da cidade é 95,87%, maior que a média da região (92,87%) e do Estado (95,85%). A cidade também é sede da Região Administrativa de Marília que conta, hoje, com 51 municípios, divididos em quatro regiões de governo: Marília, Assis, Ourinhos e Tupã.

4.2 Uma nova configuração urbana e a exploração do capital do medo

"O ar da cidade torna o homem livre"

Com esse ditado alemão medieval, o geógrafo chinês radicado nos EUA, Yi-Fu TUAN (2005), traduz os anseios de liberdade civil e política dos indivíduos no final da Idade Média, ao ingressarem no processo migratório, saindo da relação de servidão do campo em direção às cidades, pressupondo que, no meio urbano, encontrariam mais segurança para as suas posses e suas vidas. Os moradores das cidades, atrás de seus muros privados, do desenvolvimento das formas jurídicas, do poder público, e da crescente riqueza material,

[76] As referências atuais da população de Marília foram retiradas do banco de informações da Fundação Seade e dos dados do censo do IBGE de 2010, visualizados em 20 de junho de 2011.

acreditavam que não existiria lugar melhor para viver. A cidade surgia como um símbolo vivo da ordem cósmica e do anseio humano por uma sociedade harmônica e estável, construída para corrigir a aparente confusão da natureza. Deveria ser o lugar de resolução de conflitos onde todos, trabalhando individualmente, mas de forma integrada pela dinâmica do progresso, construiriam um lugar confiável e seguro para viver.

Em tempos mais recentes, entretanto, a cidade passou a evocar e a exibir uma multiplicidade de imagens contraditórias e de estreita coexistência: da favela ao condomínio de luxo, dos arrabaldes ao subúrbio, dos *shoppings centers* aos lixões, das multidões aos milionários, do crime à poluição. Essa composição de imagens e experiências, positivas ou negativas, dependendo da percepção e apreensão delas dentro de um contexto e um espaço específico, afeta o cotidiano das interações com a cidade. Essa paisagem contraditória subverte e distorce a função primordial das cidades: *a celebração da diferença*[77]. Reforça o mau uso do dinheiro público e segrega cada vez mais os indivíduos pobres – alterando consideravelmente as existências e percepções do meio urbano. No imaginário popular, a cidade é um lugar indisciplinado, inquietante e desordeiro e o outro, o diferente, o "visitante" na concepção de Tuan (1980 e 2005), é percebido como perigoso, e a sua presença é uma ameaça às liberdades individuais, o que instiga a exclusão e a segregação.

A cidade, em sua lógica espacial de organização, é o lugar no qual o convívio com o "outro"[78] é inevitável. Essa peculiaridade do espaço urbano é um de seus maiores encantos, pois pressupõe uma existência diversificada que instiga o compartilhamento de experiências. Entretanto, a cidade, percebida como celebração da diferença, como uma próspera área de experiências e aprendizagens e como um meio no qual a totalidade da vida moderna se compõe e adquire significados, está ameaçada. Ela se torna cada vez mais um espaço de percepções e manifestações crescentes de medos e inseguranças.

Nas cidades, o outro (o estrangeiro, o diferente) é frequentemente segregado por aspectos imaginários e concretos de conformações urbanas que caracterizam as suas contradições internas. A segregação imaginária é facilmente percebida no "*apartheid* natural" de *shoppings centers*, por exemplo, e de outros espaços públicos que não necessitam de obstáculos físicos para impedir a entrada de pessoas oriundas de camadas sociais mais populares. Em outro aspecto, a segregação está materializada nos carros blindados e nos aparatos físicos e mecânicos das construções residenciais e/ou comerciais, com seus muros

[77] Ver Caldeira (2000), Jacobs (2007), Tuan (2005) e Souza (2008).
[78] Os termos "outro" e "visitante", quando utilizados aqui, se referem às definições formuladas por TUAN (1980, 2005).

altos, grades, cercas elétricas e sistemas de monitoração por câmeras de vídeos e alarmes altamente sofisticados, sendo um de seus expoentes a privatização do espaço urbano por meio dos condomínios residenciais fortificados com vigilância particular e diversos dispositivos e mecanismos que afastam os "diferentes" e compõem, na concepção de Nan Ellin (1997), a "Arquitetura do Medo". Tudo isso reforça o crescente sentimento de horror ao outro e a (auto)segregação em relação ao mundo e à experiência à nossa volta. Por vezes representando um sintoma da modernidade, por outras, como nos aponta Jacques Le Goff (1997), um retrocesso aos tempos medievais com as suas fortalezas; a cidade se reinventa na lógica do medo e da insegurança.

Um dos sintomas dessa reinvenção, a materialização do medo na organização espacial, é o exponencial aumento dos condomínios residenciais de classes média e alta – um marco da exploração do capital do medo.

Os condomínios fechados são, geralmente, caracterizados por uma estrutura arquitetônica bem padronizada que encontra sua inspiração nas tradicionais "comunidades" americanas (*Gate Community*) – derivadas do processo de sub-urbanização ocorrido nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60, – caracterizadas pela restrição de acesso a pessoas e veículos, por serem compostos de poucas ruas ou edifícios, murados e munidos de espaços de uso coletivo.

> Os condomínios fechados, que em geral são grandes extensões de área nas periferias das aglomerações, urbanizadas privadamente e isoladas do seu entorno, possuem as seguintes características básicas: são conjuntos residenciais de baixo gabarito e densidade; são propriedades privadas para uso coletivo, mas de forma individualizada; dirigem-se, preferencialmente, para as classes mais abastadas devido ao valor do terreno ou da casa pronta; enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade; estão fisicamente demarcados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos; voltam-se para o interior e não em direção à rua; possuem infraestrutura básica, serviços, portaria, sistema de área verde e equipamentos de uso comunitário, sistema de vigilância e segurança, impondo regras internas de inclusão e exclusão; e apresentam grande flexibilidade no que diz respeito à localização, podendo se situar praticamente em qualquer lugar, em razão de sua autonomia e independência em relação ao entorno [...] esses novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram o direito de não ser incomodado, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto (CALDEIRA, 1997; DACANAL, 2004 *apud* BARCELLOS e MAMMARELL, 2007:5)

No Brasil, essa nova forma de desenvolvimento imobiliário teve seu início em meados da década de 1970, com o famoso empreendimento de Alphaville, em Barueri/SP

(CALDEIRA, 2000). Enclaves altamente sofisticados, como este, podem possuir infraestrutura tão complexa que faz com que seus moradores sejam independentes do contato externo. Possuem farmácias, lojas, academia, mercado etc. Neste caso, os condomínios acabam se tornando uma forma de enclave regional e, portanto, contribuem negativamente para a sociedade como um todo, dada a segregação e alienação social que promovem. Diferentemente dos pequenos e médios condomínios que normalmente têm apenas uma área comum para os seus moradores e não oferecem serviços como os citados.

Para Caldeira (2000), nos anos 50-60-70 o Brasil enfrentou aumento significativo na sua frota de automóveis particulares, êxodo rural, degradação das regiões centrais de grandes centros urbanos, expansão urbana acelerada e aumento da pobreza e das taxas de criminalidade nas cidades, eventos que, conjugados, favoreceram a construção e expansão desses "enclaves fortificados".

A transferência das classes mais altas para os subúrbios e condomínios de luxo é vista pela autora como a terceira fase do processo de urbanização, sustentada pela "fala do crime". O processo de ocupação urbana iniciou-se com centros apinhados de todas as classes sociais, evoluiu para a periferização das moradias populares distantes do trabalho e do centro das cidades, com o advento da energia elétrica e dos meios de transporte coletivos e, ao final do regime militar, alcançaram os "enclaves fortificados", condomínios de classe média com ênfase na qualidade de vida e segurança, bairros bem vigiados por seus exércitos particulares de vigilância. "Ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular e interagir em áreas comuns" (CALDEIRA, 2000:46).

> E os interesses relacionados com essa modalidade residencial aparecem não só por parte dos empreendedores, que privilegiam a construção de condomínios fechados, em detrimento dos loteamentos, em função do maior lucro que podem obter "com a venda de habitações em condomínios, destinados à classe alta". Por parte dos moradores, há uma busca por "lugares de melhor qualidade ambiental" e, finalmente, os próprios profissionais do ramo da construção veem nesses empreendimentos "uma nova oportunidade de projeto/trabalho" (DACANAL, 2005:3 *apud* BARCELLOS e MAMMARELL, 2007:5)".

Conservani (2009:89), estudando a expansão dos condomínios em Marília, teve a oportunidade de entrevistar o diretor de uma das principais imobiliárias do município e sócio de algumas construtoras de prédios com lançamentos previstos naquele momento. Segundo o empresário, mais de quatro grandes construtoras estavam em fase de pesquisa e de projetos na

cidade, o que posicionava Marília no "boom imobiliário" verificado em grandes centros e em outras cidades do interior paulista. Mais do que um crescimento no setor imobiliário, estes novos empreendimentos (re)significam o processo de organização espacial, de "fortificação" da cidade.

Por outro lado, tem-se o acesso das classes sociais mais baixas aos condomínios fechados, por meio de medidas econômicas adotadas pelo governo federal na liberação de crédito imobiliário. Em 2009, a Caixa Econômica Federal, em Marília, comemorou o crescimento de 30% na liberação de crédito para negócios imobiliários, envolvendo um total de R$ 21,4 milhões em financiamentos vinculados a 740 imóveis, além de créditos associativos e novos empreendimentos[79].

Não podemos perder de vista, entretanto, que programas anteriores de acesso à casa própria, não nos parâmetros de condomínios residencias fechados, mas sim de conjuntos habitacionais populares, teve grande incentivo dos governos militares. Um exemplo disso é o núcleo habitacional Castelo Branco, em Marília, construído na década de 1970, e o bairro Nova Marília, que se iniciou nos primeiros anos de 1980. Por outro lado, durante o governo Fernando Henrique Cardoso os programas de incentivo à casa própria, no contexto da inserção do Brasil no neoliberalismo, perdem força. Porém, com a ascensão do governo petista a nível federal e a elaboração do programa *minha casa minha vida*, a liberação de recursos (sobretudo públicos) para o setor imobiliário ganha força novamente, tendo como uma de suas consequências esse "boom imobiliário" que mencionamos anteriormente.

E "[...] certamente, outras instâncias – ou instituições – do mundo social e profissional também têm a ganhar com esta "novidade" urbana [...]". (BARCELLOS e MAMMARELL, 2007:5). É interessante observar que, além do capital especulativo que está envolvido na produção desse tipo de empreendimento, existe, em termos de interesse e benefício, uma dimensão ligada ao capital do medo que se favorece com a "[...] mercantilização do espaço público urbano, e de uma penetração de ideologias do medo e da segurança desenvolvidas por atores econômicos e políticos – municipalidades, indústria da construção civil, e negócios de segurança [...]" (BARCELLOS e MAMMARELL, 2007:7). Também, não se pode negligenciar o papel do marketing, da propaganda e da mídia para a promoção dos "enclaves fortificados" e do crescimento iminente das indústrias de segurança.

[79]Dados divulgados pelo Jornal Diário de Marília, de 30/12/2007.

A bilionária indústria da segurança no Brasil fatura R$ 12 bilhões ao ano, reúne mais de 2 mil empresas em todo o País e emprega 500 mil profissionais[80]. Contudo, o número de firmas pode duplicar e o de vigilantes triplicar com o trabalho de vigilância informal. Ou seja, somadas, passam de 4 mil as firmas que atuam nesse mercado, e a mão de obra total do setor chega a 1,5 milhão. Só com Registro no Sindicato de Empresas de Segurança Privada de São Paulo, são mais de 40 agências desse tipo[81] (uma em Marília/SP), fora as que trabalham na ilegalidade. E o setor legalizado deverá crescer até 40% nos próximos quatro anos, uma média de 10% ao ano[82].

De acordo com os dados da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (ABREVIS), o faturamento das empresas de segurança privada pode variar de R$ 800 mil a R$ 20 milhões. Uma empresa de pequeno porte, com número de 100 a 400 vigilantes, tem faturamento médio mensal de R$ 800 mil. A de médio porte, acima de 400 vigilantes, pode ganhar 2,4 milhões. Já a de grande porte, com mais de seis mil vigilantes, pode faturar R$ 20 milhões/ano.

Essa busca por segurança também pode ser observada em matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo[83], com informações da Polícia Federal e Ministério da Justiça. O Brasil possui cerca de 1,7 milhão de vigilantes contra 602 mil policiais civis, militares, federais e bombeiros, ou seja, para cada agente público de segurança existem três agentes privados, média superior à dos Estados Unidos com 1 agente público para 2,5 agentes privados e México, com a taxa de 1 por 2.

O Estado de São Paulo, a partir de dados de 2011, tem o maior número de agentes de segurança privada cadastrados, 464 mil homens, contra 121 mil agentes de segurança pública, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, taxa de 3,8 para 1, bem maior do que a nacional. Somado a isso, é também na região sudeste que se concentra a maior renda do País: São Paulo lidera a lista dos estados que mais abrigam ricos, com 674.455 famílias, ou 58% das existentes no País. Em segundo lugar, está o Rio de Janeiro (101.513 famílias), seguido por Minas Gerais (67.069) e Rio Grande do Sul (49.284), o que explica, em certa medida, a preocupação com a segurança e a busca pelos serviços de segurança privada.

---

[80] Revista ISTO É 25/08/05 *A bilionária indústria da segurança: Pesquisa revela como atua esse mercado que fatura R$ 12 bilhões ao ano, reúne mais de 1,8 mil empresas em todo o País e emprega 400 mil profissionais.*

[81] Ver http://www.sesvesp.com.br, visualizado In 10/01/2012.

[82] Ver Jornal O Fluminense, de 20/01/2012, *Setor de vigilância privada aquecido, disponível In http://www.feracursos.com.br/noticias/ver/24SETOR+DE+VIGIL%C3%A2NCIA+PRIVADA+AQUECIDO.*

[83] Matéria de Lucas Ferraz publicada no jornal Folha de São Paulo, em 16/02/2009

Em Marília, sabemos que há no município duas empresas (legalizadas) desse tipo, sendo que a maior delas (filiada ao sindicato das empresas de segurança privada de São Paulo) contava, em abril de 2012, com 2.020 funcionários, com faturamento médio anual (se usarmos o cálculo da ABREVIS) de 2.4 milhões de reais. Não foi possível, entretanto, calcular o número de trabalhadores informais, mas usando a média nacional esse número pode chegar a aproximadamente 4 mil trabalhadores na cidade.

Importante notar que o processo de "fortificação" da cidade vai além da expansão dos condomínios fechados em seu espaço urbano. É sentido, também, nas mudanças arquitetônicas das construções em toda a cidade. A fortificação parece ser tendência nos projetos arquitetônicos, seja de residências, escritórios ou lojas comerciais, de modo que as adoções de elementos de vigilância e de isolamento estão cada vez mais presentes no dia-a-dia do cidadão maríliense. Mesmo em bairros mais populares, encontramos cercas elétricas e câmeras de vigilância. Assim, mesmo quando não inseridas em espaços fortificados as novas construções da classe média seguem padrões que se assemelham ao modo de vida desses espaços. É o que pode ser observado nas imagens de alguns imóveis localizados na região mais valorizada da cidade de Marília, a zona leste (CONSERVANI, 2009). Não podemos esquecer ainda do "modismo" arquitetônico que privilegia esse tipo de construção.

E precisamente na Zona Leste[84], no extremo oposto da região que abriga os bairros com os maiores índices de criminalidade da cidade (Zona Oeste), visitamos um enclave fortificado que ilustra o que tentamos demostrar até este agora. O condomínio[85] ostenta atraentes, majestosas e imponentes construções arquitetônicas. Logo de imediato, depara-se com o seu caráter exclusivista – apenas os que estão do lado interno e usufruem de meios materiais para ali estarem, podem gozar das benesses que o lugar proporciona, com forte esquema de segurança para afastar os intrusos e indesejáveis. Paradoxalmente, corroborando sintomas de contradições citadas anteriormente, os seus moradores dividem o maravilhoso vale (Itambé) com os moradores de alguns bairros populares e da maior favela da cidade, Vila Barros, localizada exatamente no seu extremo oposto.

Figura 4. Itambé, Marília/SP

[84] Esta zona apresenta-se como a de menor adensamento populacional do Município, contando 16.642 habitantes e é a região em que mais se verifica a presença dos enclaves fortificados, 10 ao todo. Dados da EMDURB de 2007.

[85] Não revelaremos o nome do condomínio a que nos referimos para manter a privacidade de seus moradores. Nossa visita ocorreu em março de 2010.

Fonte: Prefeitura Municipal de Marília.

No caso do condomínio visitado, a paisagem interna chama a atenção, por incluir áreas de preservação ambiental, uma parte do maravilhoso vale que circunda toda a cidade, o deslumbre visual do Itambé, que ainda conserva espécies vegetais da Mata Atlântica, compartilhada pelos que podem adquirir uma parte da área de preservação ambiental apenas para o seu deleite, sem utilização, e ainda arcando com a manutenção da área *in natura.*

Além da beleza natural, há os espaços criados pelo homem, que complementam essa paisagem, como um bem cuidado complexo de lazer composto por campo de futebol, piscina, quiosques no meio das árvores e outros equipamentos. Entretanto, o que mais se destaca, em nossa lógica de observação, é o salão de festas que se localiza logo na entrada do condomínio, justamente com o intuito de isolar o "diferente". Os convidados, mesmo identificados em uma lista elaborada pelo morador anfitrião da festa, entregue na portaria com antecedência, não têm acesso ao interior do condomínio, sendo a segregação fortemente materializada com a proibição do acesso de automóveis dos convidados, obrigados a estacionar na parte externa, na via pública.

Beleza, entretenimento, conforto e segurança são exigências básicas do mercado imobiliário – um dos maiores exploradores do capital do medo – para os condomínios de classe média alta. Dessa forma, a paisagem externa (desse condomínio) exibe muros altos rodeados por arames farpados eletrificados e demais artefatos de segurança de última geração que incluem câmeras e ronda especializada. A portaria tem vigilância 24 horas e, atravessá-la, é um entreposto ao acesso do visitante, que ocorre apenas mediante a identificação por câmeras de segurança, apresentação de documentos e autorização de um morador. Se o motivo alegado for interesse comercial, o acesso é autorizado apenas com a presença do corretor de imóveis, que também deve ser cadastrado, e só terá autorização para acompanhar o cliente diretamente ao local do imóvel de interesse. É proibido tirar fotos e, mesmo com autorização de um morador, o visitante não poderá passear pelo condomínio, devendo dirigir-se diretamente ao local a ser visitado, e sempre acompanhado por um funcionário da ronda motorizada que o escoltará até o seu destino.

Uma questão importante que deve ser lembrada é que o sítio urbano de Marília é "determinado" e delimitado pelos itambés, de beleza natural ímpar. Porém, em alguns casos, torna-se uma barreira natural que impõe distâncias sociais, com aglomerados subnormais (favelas) e bairros de classe média, em cada uma das encostas dos seus vales, como na Zona Leste. Assim, parcelas dos itambés são barreiras naturais e sociais entre os espaços pauperizados e os abastados, provocando, inclusive, valorizações distintas. Os itambés são percebidos pelo conjunto da população como indicadores de distâncias não apenas físicas, mas simbólicas. A fala de um morador do setor Leste é ilustrativa:

> "Os moradores que moram aqui para os lados do Aeroporto, que pegam essa baixada do "buracão", não falam "buracão", falam que aqui é o "vale", "que mora na beira do vale", sendo que as pessoas que moram do outro lado: Jânio Quadros, Vila Nova, Palmital, eles falam "buracão". Eu acho que é um pouco desprezível por parte das pessoas... Eu acho que é o mesmo vale de fato. Por que "buracão" para o lado das pessoas pobres e "vale" para as pessoas ricas? (Técnico em telefonia, 48 anos, casado, 5 anos morador no Jd. Aeroporto – Zona Leste)[86].

Essa geografia particular propiciou uma forma de ocupação peculiar da cidade, que interfere também em sua densidade demográfica, como fica claro nas grandes variações populacionais de uma região para outra. Ademais, o Município possui duas bacias hidrográficas (Rio do Peixe e Rio Aguapeí), diversas nascentes e várias escarpas nos acúleos que dividem os cursos das águas. "Sendo assim, o espaço é naturalmente fragmentado pelos recortes traçados pelos vales, o que impossibilita a ocupação humana de algumas áreas" (CORSERVANI, 2009:58-9).

Assim, a mobilidade e a integração física da cidade sofrem a interferência de elementos naturais que, aliadas ao fator especulativo do início do processo de ocupação do município com a divisão das terras e a venda dos lotes iniciais, promoveram a configuração atual do seu espaço urbano. Com o passar dos tempos e o acirramento da especulação imobiliária, o seu mapa foi se constituindo por regiões descontínuas e desiguais (ver mapa do zoneamento de Marília nos apêndices).

Embora os condomínios residenciais não sejam o nosso objeto empírico de pesquisa, os sentimentos que contribuem para a explosão desses espaços organizados de moradia (sonho de consumo até das classes sociais menos abastadas economicamente), podem ser explorados como base para ilustrar o nosso objeto de estudo. Os sofisticados mecanismos que

[86]In FELIX, S.A. Geografia do Crime: deterioração sócio espacial e a participação dos "sujeitos" e do Estado na prevenção à violência e à criminalidade (2009), Relatório de Pesquisa, http://www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm, retirado em 10_02_2011.

protegem os habitantes do condomínio observado, na nossa percepção, têm valor simbólico na medida em que não apenas os indivíduos, mas também a coletividade está empenhada no diálogo permanente com o medo da violência e a (in)segurança. Esse sonho de consumo de viver atrás dos muros é facilmente percebido pelas entrevistas com os moradores de Marília/SP.

> [Se a senhora pudesse, para qual bairro de Marília mudaria?] Se eu tivesse dinheiro eu iria para um condomínio, eu não tenho vontade de morar em uma casa isolada, na verdade. Porque eu acho que o chegar em casa à noite é perigoso. Durante o dia, quando o pessoal está circulando para lá e para cá, eu acho até tranquilo, não tenho muito medo não, mas o chegar em casa mais tarde, eu tenho medo desse horário: de abrir o portão para entrar em casa, eu tenho receio (Autônoma, 56 anos, moradora do Jardim Marília).

Em outra pergunta, a referência aos condomínios como espaços mais seguros é evidente.

> [Do que o Senhor tem mais medo hoje em dia?] Da violência, né, da insegurança. Por isso que esta surgindo esses condomínios fechados. Antes de 2000 era só casa, aqui. Isso é por causa de segurança. Por que antes você podia viajar, deixar a casa aberta, sossegado. Porque aqui agora, se deixar a casa aberta, eles limpam a casa. Que nem agora: se você ficar três, quatro dias fora, eles levam tudo. Aqui na casa do vizinho mesmo eles levaram tudo já. No condomínio você pode deixar seu carro largado, pode deixar a porta aberta. Aqui você abre a porta e tem que trancar logo, é síndrome né. [Mas o senhor mudaria para um condomínio fechado ou apartamento?]. Eu mudaria, mas eu acho que tiraria uma certa privacidade, porém, valeria a pena. Eu não gosto muito de apartamento, mas por questão de segurança eu mudaria (bancário aposentado, 60 anos, morador do Jardim Aeroporto).

E além da ideia de segurança, os condomínios criam uma espécie de valorização imobiliária muito importante para a exploração do capital do medo, como ocorreu na zona centro-oeste, no bairro Jardim Marília, com a construção de um condomínio na década de 1990.

> [A senhora conhece a história do seu bairro?] A história é que antigamente era um bairro afastado que, digamos assim, não tinha preferência por morar aqui. Não que fosse um bairro ruim, um bairro que fosse perigoso ou algo desse tipo, mas era um bairro que não tinha preferência, não tinha escolha para vim morar aqui. Ele começou a melhorar exatamente quando construiu esse condomínio: *o condomínio que melhorou o bairro*. Aqui próximo tinha uma região que, não sei se você sabe, era a zona de meretrício [...] esse pedaço até lá no cemitério, era tudo zona de meretrício. Então isso desfavorecia esta região. Com o tempo foi acabando (a zona do meretrício) e foi melhorando, e hoje é *disputadíssimo* morar aqui. Nem acabou de sair um morador daqui e já teve gente querendo alugar o apartamento. Então é direto que tem gente pedindo para morar aqui [A entrevistada conta o caso de um morador que vivia no condomínio e se mudou de Marília, mas assim que voltou à cidade só queria morar no condomínio]. [E o pessoal que vem morar aqui, vem por causa do bairro ou do condomínio?]. Do condomínio, mas o bairro já está crescendo, melhorando muito. Você pode verificar por construções, que já aumentaram as construções. Eu percebo que tem pessoas, que eu conheço, que eram de cargos até bons em empresas grandes - de estatais - que eu sei que estão morando por aqui. Eu

> nunca imaginava ver essas pessoas morando aqui no bairro, e estão morando aqui. Então melhorou muito e, estão assim, crescendo as construções novas, o povo está vendendo casa velha, casa antiga, estão derrubando e construindo. Então isso quer dizer que o bairro está melhorando, e o condomínio, por sua vez, valorizou muito (ênfase no muito) o bairro. O condomínio foi, assim, o passo mais importante para melhorar o bairro (autônoma, 56 anos, moradora do Jardim Marília).

O aumento dos condomínios residenciais fechados parece revelar que, no contexto de um espaço público fragmentado e contraditório, as fortalezas particulares têm como uma de suas funções banir o medo da violência (das agressões inter-humanas) para longe de seus muros, ou, ao menos, enfraquecê-lo o suficiente para conviver com ele. Por outro lado, gera forte percepção de melhora e valorização imobiliária da região onde são construídos (CALDEIRA, 2000).

Atualmente, o processo de transferência da classe média ocorre em direção aos condomínios fechados e o mercado imobiliário se farta com a exploração dessa "nova onda" habitacional. Ao mesmo tempo em que cresce o número de pessoas vivendo em fortalezas privadas, com boa infraestrutura, serviços, entretenimento e segurança – a cidade, em 2009, já possuía 22 empreendimentos imobiliários desse tipo[87], e mais 4 em construção em 2012 – ocorreu o aumento das moradias subnormais, localizadas em áreas com condições precárias de saneamento básico, infraestrutura, saúde, educação, assistência social, segurança, carente de todo tipo de suporte estatal para o bem-estar.

4.3 O lugar do segregado em Marília/SP.

Os centros urbanos de médio e grande portes convivem com um processo de periferização da miséria, pelo empobrecimento da população e dificuldade de acesso à terra. Segundo o IBGE (2010), no Brasil, o número de favelados mais que duplicou de 1980 a 1990 (de 2,2 para mais de 5 milhões) e o número de moradores deverá atingir 55 milhões em 2020, o que seria equivalente a 25% da população do País.

As favelas não são apenas uma forma de moradia de baixo nível em que faltam serviços básicos e de direitos humanos, "[...] elas são também um sintoma de sociedades

[87]Conservani (2009) *CANAÃ: a nova terra prometida pelos condomínios fechados da cidade de Marília/SP*, In http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Monografia%20NAIARA.pdf. Visualizado em 12/02/2011.

urbanas disfuncionais, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam livremente [...]", diz relatório da ONU publicado em 2006[88].

Pesquisamos a dinâmica das favelas em Marília. Fizemos uma análise geral dos aglomerados subnormais, para demostrar a configuração da segregação espacial da cidade.

De acordo com estudo da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), em parceria com a Secretária de Assistência Social[89], entre 1996 a 1999, existiam, em Marília, 18 favelas[90], com o total de 4.907 pessoas, distribuídas em 1.119 famílias. Outra pesquisa do mesmo grupo constatou, ao final de 2007, a diminuição no número de favelas – calcula-se que existam na cidade 16, atualmente –, e o número de habitantes nessas áreas totalizava 4.889, distribuídos em 1.351 famílias. Ou seja, por essa fonte de informação, houve adensamento das favelas existentes: aumento no número de famílias e queda no número de pessoas por família. Na primeira pesquisa, a média de pessoas por família era de 4.38. Em 2007, essa taxa passou para 3,6 por residência.

Com base nas pesquisas da FAMEMA, apesar de os números mostrarem redução no número de favelas, há mais famílias alojadas nesses aglomerados subnormais. Em dez anos, mais de 200 famílias se mudaram para uma das favelas da cidade. Na comparação entre os indicadores, o índice representa crescimento de 20% no total de famílias vivendo em favelas na cidade.

Em outro estudo, realizado por membros do Projeto GUTO[91], em 2002/2003 havia 17 favelas com 1.307 domicílios. No ano de 2012, a Defesa Civil do Município informou a existência de 19 favelas com 1.507 domicílios: aumento de 15,3% de domicílios em 10 anos, conforme podemos constatar na tabela abaixo.

Tabela 10. Nome das Favelas e número de domicílios, Marília/SP.

		Domicílios 2002/3*	Domicílios 2012**	Variação
1	Jd. America -Favela do Piolho	16	58	262,5%
2	Jd. Eldorado - Favela do Bronkis	99	91	-8,1%
3	Argolo Ferrão	164	201	22,6%

[88] http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u54155.shtml, retirado em 30/09/2012, publicado em 16/06/2006.

[89] *Em Marília diminui número de favelas, mas aumentam as famílias faveladas*. Diário de Marília, 21/09/2008.

[90] O estudo considera favela as áreas de propriedade privada ou pública que foram invadidas e mantêm mais de dez casas com famílias com renda de até um salário mínimo, à época no valor de R$ 415.

[91] Pesquisa coordenada pelo prof. Dr. Edemir de Carvalho, parte do projeto "Geografia do Crime", apoiado pela FAPESP, Programa de Políticas Públicas. Relatório In http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/edemir/projeto_edemir.pdf

4	Parque das Vivendas	44	46	4,5%
5	Favela Universitária	28	48	71,4%
6	Vila Altaneira		44	
7	Vila Barros	324	320	-1,2%
8	Jânio Quadros		77	
9	Favela do Linhão		53	
10	Santa Antonieta II	75	59	-21,3%
11	Parque das Nações	89	54	-39,3%
12	Favela do Tóffoli	221	141	-36,2%
13	Favela Parque Azaléia		56	
14	Vila Real	24	80	233,3%
15	Parque dos Ipês		10	
16	Jd. Nacional	53	24	-54,7%
17	Homero Zaninoto	20	37	85,0%
18	Santa Paula	44	68	54,5%
19	Jd. Marajó	81	40	-50,6%
20	Higienópolis	3	Não existe	
21	Padre Nóbrega	14	Não existe	
22	Jd. Poliana	8	Não existe	
	TOTAL	**1307**	**1507**	15,3%

Org. Sueli Andrucioli Félix

Das 22 favelas em 2002, hoje existem apenas 19, com total de 1.507 domicílios, de acordo com a Defesa Civil. Por outro lado pela pesquisa da FAMEMA, existem somente 16 conglomerados desse tipo com um total de 1.351 domicílios. Ocorre que o IBGE classifica, por favela, apenas os aglomerados com mais de 51 domicílios que ocupam terreno de propriedade alheia (público ou particular), com distribuição física desigual e desordenada, condições precárias de habitação e de serviços públicos essenciais. Por habitações subnormais, entende as que não oferecem condições de segurança, durabilidade, tamanho e higiene.

Assim, seguindo a classificação do IBGE, das 19 favelas apresentadas na tabela 10, apenas 12 poderiam ser consideradas favelas de fato. Com isso, aglomerados com poucas unidades “desapareceram” do mapa, como as concentrações de barracos da Vila Betel, Polyana e Higienópolis, existentes no momento da realização da pesquisa do GUTO. Por outro lado, outras favelas surgiram nesse intervalo de tempo (2002 a 2012), como Vila Altaneira, Jânio Quadros, Favela do Linhão, Parque dos Ipês e Parque Azaleia. Assim, não foi o número de favelas que diminuiu na cidade, mas, sim, as áreas denominadas como tal. O menor conglomerado, Higienópolis, abrigava três famílias e foi extinto. Na comparação entre os dois momentos, favelas com baixo número de habitantes já não existem mais. As maiores, porém, permanecem praticamente da mesma forma.

Em 1996, a maior e mais antiga delas (da década de 1980), Vila Barros, tinha 360 famílias. Hoje, passados dezesseis anos, conforme a Defesa Civil, ela ainda continua sendo a maior, porém com 320 domicílios, o que significaria uma redução de 12%. A favela conhecida por Argolo Ferrão, uma das mais recentes, é a segunda maior. São 201 casas e quase mil habitantes, em sua maioria, mulheres[92].

O importante é que uma pesquisa sobre a qualidade de vida dos moradores da cidade[93] – subprojeto do Programa de Políticas Públicas da FAPESP, sob a responsabilidade de um pesquisador do GUTO –, encontrou carência de equipamentos e serviços urbanos, justamente nos espaços ocupados por pessoas de baixas condições econômicas, população que mais necessita de políticas públicas. Isso confirma as asserções de Jacobi (1990) e Zaluar (1991), ao afirmarem que os espaços ocupados por famílias com melhores rendimentos são sempre os mais bem atendidos. Portanto, a desigual distribuição dos serviços perpetua as desigualdades econômicas de diferenciação social no espaço urbano. Entretanto, a simples presença de equipamentos urbanos (infraestrutura e serviços) não é garantia de satisfação das necessidades ou mesmo de boa qualidade de vida, um conceito muito amplo e que abrange uma gama de fatores socioeconômicos e ambientais.

Essa subjetividade, como mostram alguns pesquisadores de favelas (WACQUANT, 2001 e PERLMAN, 1977), está presente nos constrangimentos sofridos pelos favelados no momento de arrumar um emprego, de fazer uma compra no crediário e até mesmo na entrega da mercadoria adquirida. Em 2009, os moradores da Favela Argolo Ferrão conseguiram alterar o nome do local para Comunidade Maria Mãe da Divina Providência, com o claro objetivo de eliminar o estigma que a condição de favelado lhes imputava. O relatório das

[92]Na Vila Barros, além da falta de aulas nas escolas do bairro no período noturno e precariedade no atendimento público à saúde, a falta de saneamento básico e infraestrutura é o que mais incomodava os moradores em 2007. Na favela Argolo Ferrão as reclamações dos moradores são a falta de coleta de lixo, asfalto, falta de remédios no posto de saúde do bairro e ainda frequente vazamento de água nas ruas. Em outra favela, Tóffoli, a falta de galerias para escoamento de águas pluviais e o esgoto que corre a céu aberto faz com que diversas casas sejam invadidas pelas águas das chuvas misturadas aos dejetos. A falta de escolas no bairro foi outro problema apontado pelos moradores do jardim Santa Paula. No jardim Universitário, além da invasão das águas das chuvas, grande parte dos moradores se mostraram insatisfeitos com o sistema de saúde. No Santa Antonieta, os moradores na favela conviviam com o medo, motivado pela proximidade de uma rede de alta tensão, além da convivência com animais peçonhentos provenientes do mato. A situação vivida por cerca de 50 famílias que moram na favela da Vila Altaneira eram as deficiências nos serviços de saneamento básico e saúde. Já na favela do Parque Nova Almeida, o problema mais citado foi a iluminação precária e mato alto. O problema de todas, entretanto, é a falta de coleta de lixo.

[93] Alam Gualberto Teixeira realizou essa pesquisa dentro das atividades de apoio FAPESP (Bolsa Treinamento Técnico - 2001/2004) e os resultados compõem o relatório final, impresso, entregue ao final da vigência do auxílio. As informações citadas neste projeto podem ser encontradas no relatório de pesquisa da coordenadora, Sueli Andruccioli Felix, em http://www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm.

Nações Unidas[94] mostrou que, viver em favela no Rio de Janeiro, constituía barreira maior do que ser negro ou mulher na hora de conseguir um emprego, "uma descoberta que confirma que "onde se mora importa" quando se fala em saúde, educação e emprego.

Em contrapartida, há um sentimento de territorialidade muito forte em seus moradores, captado em ampla pesquisa-intervenção realizada pelo GUTO. Para os moradores da favela Argolo Ferrão, embora a maioria (66%) tenha admitido desejo de mudar, a indicação dos locais para onde se mudariam reforça a hipótese de relação afetiva com o espaço de residência: cerca de 24% permaneceriam nas imediações (Região do Argolo Ferrão, 13%; Vila Jardim, 5% e Alto Cafezal, 5%). Apenas 17% desejariam mudar para bairros mais distantes como Nova Marília (12%), Santa Antonieta (4%) e Figueirinha (1%). Mudar-se para longe é o que desejavam menos de ¼ de todos os moradores da favela Argolo Ferrão. Desse total, sair de Marília ainda é a hipótese menos considerada: 6% (FELIX, 2009)[95].

Como lembra Tuan (1980a), a segregação, quando não é imposta pelo Estado, apresenta uma característica dual: ao melhorar de vida, os novos "bem-sucedidos" teriam oportunidade de sair da favela, mas nem sempre o fazem, temendo desajustes ou pressões sociais. Em certo sentido, a favela, o gueto também os protegem, abrigam e criam identidades. Essa relação afetiva, o sentimento de territorialidade que Tuan (1980a) denominou "topofilia" – elo afetivo entre o sujeito e o espaço, e entre o sujeito e os demais sujeitos do espaço em questão – é um modo para se compreender a favela de maneira mais completa, diferente do que, via de regra, desejam o Estado e/ou o mercado imobiliário ao promoverem a remoção de favelados, desconsiderando a rede de relações tecidas pelos seus moradores, ao "[...] contornar a condição de grave pauperização que, muitas vezes, se traduz na reivindicação de políticas públicas que atenuem as dificuldades de moradia e saneamento básico, mobilidade e acesso aos bens urbanos – escola, saúde e emprego [...]" (CARVALHO, 2007:48).

Seguindo as tendências sugeridas por Tuan (1980), Souza (2008), Bauman (2005) e Giddens (2000), o comportamento segregacionista das novas elites, representado por um inevitável distanciamento dos compromissos que, num passado não muito distante mantinham com seu *populus* local, e a distância entre os espaços das elites separatistas e *dos que foram deixados para trás* (BAUMAN, 2005:28), parecem traçar as mais significativas tendências sociais, culturais e políticas associadas às transformações recentes nas cidades. Essa tendência

[94] Idem http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u54155.shtml, retirado em 30/09/2012, publicado em 16/06/2006.

[95] FELIX, S. A. (2009). Deterioração sócioespacial e a participação dos "sujeitos" e do Estado na prevenção à violência e à criminalidade, Relatório de Pesquisa In http://www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm

consiste na estreita interação entre as pressões econômicas – a concorrência do mercado de trabalho, a indústria imobiliária, as empresas de segurança privada, o uso político e midiático da pobreza – e o modo como as identidades locais são negociadas, modeladas e remodeladas, o que implica na desvirtuação da função essencial da cidade: a celebração da diferença (BAUMAN, 2009; TUAN, 2005; GOFF, 1997). Num ambiente em que as pessoas são atormentadas por querelas sociais, com baixo acesso às instituições públicas e meios econômicos, bombardeadas por notícias diárias de violência, crime, desgraças ambientais, doenças etc., todo "visitante" (TUAN, 1980) é suspeito, especialmente quando carrega o *estereotipo do marginal* (GOFFMAN, 1980).

Por outro lado, os que foram deixados para trás *(BAUMAN, 2009)* na ausência de condições financeiras satisfatórias, não podem usufruir das mesmas benesses do rico, nem ao menos de um espaço de qualidade para moradia e convívio, e não desfrutam, portanto, de espaços públicos dignos para a construção de suas sociabilidades, de boa infraestrutura (transportes, rede de esgoto, assistência de saúde etc.) e demais políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento educacional, econômico e social. Desse modo, a cidade acaba por se distanciar cada vez mais da cidade solidária, dilacerando as relações locais – de cidadãos, passam a segregadores e/ou consumidores dos aparatos materiais que perpetuam essa lógica e aumenta cada vez mais o capital do medo.

Essa nova distribuição física da população no meio urbano transformou e continua transformando os seus diferentes espaços. Estes se alteraram, assumem novas e diversificadas funções, valorizaram-se ou desvalorizaram uns em detrimento de outros. A cidade tem formas típicas e dinâmicas de ocupação do espaço: os bairros mudam de função em curto espaço de tempo (passam de residencial a comercial e vice-versa), ao mesmo tempo em que surgem outros bairros para cumprir novas funções que se modificam em seguida.

Em Marília, dois bairros são ilustrativos desse processo de transformação: o primeiro a se transformar foi o bairro Salgado Filho, originariamente abrigava a classe alta da cidade em suas mansões e seguranças particulares. No final da década de 70 os moradores começaram a se transferir para a Zona Leste, mais especificamente para os bairros Tangará e Maria Izabel, e suas antigas mansões foram se transformando em clínicas médicas, conforme se observa na Figura 8 (p.131). Enquanto o bairro Tangará surgia como um novo e pujante local de moradia dos mais ricos, o bairro Maria Izabel também seguia o mesmo processo de ocupação da classe média e alta, com o loteamento de partes da Fazenda Cascata e também pela demolição de casas antigas, cujos moradores cederam à especulação imobiliária.

Atualmente, o bairro Maria Izabel ainda se mantém predominantemente residencial, mas o Tangará está passando pelo mesmo processo de mudança de função: de residencial de classe média e alta, para comercial com estabelecimentos luxuosos.

Delicato (2004) e Félix (1996) destacam outra transformação geográfica importante em Marília (ver tabela 11, p.126): os deslocamentos populacionais ocorridos na década de 1960, da antiga "zona do meretrício", nas proximidades da Igreja de Santo Antônio, no bairro popularmente chamado de Morro do Querosene, para a região posterior ao cemitério. Segundo os pesquisadores, essa transposição do meretrício promoveu alterações significativas nas duas áreas: a de saída e a de recepção das novas moradoras. Na primeira, região da Igreja, muitas casas se transformaram em cortiços, tanto pelo tamanho das construções com diversos cômodos, quanto pela natural e consequente desvalorização imobiliária. A região da nova zona do meretrício, até então uma área totalmente desabitada e isolada geograficamente da cidade, ganhou vida com esse tipo específico e particular de moradores e frequentadores, especialmente no período noturno.

A primeira região, embora desvalorizada e degradada, manteve e ainda mantém a sua ocupação com moradores de classes sociais mais baixas, apenas trocando boa parte dos seus moradores, por ocasião da ocupação do Núcleo Habitacional Nova Marília no início da década de 1980. Este núcleo habitacional, composto inicialmente de 3.000 casas, está localizado no extremo Sul da cidade, e recebeu em poucas semanas mais de 10% da população à época (pouco mais de 100 mil habitantes e menos de 25 mil edificações). Contam os moradores do bairro "Querosene" que na época houve queima de fogos em comemoração à saída de vizinhos de conduta pouco aprovada.

Com a mudança de função do espaço, muda o habitante, muda a forma de percepção e organização espacial e mudam, também, a sua tipologia criminal e o medo. Da mesma forma, pode-se especular na direção oposta: seriam a percepção de perigo e o consequente medo que estariam contribuindo para esse movimento populacional e (re)organização espacial? Nossa tese é que a percepção do medo está contribuindo fortemente para esse processo de segregação espacial. Muito além dos indicadores criminais e como em diversas outras cidades, em Marília as percepções e manifestações crescentes de medos e inseguranças estão se disseminando, provocando significativos e multifacetados desejos de isolamento na relação com o outro (normalmente o estigmatizado, o visitante, o pobre, o excluído) e a prisão voluntária das pessoas de classe média-alta em suas casas, ansiosas e oprimidas pelos supostos perigos que rondam seus muros. Esse contexto engendra um terreno fértil para a

exploração do capital do medo e corrobora o processo de segregação sócio espacial. Além de engendrar sensação cada vez maior nos sujeitos de uma cidade desorganizada e violenta.

Porém, esse contexto não ocorre por acaso. Ele deriva de todo um processo histórico desencadeado por um desenvolvimento “problemático” da modernidade; de uma atuação e expansão de grandes empresas (dos mais diversificados ramos) que se beneficiam com esse “capital do medo”; da atuação sensacionalista da mídia de massa, das pesquisas sociais tendenciosas e da má gestão e atuação dos agentes de segurança e dos poderes legislativo e judiciário em dar respostas aos anseios populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o aumento significativo dos medos modernos como sintoma de um mal-estar social no século XXI, significou perceber algumas tendências de ação e pensamento a que estamos sujeitos. E como nossos medos e ações defensivas estão desviados das verdadeiras gêneses de nossas ansiedades diárias.

. Este trabalho nos ajudou a compreender como a modernidade (enquanto projeto) teve desdobramentos imprevistos, uma vez que os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de quase todos os tipos tradicionais de ordem social, de um modo sem precedente. As formas de interconexão social agora são outras e isso reflete transformações íntimas na nossa existência cotidiana.

Buscamos demonstrar nossa linha de investigação, bem como o esforço para alcançar os objetivos a que nos propusemos quando iniciamos este trabalho. Dessa maneira, muito mais do que "prestar contas", esta dissertação nos ajudou a repensar os rumos das pesquisas já existentes sobre as temáticas abordadas; indagar a relevância de nossa própria pesquisa; considerar os avanços já alcançados e os desafios a serem superados, quando pensamos em uma sociedade mais justa e segura.

Na segunda seção procuramos demonstrar, de alguma maneira, os riscos constantes advindos do processo de modernização. Apontamos que: a cosmologia religiosa que proporcionava interpretações morais e práticas da vida social e pessoal, bem como do mundo natural, o que representava um lugar seguro para o crente, perdeu força com a secularização da vida; as relações de parentescos que – nas sociedades pré-modernas – proporcionavam um modo estável de organização das relações sociais, através do tempo e do espaço, orientando os parentes a agir e se portar no lugar circundante, se alteraram; o compromisso dos parentes – que antes cumpriam uma gama de obrigações para com indivíduos que não precisavam, necessariamente, ter simpatia (pelos sobrinhos, primos, cunhados) – está se afrouxando[96]; as relações de parentesco nas sociedades modernas foram substituídas pelas de amizade intima ou sexual[97], pois agora são mais estas do que aquelas que estabilizam as relações sociais, o que não significa que as relações de parentesco acabaram, mas que enfraqueceram; a comunidade, que antes era regida pelas relações localizadas, organizadas em termos de lugar, ainda não transformadas pelas relações tempo-espaço distanciado, foi substituída pela crença

[96] Para entender melhor esse movimento de transformação da família ver Anthony Giddens, *Mundo em descontrole, p. 61-77.*

[97] Anthony GIDDENS. *A transformação da intimidade: sexualidade amor e erotismo nas sociedades modernas*.

nos sistemas abstratos (de fluxos globais de informação e pessoas) como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo e espaço; a organização das crenças e práticas a partir de uma orientação para o passado, como nas sociedades pré-modernas, foi suplantada por uma orientação para o futuro; e as tradições estão mudando num tempo mais curto do que o necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, nas formas de agir.

Assim, a tradição que contribuía para a segurança, na medida em que mantinha a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vinculava a confiança a essas práticas sociais, está se modificando a todo o momento, ao não olhar mais para o passado para a construção do futuro, este, ao contrário, acaba sendo tomado para orientar nossas ações. Temos ainda a difícil tarefa de pensar e entender o mundo social circundante, em um momento em que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada pelas transformações constantes dos meios técnicos e de informação, fazendo com que nunca tenhamos certeza de que o nosso conhecimento não será alterado. Nesse sentido, é falsa a ideia de que quanto maior o nosso conhecimento sobre a vida social, maior o controle sobre o nosso destino, uma vez que o próprio conhecimento pode variar a qualquer instante.

Por isso, a nossa vida tem se mostrado diferente do estilo de vida que os sábios do Iluminismo e seus discípulos e herdeiros avistaram e procuraram planejar. Quando as tradições perdem a força determinante do futuro e das novas gerações, quando a verdade não é mais vista como revelação divina e se multiplica em verdades parciais e saberes especializados, e quando não há mais a representação da figura de autoridade, o indivíduo é chamado para se tornar o centro de suas próprias referências e assim encontrar seu lugar na ordem do universo.

Entretanto, essa busca por tomar as rédeas do mundo teve um efeito colateral poderoso. Os sujeitos modernos tiveram que redescobrir, já que no começo da modernidade acreditavam que esses desafios poderiam ser superados, que a verdadeira fonte de nossos medos está em razões há muito conhecidas, mas constantemente esquecidas por aqueles que são frutos da geração do capitalismo neoliberal, do individualismo exacerbado, do egoísmo radical, do delírio consumista, da cultura do hedonismo, do desinteresse no social e do desinvestimento na política e do político: que a fonte prolífica de nossos medos está em nossa impotência frente à natureza, na decadência de nossos corpos e no convívio com nossos semelhantes.

Justamente sobre esse último aspecto, a violência e as agressões inter-humanas parecem ganhar lugar de destaque. Por isso, na terceira seção, buscamos primeiramente apontar o conceito de violência que privilegiamos ao tratar dos aspectos associados à insegurança e ao medo da vitimização, partindo de uma análise do contexto nacional da segurança pública, bem como da observação da percepção dos sujeitos sobre as instituições públicas responsáveis por garantir a paz e o bem-estar dos indivíduos. Mostramos, ainda, alguns equívocos que as pesquisas econométricas sobre a criminalidade podem gerar, além de como o imaginário popular muitas vezes não condiz com a exposição real ao perigo de vitimização.

Nesse sentido, na seção quatro, tentamos demonstrar como a insegurança de conviver com os diferentes exacerba um medo muitas vezes desproporcional de ser violentado (material ou psiquicamente). Não é por acaso, que grande parte dos indivíduos está se isolando nos "enclaves fortificados" e abandonando os espaços públicos de convivência. Esse movimento de enclausuramento, que mostra sinais de ser global (ao menos nos países ocidentais capitalistas), encontra sua fatia, também, em uma cidade média do interior paulista.

Porém, apesar de todos os prejuízos da modernização negativa, não significa que nossa época é mais perigosa ou mais arriscada do que as precedentes, mas que o equilíbrio entre riscos e perigos se alterou. Vivemos num mundo em que os perigos estão sendo criados por nós mesmos, e se tornaram mais ameaçadores do que aqueles que vêm de fora. Como o risco ecológico, a catástrofe nuclear ou a derrocada da economia global, já outros riscos estão mais ligados à nossa segurança íntima, como os medicamentos que usamos, as dietas que fazemos ou os relacionamentos que desfrutamos.

No fundo, temos que entender que a modernidade, em seu estágio atual, se apresenta na forma de um paradoxo e que nela coexistem intimamente duas lógicas: uma que valoriza a autonomia; outra que aumenta a independência (CHARLES, 2007:21). De um lado, o indivíduo é chamado a arcar com suas responsabilidades; de outro, isso o leva a uma sensação crescente de desregramento. A essência do individualismo (tipicamente moderno) é mesmo paradoxal.

Atualmente, os freios institucionais que se opunham à emancipação individual se enfraqueceram, dando lugar a manifestações crescentes dos desejos subjetivos, da realização individual, do amor próprio. A busca pelo bem-estar pessoal excede as exigências de reconhecimento social coletivo. Nossa época parece dar mais atenção a um luxo inédito, um luxo emocional, experimental, *psicologizado*, substituindo a primazia da teatralidade social

pelas sensações íntimas. A felicidade privada das pessoas parece ter se sacralizado, enquanto destrói os benefícios de reivindicações, preocupações solidárias e consciências de classe. As grandes estruturas socializantes "perderam" a autoridade, as grandes ideologias já não estão mais em expansão, os projetos históricos não mobilizam mais, o âmbito social parece ter se transformado num prolongamento do privado.

Não há mais modelos prescritos por grupos ou classes sociais, e sim condutas escolhidas e assumidas pelos indivíduos; não há mais normas impostas facilmente, sem discussão, e sim uma vontade de seduzir que afeta indistintamente o domínio público (culto à transparência e à comunicação) e o privado (multiplicação das descobertas e das experiências subjetivas). "Aparece, então, um novo tipo de sujeito, um sujeito narcisista, um indivíduo que deve ser *cool,* flexível, hedonista e libertário; tudo isso ao mesmo tempo" (CHARLES, 2007:25).

Nossa sociedade – fascinada pelo frívolo e pelo supérfluo – entrou em um momento flexível e comunicacional, caracterizado pelo gosto do espetacular e pela inconstância das opiniões e das mobilizações sociais. Mas, não podemos concluir que o poder do efêmero é ilimitado e alcança a todos da mesma forma e na mesma intensidade. Nosso desafio é recompensar a socialização nesse contexto, quando nenhum grande discurso ideológico é inquestionável e quando a desintegração social está no auge. Obviamente, uma reconstituição social está em andamento, mas ela aparece a partir do desejo subjetivo dos indivíduos, da satisfação pessoal. Os indivíduos não parecem resistir muito à ideia de reencontrar-se, comunicar-se, reagrupar-se em movimentos associativos, mas estes, agora, são marcados pela adesão espontânea, flexível e segmentar.

Nosso desafio é tentar fazer com que a ética das responsabilidades pessoais triunfe sobre os comportamentos irresponsáveis. Estes não vão desaparecer sozinhos, pois, por assim dizer, se inscrevem necessariamente na lógica da vida moderna. De fato, são os próprios mecanismos do individualismo democrático que explicam tanto a responsabilidade de uns, quanto a irresponsabilidade de outros, daqueles que preferem corromper a autonomia que herdaram, transformando-a em egoísmo puro. Indivíduos preocupados apenas com o próprio conforto e felicidade, esquivam-se do social para o privado, já que as instâncias tradicionais de socialização, desacreditadas pelo avanço do individualismo irresponsável, não desempenham mais o papel normativo (CHARLES, 2007:45). Temos que recompensar a socialização nesse contexto, quando nenhum grande discurso ideológico é inquestionável e quando a desintegração social está no auge. Obviamente, uma reconstituição social está em

andamento, mas ela parece partir, de modo mais aguçado, do desejo subjetivo dos indivíduos, da satisfação pessoal. Os indivíduos não parecem resistir muito à ideia de reencontrar-se, comunicar-se, reagrupar-se em movimentos associativos, mas estes, agora, são marcados pela adesão espontânea, flexível e segmentar. O que pretendemos destacar é que nosso futuro está na nossa *tomada de responsabilidade*, que deve ser tanto individual quanto coletiva. Será necessário valorizar a inteligência dos homens, mobilizar as instituições e preparar os homens para os problemas do presente e do futuro. “A tomada de responsabilidade deve ser coletiva e exercer-se em todos os domínios do poder e do saber. Mas também individual, pois em último recurso cabe a nós assumir essa autonomia que a modernidade nos legou” (CHARLES, 2007:47). Sem que nos responsabilizemos, individual e coletivamente, pela tomada de nossas ações e decisões, não bastarão as dignas declarações de intenção, carentes de efeitos concretos.

Esperamos que nossa pesquisa ajude a entender um pouco melhor a problemática social desencadeada pelo medo e pela insegurança, para, no mínimo, auxiliar no entendimento do tema e no seu desdobramento para as sociabilidades cotidianas. Queremos lembrar, contudo, que este trabalho é um inventário (incompleto e preliminar) de algumas formas que o medo vem assumindo nos dias de hoje. É também uma tentativa de buscar as fontes comuns e os obstáculos no caminho de sua descoberta. Nossa intenção é apenas um convite a se pensar em agir, e a agir de maneira ponderada sobre este mundo em que vivemos. Nosso propósito foi destacar a tarefa que se coloca à nossa frente, com que decerto teremos de nos defrontar durante a maior parte de nossas vidas, a fim de que possamos entender um pouco melhor as origens de nossos medos, e encontrar maneiras de colocá-los fora de ação ou torná-los menos nocivos, para nós e para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio e LAMIN, Cristiane. *Medo, Violência e insegurança*. In: LIMA, Renato S.; PAULA, Liana (Org.). Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2006, v.1, p. 151-171.

ANDERSON, Perry, As origens da Pós-Modernidade. Rio Janeiro, Zahar, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rev. Adriano Correia. 11ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

__. *Da Violência*. Trad. Maria Claudia Drummond. 1ªed, Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

BAYLEY, David H. Democratizing the Police Abroad: What to do and how to do it. Issues in International Crime. Washington, D.C.: National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, 2001.

BARCELLOS, Tanya M. de, MARMMARELLA, Rosetta. *O Significado dos Condomínios Fechados no Processo de Segregação Espacial nas Metrópoles*. Secretaria do Planejamento e Gestão Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel. Textos para D is c uss ao FEE nº19. Porto Alegre, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plinio Dentzien. 1° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

__. *Medo Líquido*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

__. *Vida Líquida*. Trad Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de janeiro: Zahar, 2007.

__. *Confiança e Medo na Cidade*. Trad. Eliana Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

__. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plinio Dentzien. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

__. *Vida para Consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

__. *O Mal-Estar na Pós-Modernidade*. Trad. Luís Carlos Fridman. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BEATO, Cláudio. *Políticas Públicas de Segurança: Eqüidade, Eficiência e Accountability*. In: Marcus André Melo (org.) Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil. Recife: Massangana/FJNPS, 1999.

___. *Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: Limites e Potenciais*. Fórum de debates criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas, 1º Encontro: Conceituação de sistema de justiça

criminal...: as bases de dados policiais. Revista Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, 2000.

__. *Ação e estratégia das Organizações Policiais*. CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança, Artigos, UFMG, Belo Horizonte, [S.d.]. Disponível em: < http://www.crisp.ufmg.br> Acessado em: 10/09/2002

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. *Modernização Reflexiva, Política, tradição e estética na ordem social moderna*. *A vida em uma sociedade pós- tradicional*.. Trad. Magda Lopes. 2° Ed. São Paulo: UNESP, 1996.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da Modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés. 1ª Ed. São Paulo: Schwarc, 1986.

BOURDIEU, Pierry. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 1ª ED. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy. *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado*. Relatório, Núcleo de Estudos da Violência NEV, Usp. 2010.

CARVALHO, Márcio Ricardo. *Percepção Espacial, Crime e Medo: entre o real e o imaginário. Um estudo sobre as evidências sócio-espaciais e as sociabilidades em Marília-SP*. Dissertação de Mestrado. Marília: UNESP, 2007.

CHESNAIS, J. Histoire de la violence. Paris: Éditions Roberto Laffont, 1981.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. *Uma Abordagem Organizacional na Segurança Pública: Notas para Discussão*. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2., 2002, Recife. Anais... Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE : ANPAD, 2002. 1 CD.

DELICATO, Claudio Travassos. Faces de Marília: a Moradia em um Condomínio. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UNESP. Marília, 2004.

DELUMEU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: Uma Cidade Sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DESCARTES, René. *Discurso Sobre o Método*. Coleção Textos Filosóficos. 1ª Ed. São Paulo: Vozes, 2008.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. *A Lógica Moderna e o Medo*. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília. Edição 5 – Número 05 Maio/2010.

__. *Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco*. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília. – Edição 7 – Junho/2011.

DUTRA, Fernanda. *Cultura de massas e outras culturas: as concepções contemporâneas de Edgar Morin e Néstor García Canclini sobre a cultura de massas*. Crátilo: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários. Patos de Minas: UNIPAM, (1): 79-86, ano1,2008.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 2, 1994.

ELLIN, Nan. *Shelter From the Storm or Form Fallows Fear and Vice Versa*, Architecture of Fear. 1ªEd. New York: Princeton Architectural Press. 1997.

FALEIROS, Helton Alves. Expansão Urbana e Especulação Imobiliária em Marília. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1983.

FÉLIX, Sueli Andruccioli. *A "geografia do crime" do crime urbano*: *aspectos teóricos e o caso de Marília*. Rio Claro: UNESP-IGCE, 1996.

__. A *Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP, 2002.

__.*Relatórios de Pesquisa. Vitimização Limites e Possibilidades de Contato com a Criminalidade Oculta para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Prevenção.* Marília: Unesp, 2001, 2004, 2008.

__. Relatório de Pesquisa. *Percepção de Segurança*. Marília: Unesp, 2008.

FÉLIX, Sueli Andruccioli, DAMIÃO, Abraão Pustrelo. *Pensando a Cidade: Suas contradições e a construção das sociabilidades sob o dilema da insegurança*. Revista Aurora, ano 5, vol. 7. Marília: UNESP, 2011.

FÉLIX, Sueli Andruccioli, REDÍGOLO, Natália Narciso. *Relatório de Iniciação Científica. Vitimização Limites e Possibilidades de Contato com a Criminalidade Oculta para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Prevenção*. Marília: Unesp, 2010.

FÉLIX, Sueli Andrucioli e NETO, Wladimir. *Estudo da subcultura da violência policial. O incentivo social para prática de ações extrajudiciais por policiais militares*. Tese de doutorado, Cento de altos estudos da Policia Militar, 2012.

FÉLIX, Sueli Andrucioli e TOIGO, Marceu. Percepção do Populaçao sobre a Policia Militar em Marília/Sp. II encontro de Segurança Publica e Cidadania, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FURTADO, Odair, LOURDES, Maria de, BOCK, Merces Bahia Bock. *Psicologias: uma Introdução ao Estudo de Psicologia*. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Trad. Jayme Salomão. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade. Sexualidade amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. 1° Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

__. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. 1° Ed. São Paulo: Editora UNESP. 1991.

__. *Mundo em descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 6° ed. São Paulo: Record, 1999.

__. The constitution of society: Outline of the theory of structuration, 1984.

GASPAROTO, Jayme Wanderley. Mudança Sócio-Econômica e Marginalização em Marília. Tese de Doutorado. Marília: UNESP, 1973.

GOFF, Jacques. *Por Amor as Cidades: Conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOBBES, Thomas. O Leviatã. 1ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

JACOBI, Pedro. *Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia*. In: Espaço & Debates, n.7, p. 53-69. 1990.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. 2ª Ed. São Paulo. Ática. 2002.

__. *A cultura do dinheiro*. São Paulo: Vozes, 2001.

JACOBES, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades, Trad. Carlos Mendez Rosa. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

JACOBI, Pedro. *Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia*. In: Espaço & Debates, n.7, p. 53-69. s.l.:s.n.,1990

KHAN, Túlio: *Questões atuais em Criminologia*, Boletim Conjuntura Criminal, 2003:4-16. Disponível In: http://www.editaisbrasil.com.br/wpcontent/uploads/2011/07/apostila-criminologia.pdf

KHEL, Maria Rita. *Elogio ao Medo.* In Adauto Novaes (org) Ensaios Sobre o Medo. 2° Ed. São Paulo: Editora SESI. 2007.

__. *O tempo e o cão. A Atualidade das depressões*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

LYOTARD, J.F. A Condição Pós-moderna, trad. José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 2003, do original francês La Condition Postmoderne Paris: Editions de Minuit,

1979.

LIPOVETSKY, Gilles, GHARLES, Sébastian. *Tempos Hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. 3ª Ed. São Paulo: Barcarolla, 2007.

LOCKE, John. Segundo Tratado do Governo Civil. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 1ª Ed. São Paulo: Vozes, 2009.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política*. Série Os economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 1ª Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1960.

MARCUSE. Hebert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna.* Trad. Douglas Kellner. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_. *Liberation From the affluent society*. *A lecture in London*. 1967.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O Espírito do tempo. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

NOVAES, Adauto (org). Ensaios sobre o medo. *Políticas do Medo*. 2° ed. São Paulo: Editora Sesi. 2007.

ODÁLIA, Nilo. O que é Violência. Série Primeiros Passos. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Isabela Lara. Dissertação de Mestrado, *Hipertexto: o universo em expansão.* Universidade de Brasília, 1999.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo, ed. Brasiliense, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Violência Urbana. São Paulo: Publicafolha, 2003.

PERLMAN, Janice, *O Mito da Marginalidade*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. *Formação Política de Marília: Terra e Poder na Frente Pioneira Paulista (1924-1937)*, dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1ª Ed. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2009.

SANTOS, Marcelo Justus, KASSOUF Ana Lúcia. *Economia e Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias*. Revista Economia, Brasília (DF), v.9, n.2, p.343-372, mai/ago 2008.

SANTOS, Boaventura de. *A Transição Paradigmática: da Regulação à Emancipação, in* Carrilho, Manuel Maria (org.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

SCHMIDT, Naiara Conservani. Canaã: a nova terra prometida pelos condomínios fechados da cidade de Marília-SP. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

SILVA, Paulo Neves. Dicionário de citações, ed. Ancora, Lisboa, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PAIXÃO, Antônio Luiz & BEATO F., Claudio C. *Crimes, vítimas e policiais*. In Tempo Social; Revista de Sociologia da USP. S. Paulo, 9(1): 233- 248, maio de 1997.

TUAN, Yi Fu. *Paisagens do medo*. Trad. Lívia de Oliveira. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

__. *Topofilia*. Trad. Livia de Oliveira. Ed Unesp, 1980.

__. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. 1ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1980b.

__. *Geografia Humanística*. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982.

__.*Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. 1ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

__.*Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

__.*Metodologia das Ciências Sociais*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez e Editora UNICAMP, 1992.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos*? 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WACQUANT, Loïc .As prisões da miséria. Editora: Zahar, 2001.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

ROSA, Rui Namorado. Finanças e Poder: A Crise Financeira Mundial. In: http://www.janelanaweb.com/digitais/rui_rosa19.html, visualizado em 08/01/12.

Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. www.nupps.usp.br

Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo.

http://www.sesvesp.com.br/

Gestão Urbana do Trabalho Organizado e Laboratório de Estudos da Violência e da Segurança.

http://www.levs.marilia.unesp.br/

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

http://www.ipea.gov.br/portal/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

http://www.ibge.gov.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

http://www.seade.gov.br/

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

http://www.ssp.sp.gov.br/

Organização das Nações Unidas

http://www.onu.org.br/

REVISTAS E JORNAIS

Revista ÉPOCA de 2 de abril de 2004, Crime e Desemprego: Pesquisa inédita confirma que o desemprego dos últimos anos lançou trabalhadores no mundo do crime.

Revista ISTOÈ 25/08/05 A bilionária indústria da segurança: Pesquisa revela como atua esse mercado que fatura R$ 12 bilhões ao ano, reúne mais de 1,8 mil empresas em todo o País e emprega 400 mil profissionais.

Jornal Le Monde, Editorial por Oleg Pavlove, Setembro de 2000.

Jornal da Manha. Em Marília Crescem números de homicídios, estupros e roubos. Marília, 9 de janeiro de 2011.

Jornal Diário de Marília. Homicídios crescem mais de 200% no período de um ano, Marília, 21 de Janeiro de 2011.

Jornal O Fluminense. Setor de vigilância privada aquecido. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2012.

Jornal O Estado de São Paulo. Operação que matou 12 será modelo de combate ao tráfico. São Paulo, 18 de outubro de 2008.

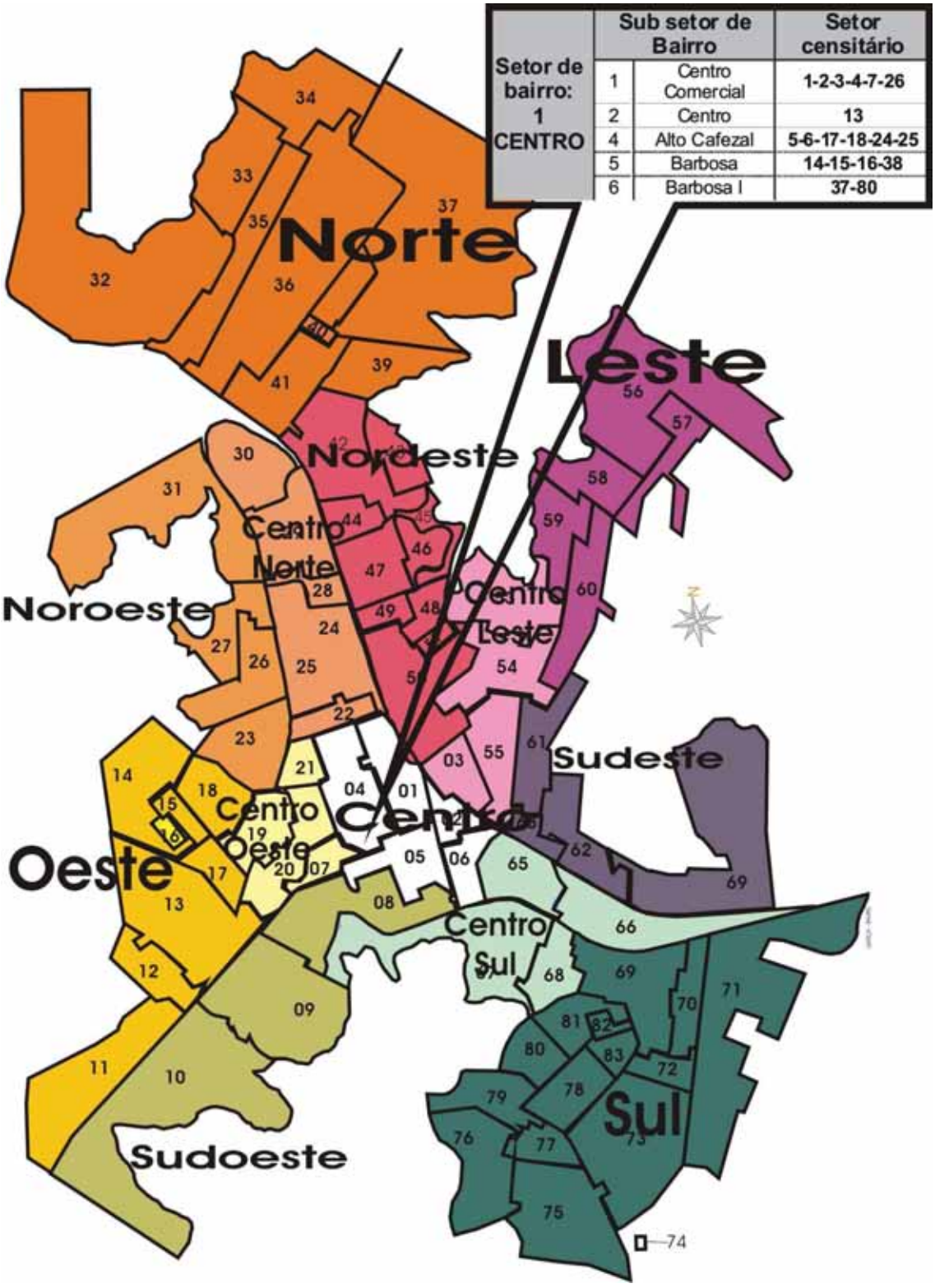
Jornal Estado de São Paulo Jornalismo e Violência. Carlos Alberto Di Franco em um 23 de julho de 2012

Jornal O Fluminense Setor de vigilância privada aquecido de 20/01/2012

Jornal Folha de São Paulo. Matéria de Lucas Ferraz publicada no jornal Folha de São Paulo em 16/02/2009

APÊNDICE

Figura 5: Mapa de Marília dividida por Setores.



Fonte: Guto/Unesp

Tabela 11: Relação de bairros por região do município de Marília- SP

1.CENTRO	**2.CENTRO NORTE**	**3.CENTRO OESTE**
CENTRO COMERCIAL	SOMENZARI	SALGADO FILHO
CENTRO	SÃO MIGUEL	COIMBRA
ALTO CAFEZAL	AMÉRICA	JARDIM
BARBOSA	PÓLON	CHAC. SÃO CARLOS
	SANTA TEREZA	
	AQUARIUS	
4.CENTRO SUL	**5.LESTE**	**6. NOROESTE**
FRAGATA	ALTOS DA CIDADE	BELA VISTA
FRAGATA C	SANTA GERTRUDES	BANDEIRANTES
PARATI	CECAP AEROPORTO	ELDORADO
ITAIPU	COLIBRI	
	EUROPA	
7.NORTE	**8.OESTE**	**9. SUL**
SANTA ANTONIETA III	MORUMBI	SÃO JORGE
JULIETA	UNIVERSITÁRIO	VISTA ALEGRE
PARQUE DS NAÇÕES	CAVALLARI	JÓQUEI CLUBE
SANTA ANTONIETA II	TERUEL	HÍPICA
SANTA ANTONIETA	CHICO MENDES	NOVA MARÍLIA
ANIZ BADRA	ARGOLLO FERRÃO	PAULO LUCIO NOGUEIRA
CESAR DE ALMEIDA	CALIFORNIA	NACIONAL
JANIO QUADROS		TEOTONIO VILELA
JK		PLANALTO
PROL. PALMITAL IV		MONTE CASTELO
10. SUDOESTE	**11. SUDESTE**	REAL
ACAPULCO	MARIA IZABEL	TÓFFOLI
CAMPUS	MARIA IZABEL PROL.	CONTINENTAL
SERRA DOURADA	TANGARÁ	COSTA E SILVA
	TROPICAL	APARECIDA NASSER
12. NORDESTE		**13. CENTRO LESTE**
PROL. PALMITAL III	PROL.PALMITAL I	MARÍLIA
LAVINIA	ACÁCIAS	FLORA RICA
CASTELO BRANCO	SÃO PAULO	ALTANEIRA
SALGUEIRO	PALMITAL	ALVORADA
PROL. PALMITAL II	LÍRIOS	CASCATA

Fonte: GUTO/Unesp

Tabela 12 Índice de Vulnerabilidade Familiar - Marília/SP e Rendimentos
Índice de Vulnerabilidade Geral (*) Rendimento Chefe Família – IBGE 2000 (**)

Índice de Vulnerabilidade Geral (*)						Rendimento Chefe Família – IBGE 2000 (**)		Crimes Registrados
Setores de Bairro	IVF Recursos	IVF Risco Familiar	IVF Conhecimento	IVF Moradia	IVF Trabalho	Sem Rendimento	+ 20 Salários Mínimos	Por 1000/hab. 2007
CENTRO	0,01	0,17	0,19	0,17	0,16	1,8%	13,7%	43,67
CENTRO NORTE	0,01	0,18	0,20	0,05	0,15	3,2%	9,5%	25,48
CENTRO OESTE	0,04	0,21	0,35	0,02	0,37	6,1%	3,5%	21,71
CENTRO SUL	0,00	0,29	0,16	0,02	0,16	2,7%	15,1%	30,22
LESTE	0,00	0,17	0,10	0,00	0,18	3,4%	13,9%	9,95
NOROESTE	0,03	0,20	0,35	0,10	0,46	3,6%	1,9%	9,97
NORTE	0,06	0,24	0,41	0,09	0,43	6,1%	0,5%	16,62
OESTE	0,06	0,23	0,28	0,09	0,30	5,9%	1,4%	16,10
SUDOESTE	0,00	0,21	0,08	0,00	0,25	1,4%	37,5%	114,63
SUL	0,05	0,21	0,36	0,09	0,32	7,4%	0,8%	16,35
SUDESTE	0,00	0,17	0,02	0,02	0,15	1,3%	30,1%	24,93
CENTRO LESTE	0,01	0,20	0,24	0,15	0,29	3,4%	9,7%	23,67
NORDESTE	0,04	0,20	0,37	0,18	0,35	6,0%	1,3%	17,74
Total da Cidade	0,04	0,21	0,31	0,10	0,31	5,3%	5,0%	20,31

Fontes: (*) GUTO/LEVS/UNESP – IVF 2008
(**) IBGE – Censo de 2000Org. Alam Teixeira

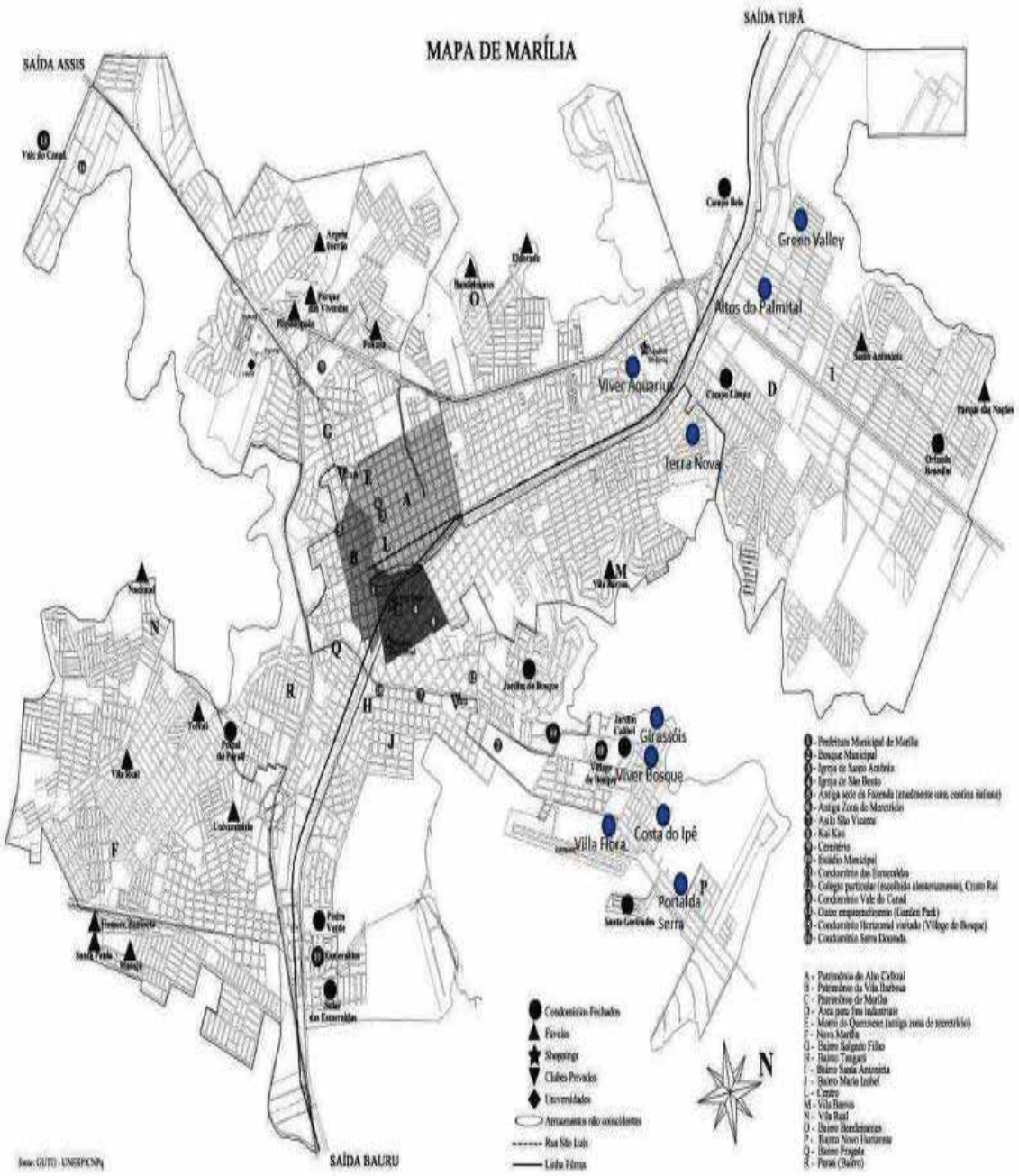
Org.: Sandra Paula Daura

Tabela 13: Quesitos pesquisados para a criação do Índice de Vulnerabilidade Familiar - Marília/SP – Coordenação Fernando Frei

	Familiar
1	Presença de Mulher com filho nascido (vivo) nos últimos dois anos
2	Presença de criança (idade entre 0 a 12 anos)
3	Presença de criança ou adolescente (idade entre 13 a 18 anos)
4	Existe criança no domicílio cuja mãe já tenha morrido ou não more no domicílio
5	Presença de idoso (60 anos ou mais)
6	Ausência de cônjuge
7	Presença de Adolescente grávida (até 18 anos)
	Acesso ao Conhecimento
8	Presença de adulto analfabeto
9	Presença de adulto com 1º grau incompleto (não completou a 8ª série do ginásio)
	Acesso ao Trabalho
10	Presença de desempregados
11	Presença de ocupado no setor informal (sem carteira assinada)
	Desenvolvimento Infantil
12	Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando
13	Presença de ao menos uma criança de 3-6 anos fora da escola
14	Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
15	Presença de ao menos um jovem de 7-17 anos fora da escola
	Moradia
16	Domicílio é próprio ou cedido
17	Possui rede de água e esgoto e o lixo é coletado - *SIM só com as 3 afirmativas*
	Condições de Saúde
18	Presença de portadores de deficiência (Def. Auditivo, Visual, Físico e Mental)
19	Presença de moradores com diabetes ou hipertensão ou Insuficiência Cardíaca
20	Presença de moradores com Acidente Vascular Cerebral (derrame)
21	Presença de moradores com outras doenças crônicas graves (explicitar)
	Recursos
22	A família recebe Bolsa-Família/Bolsa-Escola
23	A família recebe Auxílio Gás
24	Outro tipo de auxílio (Cartão Alimentação, Bolsa-Alimentação, outros recursos do governo

Fonte: GUTO/LEVS/UNESP – IVF 2008 Org.: Sandra Paula Daura

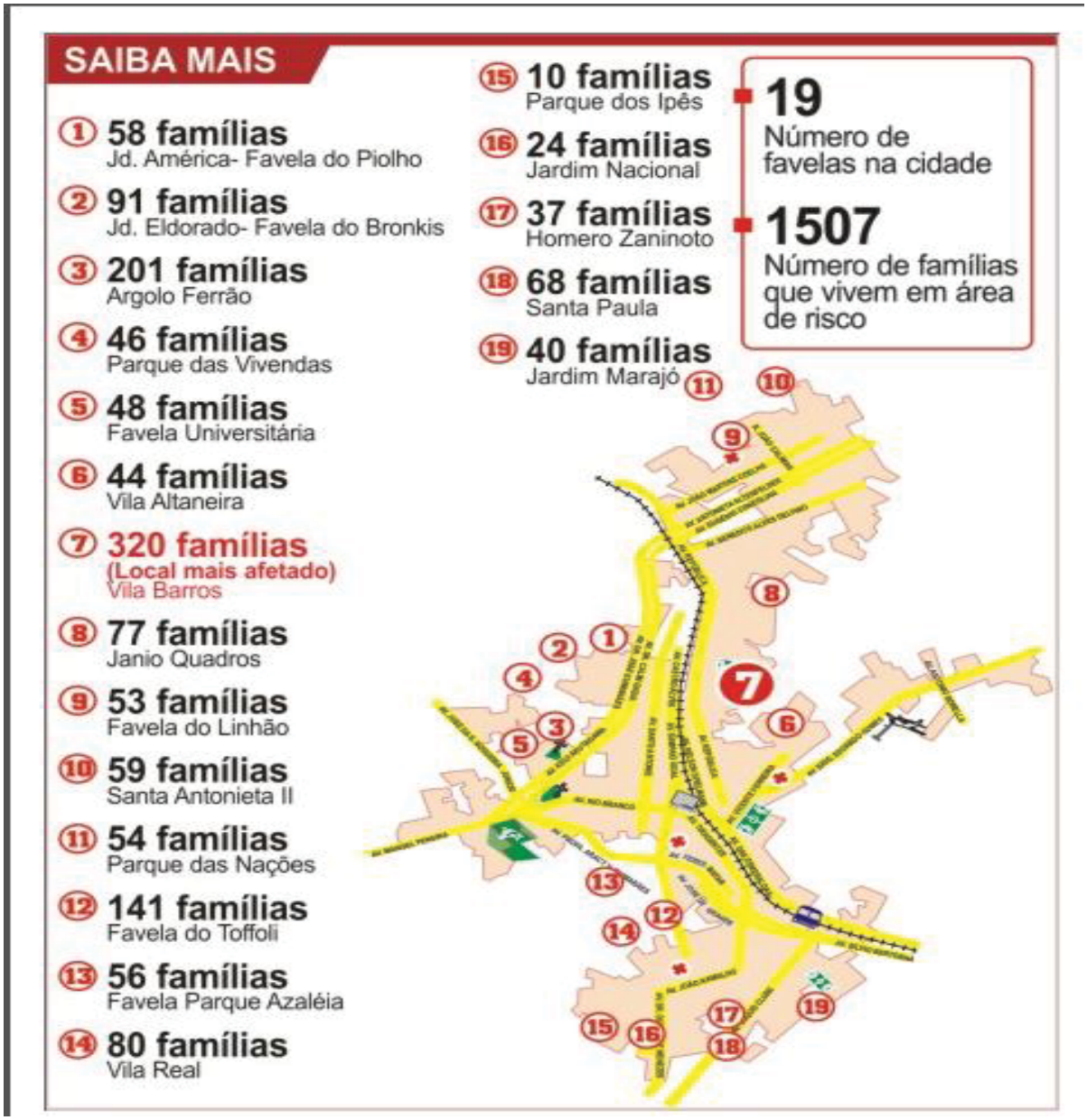
Figura 6. Localidade dos condomínios fechados e Favelas em Marília.



Fonte: GUTO/Unesp Org.: CONSERVANI, Naiara[98]

[98] http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Monografia%20NAIARA.pdf, retirado em 30/09/2012

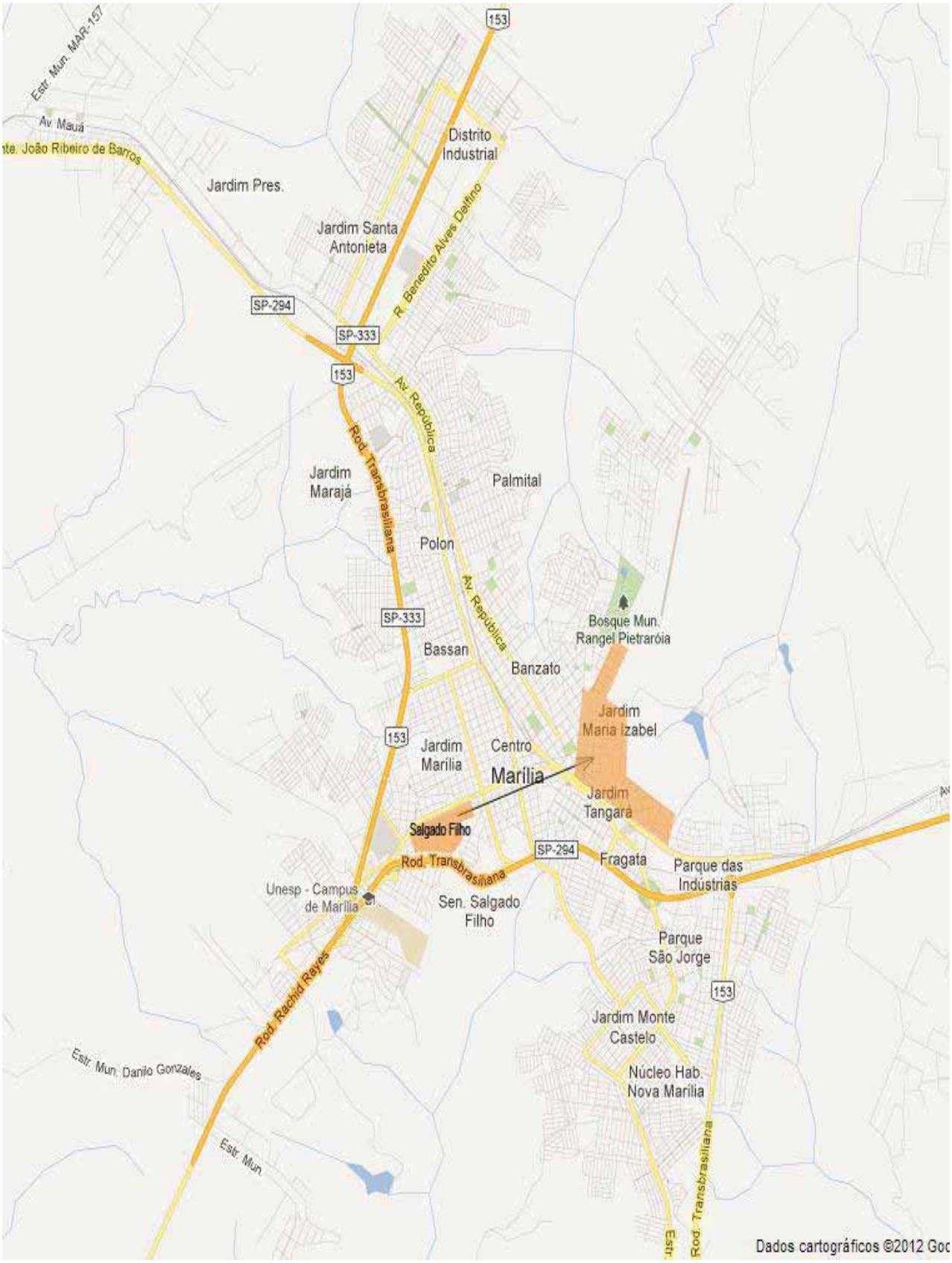
Figura 7. Infográfico das Famílias que vivem em favelas em Marilia.



Fonte: Jornal Diário de Marília, Infográfico retirado em 30/09/2012[99]

[99] Informações sobre o número e distribuição das favelas em Marília obtidas no Infográfico do Jornal Diário de Marília, In http://www.diariodemarilia.com.br/Noticias/106948/Chuvas-ameaam-1.500-famlias-que-vivem-em-19-reas-de-risco, retirado em 30/09/2012.

Figura 8. Bairros que mudaram de função nos últimos 30 anos.



Fonte: Imagem Google Maps Org. Sueli A. Felix

Tabela 14. Opinião sobre a forma de tratamento que deve ser dado aos infratores X faixa etária.

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sequestradores							
Prisão perpétua	26,6	26,4	33,3	33,3	**34,6**	33,4	31,5
Pena de morte	**15,7**	11,4	13,0	13,8	13,6	11,4	12,8
Prisão c/ trabalhos forçados	12,3	18,2	19,6	**21,2**	18,3	18,5	18,6
Terroristas							
Prisão perpétua	31,8	35,3	36,9	35,5	**37,3**	36,4	**35,9**
Pena de morte	**31,6**	26,9	26,0	25,2	23,8	19,2	25,1
Prisão c/ trabalhos forçados	9,7	11,6	12,3	14,8	13,3	**16,1**	13,2
Marido que mata a mulher							
Prisão perpétua	29,6	28,7	29,9	**32,5**	26,9	30,6	29,7
Pena de morte	**25,0**	**19,9**	18,1	17,0	16,1	12,7	17,7
Prisão c/ trabalhos forçados	14,7	15,0	17,1	18,6	**20,1**	16,9	17,2
Jovens que matam							
Prisão perpétua	21,0	21,0	**26,2**	**25,9**	22,6	22,4	23,4
Pena de morte	**13,8**	**13,2**	10,7	10,6	11,4	8,5	11,2
Prisão c/ trabalhos forçados	17,7	20,5	21,3	**23,5**	**23,7**	**22,4**	21,8
Estuprador							
Prisão perpétua	27,3	30,9	34,0	**35,8**	**36,8**	**38,4**	34,3
Pena de morte	**48,4**	**45,7**	**40,3**	39,5	35,8	28,8	**39,5**
Prisão c/ trabalhos forçados	8,7	9,7	11,3	11,3	11,6	13,1	11,1
Político corrupto							
Prisão perpétua	21,7	20,3	**24,4**	20,2	20,8	**23,0**	21,7
Pena de morte	10,7	8,7	10,2	**10,8**	8,5	8,3	9,5
Prisão c/ trabalhos forçados	20,4	28,6	26,1	**31,9**	**31,7**	26,9	**28,3**
Traficantes de drogas							
Prisão perpétua	22,1	24,8	**29,1**	27,1	**29,6**	**30,9**	27,6
Pena de morte	12,2	14,3	13,4	16,3	14,5	13,0	14,2
Prisão c/ trabalhos forçados	21,1	22,8	23,1	24,7	**25,2**	23,0	23,5

Fonte. Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre normas culturais e valores.Cardia (2010).

Questionário Vitimização e Segurança

Entrevistador:_____Data:_____/_____/2010

Setor: ..... Quadra: .....Bairro: .....

DO QUE VOCÊ TEM MEDO MAIS MEDO ATUALMENTE?

.....

Nº	**SIM**	**USO DE DROGAS**				
01	( )	Alguém da sua família teve problemas com drogas nos últimos 5 anos?				
		TIPO	**IDADE INÍCIO**	**ENCAMINHAMENTO (ver LEGENDA 1)**	**08 RECUPERADO ?**	
02	( )	Maconha			( ) SIM	( ) NÃO
03	( )	Cocaína			( ) SIM	( ) NÃO
04	( )	Crack			( ) SIM	( ) NÃO
06	( )	Álcool			( ) SIM	( ) NÃO
07	( )	Outro:			( ) SIM	( ) NÃO

LEGENDA 1:

Tipos de encaminhamentos			
H	**HOSPITALAR**	**CT**	**COMUNIDADE TERAPÊUTICA**
A	**AMBULATORIAL**	**AA**	**GRUPO DE AUTO-AJUDA**
P	**PSIQUIÁTRICO**	**O**	**OUTRO**

VOCÊ OU ALGUEM DA FAMILIA JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME NOS ÚLTIMOS 05 ANOS (2005/10)? QUAL:

	SIM		**VC**	**FAMILIA**	**23. DENUNCIOU? Se for NÃO, responda a 22 (com legenda)**		**24. MOTIVO NÃO DENÚNCIA Legenda 2**	**25. RELAÇÃO COM O AUTOR Legenda 3**
09	( )	Lesão Corporal Residencial			( ) Sim	( ) Não		
10	( )	Lesão Corporal Pública			( ) Sim	( ) Não		
11	( )	Ameaça de *Agressão física*			( ) Sim	( ) Não		
12	( )	Tent. Homicídio Residencial			( ) Sim	( ) Não		
13	( )	Tent. Homicídio Público			( ) Sim	( ) Não		
14	( )	Tent. Latrocínio (roubo c/ Tent. morte)			( ) Sim	( ) Não		
15	( )	Ameaça de *Morte*			( ) Sim	( ) Não		
16	( )	Roubo local públ.(com arma)			( ) Sim	( ) Não		
17	( )	Roubo residência (c/ arma)			( ) Sim	( ) Não		
18	( )	Violência Sexual residência			( ) Sim	( ) Não		
19	( )	Furto			( )	( )		
20	( )	Tentativa Furto			( )	( )		
21	( )	Violência Sexual local públ.			( ) Sim	( ) Não		
22	( )	Estelionato “Golpe” (bilhete premiado, recompensa, por telefone, torpedo etc.)			( ) Sim	( ) Não		

26	Algum deles ocorreu no seu bairro?	( ) Não	( ) SIM: Qual (is)?.....

PERDEU ALGUM PARENTE OU AMIGO POR:

27	( )	Homicídio
28	( )	Latrocínio

LEGENDA 2:
Motivos para NÃO DENUNCIAR
(pode ser mais de uma resposta)

A	Não acreditou que a Polícia resolvesse o problema
B	Não acreditou na Justiça (impunidade, não é preso, é logo solto...)
C	Teve medo de represálias (do autor/ parentes/ conhecidos e parceiros)
D	Teve medo da polícia
E	Não considerou o fato importante para ser denunciado
F	Não quis aparecer
G	Outro: (ESCREVER QUAL).

LEGENDA 3:
RELAÇÃO DA VÍTIMA COM O AUTOR

A	Amizade
B	Familiar
C	Conjugal
D	Desconhecido
E	Conhecido apenas
F	Relação comercial
G	Vizinhos

(IN)SEGURANÇA E MEDO NO BAIRRO			
	SIM	**NÃO**	
29	( )	( )	Tem medo de circular pelo seu bairro ao anoitecer?
30	( )	( )	Já sofreu ameaça de algum grupo (gangue) no bairro?
31	( )	( )	Há casos de vandalismo, pichações, destruição de patrimônio público no bairro?
32	( )	( )	Considera seguro o bairro onde mora?
33	( )	( )	Tem amizade com os vizinhos?
34	( )	( )	Emprestaria ou pediria algo emprestado do seu vizinho?

JUSTIFICATIVA PARA ALGUMA QUESTÃO INTERESSANTE (colocar o nº da questão correspondente).....
.....
.....

35 COMO É O POLICIAMENTO NO SEU BAIRRO? *(Não ler alternativas)*				
( ) Freqüente	**( ) Regular**	**( ) Raro**	**( ) Inexistente**	**( ) Não Sabe**

36 CONHECE ALGUM POLICIAL QUE ATUA NO SEU BAIRRO? ( ) SIM ( ) NÃO

37	**ALGUMA VEZ PRECISOU CHAMAR A POLÍCIA? (se a resposta for SIM, vá para a Q 36 e Q37)**	**( ) SIM**	**( ) NÃO**
38	**Para qual problema?.....**		
39	**Como foi atendido? (pode MAIS de uma)**	**( ) Prontamente**	**( ) NÃO foi atendido**
		( ) viatura demorou para chegar	**( ) com pouca atenção**
		( ) com educação e respeito	**( ) mal atendido pela viatura**
		( )	**( ) mal atendido pelo 190**

40. SENTIMENTO QUE A POLÍCIA MILITAR LHE TRANSMITE*(Pode ser **MAIS** de uma resposta)*					
( )	Admiração	**( )**	Confiança	**( )**	Medo
( )	Respeito	**( )**	Desconfiança	**( )**	Nenhum Sentimento

39. VOCÊ ACHA QUE A PM TRATA A TODOS IGUALMENTE? ( ) SIM ( ) NÃO
ATENÇÃO: Se a resposta for *NÃO* JUSTIFIQUE : .....

DADOS PESOAIS:

41	Tempo residência: ..... anos ..... meses	
42	Profissão/Ocupação:	
43	Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.	**43.**Idade.....
44	Escolaridade: ( ) Não freqüentou escola ( ) 1º Grau Completo ( ) 1º Grau Incompleto	( ) 2º Grau Completo ( ) 2º Grau Incompleto ( ) Superior Completo

	( ) Sabe ler/ escrever	( ) Superior Incompleto
45	Renda Familiar OPCIONAL (perguntar delicadamente se a pessoa quer declarar a renda aproximada da família)	
	( ) Sem Renda ( ) Até 01 salário mínimo ( ) De 01 a 02	( ) De 02 a 05 ( ) De 05 a 10 ( ) Mais de 10

ROTEIRO DA ENTREVISTA

INFORMAÇÕES PESSOAIS E O CONHECIMENTO SOBRE O BAIRRO

Qual a sua idade?
Qual o seu estado civil?
Sua escolaridade?
Qual é sua ocupação profissional?
Qual é sua cidade de nascimento?
Há quanto tempo mora em Marília?
Já morou em algum bairro antes?
Há quanto tempo mora nesse bairro?
O senhor(a) conhece a história do bairro (quando surgiu, quem fundou, os primeiros moradores...)?

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO BAIRRO

O senhor(a) tem amizade (conhece) os seus vizinhos ?
Qual a sua relação e o que pensa da vizinhança?
A comunidade do bairro é unida?
As pessoas se ajudam?
Existem atividades (de entretenimento ou culturais) em que todos (ou a maioria) participa?
O que as pessoas fazem, geralmente ao anoitecer ? Há visita entre amigos, as pessoas circulam pelo bairro e conversam nas calçadas durante a noite ?
Existem espaços de lazer no bairro como praças, parques, playground etc ?
Os moradores do bairro costumam se reunir nos finais de semana? Por que? (orientação: se a resposta foi SIM, pergunte o que eles fazem quando se reúnem)
A comunidade se organiza para reivindicar seus direitos ou para melhorar as condições de vida do bairro?

OS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO E A PERCEPÇÃO SOBRE ELES

Relacione os equipamentos urbanos do bairro:
escolas públicas
transporte escolar
Posto de saúde? Como é o atendimento e a distribuição de medicamentos?

Sobre a infraestrutura do bairro:
As ruas são asfaltadas?
Existe acesso a transporte público?
Há serviços de saneamento básico?
E de luz elétrica?
Como é a iluminação pública?
Existe coleta de lixo?

Com qual frequência o bairro recebe a visita de agentes da prefeitura? E de políticos?
Existe conselho de segurança? Você participa ou conhece alguém que participa?
Existe conselho municipal de saúde no bairro ? Participa ou conhece alguém que participa?
O senhor(a) vê algum interesse político em melhorar o local, se não porque ?
O que o senhor(a) vê como prioridade para melhorar o bairro? E como e quem poderia fazê-lo?

A ECONOMIA DO BAIRRO SEUS AGENTES E OS PRESTADORES DE SERVIÇO

Como é o comércio no bairro, existe uma oferta de serviços e produtos satisfatórios?
O senhor(a) sabe em que setor da economia a maioria das pessoas trabalha?
Sobre a prestação de serviços de empresas privadas (cpfl, telefonica, internet, por exemplo): quais existem e como é o serviço e o atendimento?
O que o senhor acha necessário para melhorar a atividade econômica (como um todo) do bairro, caso isso seja preciso?

PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E DE MEDO NO BAIRRO

O senhor(a) considera Marília uma cidade segura? Por quê?
E o senhor(a) considera seu bairro seguro. Por quê?
O senhor(a) tem medo de andar no bairro a noite? Por quê?
O senhor(a), ou algum familiar, vizinho ou amigo já foi vítima de alguma forma de violência no bairro? Se sim, quem? E qual tipo de crime?
O senhor(a) sabe se o crime foi denunciado e se a policia compareceu no local?
O senhor(a) sabe se o criminoso foi capturado, ou tem alguma ideia de quem poderia ter cometido o crime?
O senhor(a) considera sua casa (na questão da arquitetura) segura? O que faria nela para aumentar a segurança?
O senhor(a) pensa que os bairros mais próximos do seu são mais seguros?
Se o senhor(a) pudesse para qual bairro de Marília se mudaria, e por quê?
E para qual não iria, e por quê?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fora a questão da violência o que mais assusta o senhor(a) em relação ao convívio com outras pessoas e com as pressões do dia-a-dia?
O senhor(a) gostaria de acrescentar algo a nossa conversa?